



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA

DILCÉLIA RODRIGUES ALVES



**A GESTÃO MUNICIPAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA ESCOLA DA
ILHA JOÃO PILATOS DE ANANINDEUA-PA**

BELÉM - PARÁ
2023

DILCÉLIA RODRIGUES ALVES

**A GESTÃO MUNICIPAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA ESCOLA DA
ILHA JOÃO PILATOS DE ANANINDEUA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica.

Área de Concentração: Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico

Orientador: Prof. Dr. José Bittencourt da Silva

BELÉM - PARÁ
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

A474g Alves, Dilecia Rodrigues.
A gestão municipal e o atendimento educacional na escola da
Ilha João Pilatos de Ananindeua-PA / Dilecia Rodrigues Alves. —
2023.
138 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Bittencourt da Silva

1. Educação ribeirinha. 2. Políticas educacionais. 3.
Educação do campo. 4. Ensino Fundamental. I. Título.

CDD 370

DILCÉLIA RODRIGUES ALVES

**A GESTÃO MUNICIPAL E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL NA ESCOLA DA
ILHA JOÃO PILATOS DE ANANINDEUA-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Currículo e Gestão da Escola Básica.

Apresentado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Bittencourt da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. Salomão Antonio Mufarrej Hage (Examinador Interno)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa (Examinador Externo)
Universidade do Estado do Pará - UEPA

*Direi do Senhor: Ele é meu Deus, o meu
refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei.
(Salmo 91-2)*

AGRADECIMENTOS

A Deus, a minha eterna gratidão, pelo infinito amor e misericórdia a mim concedido, fortalecendo meus passos, o que permitiu a realização de mais esse sonho.

No decorrer dessa caminhada de aprendizado, tive a oportunidade de contar com o apoio e o carinho de pessoas muito especiais, que me ajudaram a construir as condições necessárias para elaboração da pesquisa. Esse agradecimento a tantas pessoas foi construído junto ao movimento das águas do Rio Maguari, no momento em que estava no barco, quando refletia sobre as contribuições de tantas pessoas na minha trajetória como cristã, filha, mãe, estudante, pesquisadora, militante da educação e companheira – e todas outras as dimensões que me constituem como mulher na Amazônia.

Agradeço a cada familiar e amigo pelas palavras, ações e atitudes com que me incentivaram a prosseguir nesse momento importante da minha formação humana.

À minha Mãe, Maria Joana (*in memoriam*), uma mulher incansável diante dos desafios impostos pela vida, que dedicou parte do seu tempo à educação e aos cuidados com os filhos e sobrinhos acolhidos em nossa casa. Foi quem me ensinou desde menina a lutar firmemente pelos meus sonhos. Minha eterna saudade!!

Ao meu pai, Raimundo Antônio, um homem trabalhador que saía muito cedo de casa para desenvolver sua atividade de pedreiro na construção civil, dividindo o seu pouco tempo de descanso com os filhos, ensinando a cada um o valor da honestidade e do respeito.

Aos meus irmãos, Dilcileia Rodrigues, Raimundo Diego e Rafael Alves, pela relação construída ao longo dessa jornada. Em especial à minha irmã Dilcilene Rodrigues e ao meu irmão Marcos Paulo, por dividirem comigo grandes sonhos e desafios. Vocês são especiais!

À minha maravilhosa filha, Ana Célia, que com afetividade e respeito tem fortalecido meus passos na caminhada da vida, pois a parceria e compreensão construída entre nós promove um lindo sentimento chamado amor. Como digo com carinho: “Amor de Filha”.

A Katya do Socorro, pela atenção e cuidado dedicados à minha filha e à minha mãe quando precisei me debruçar nas atividades profissionais em Ananindeua.

Às amigas Ana Claudia Rego, Danielly Campos, Marcia Duarte e Vanessa Melo, pela amizade e companheirismo com que dividimos sonhos e lutas na jornada da educação e da vida.

Ao amigo Cassio Vale, pelas contribuições na caminhada do Conselho Municipal de Educação e no universo acadêmico.

É a palavra Gratidão que dedico ao meu orientador, Prof. Dr. José Bittencourt da Silva, por todas as oportunidades, orientações e os ensinamentos a mim concedidos desde o período da graduação, que nesse movimento entendia as dificuldades e inquietações vivenciadas por mim no decorrer dessa pesquisa. Com sabedoria em suas palavras – “Vamos que vamos” – me motivou a continuar, sempre alicerçado na exigência do rigor e do profissionalismo, os quais foram essenciais para meu crescimento acadêmico e pessoal.

Às amigas do Mestrado, Aquila, Glaice, Mhirlla, Michelle e Karen, pelos valiosos momentos de aprendizagem e parceria nas ações que fortaleceram nossas pesquisas. A cada final de encontro, pelo lanche especial para comemorar um novo conhecimento.

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e de Desenvolvimento da Amazônia (GEPEDA), em especial a Adriane Aleixo, Tatiana Ribeiro, Gleice Silva, Ostelia Furtado e Milena, pela construção do aprendizado no campo da Educação Ambiental.

Aos professores do Programa Pós-Graduação em Educação Básica (PPEB) e colegas de turmas de 2021, pelos ensinamentos, e a todos os profissionais da UFPA, pelo compromisso com o corpo discente.

À banca de qualificação, composta pelos Prof. Dr. Sérgio Roberto Moraes Corrêa e Prof. Dr. Salomão Antonio Mufarrej Hage, pelas reflexões e orientações na condução dessa pesquisa.

Ao Prof. Dr. Salomão Mufarrej Hage, pelo carinho e amizade construídos desde o período do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) Paulo Freire, e por ter-me acolhido no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ), no qual vivenciei muitos momentos de aprendizagem e de ações coletivas destinados à garantia dos direitos das populações do campo, das águas e das florestas.

Ao presidente do Conselho Municipal, Prof. Dr. Francisco Willians, pela motivação e enriquecimento significativo no meu percurso formativo como professora de Ananindeua.

À diretora da EEEF Donatila Santana Lopes, professora Darcilene Rodrigues, por toda parceria e apoio incondicional nos momentos delicados desta caminhada.

Aos professores, pais/responsáveis, funcionários e alunos da Escola Municipal Domiciano de Farias da Ilha João Pilatos, pelo acolhimento e rico diálogo, que promoveram grandes reflexões na condução dessa investigação da Educação Ribeirinha, em especial as crianças que participaram das entrevistas – vocês foram essenciais neste trabalho.

A dona Agustina e a Luciana pelo acolhimento em suas casas e pelas boas conversas, que trouxeram informações para andanças nas comunidades do Igarapé Grande e de João

Pilatos. Ao seu João, que me conduzia no seu barco no rio Maguari, onde percorria os cursos das águas em áreas estreitas entre as Ilhas para conhecer as localidades da região.

Assim, agradeço pelo apoio dos moradores da comunidade ribeirinha da Ilha João Pilatos que contribuíram nesta pesquisa. Sem a participação de vocês, nada disso seria possível.

Temos o compromisso individual e coletivo na construção de uma educação pautada na práxis libertadora que valoriza o diálogo aberto e solidário com os diversos sujeitos que constroem a educação pública e de qualidade. Esse diálogo só será possível a partir reconhecimento da singularidade e diversidade de cada sujeito. São esses os verdadeiros laços comuns que se unem na construção dos sonhos possíveis a todos nós.

(Autora)

RESUMO

Esta dissertação se propõe a realizar o estudo das políticas educacionais da gestão municipal de Ananindeua-PA destinadas ao atendimento escolar da população das Ilhas desse município, em especial a Ilha João Pilatos. A presente pesquisa dialoga com um cenário no qual a educação direcionada aos povos das águas vem sendo objeto de investigações nos últimos anos por ocasião de ações descontextualizadas do contexto ribeirinho. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo geral analisar como a gestão municipal de Ananindeua atende às demandas educativas dos povos ribeirinhos. Já os objetivos específicos são: a) analisar as políticas educacionais do Ensino Fundamental dos anos iniciais destinadas às comunidades ribeirinhas; b) verificar como acontece o atendimento ao Ensino Fundamental para os anos iniciais na escola ribeirinha; e c) compreender como se configura a percepção da comunidade escolar acerca do atendimento educacional dos anos iniciais desenvolvido na Ilha João Pilatos. O percurso metodológico foi organizado com base na abordagem qualitativa, com a delimitação e a formulação do problema, definidos em interface com a realização da investigação. Dessa forma, ocorreu inicialmente o levantamento bibliográfico e documental, a fim de aprofundar e construir um referencial teórico da temática investigada. Também se utilizaram a entrevista semiestruturada para obtenção dos relatos orais, as observações *in loco* e os registros fotográficos. A pesquisa se alicerça nas dimensões da Educação do Campo que se define a partir de seu lugar, dos saberes historicamente construídos, e dos conhecimentos científicos na sociedade em prol da defesa do direito dos povos do campo. O estudo demonstrou que as ações educacionais desenvolvidas pela gestão local não vêm contemplando as identidades ribeirinhas, bem como aponta a necessidade de ampliação das políticas educacionais para a garantia das condições de atendimento aos discentes que habitam a região das Ilhas. Por outro lado, as vozes dos entrevistados revelaram a importância do reconhecimento das identidades dos povos das águas, da participação da família, e do fortalecimento das práticas democráticas no contexto ribeirinho ananindeuense.

Palavras-chave: Educação ribeirinha. Políticas educacionais. Educação do campo. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This master's thesis undertakes the task of studying education policies enacted by city-level management in Ananindeua-PA, mainly those oriented to providing education to the insular population in the João Pilatos Island. This research stems from a landscape in which education targeted at riverside-dwelling people has become a scientific object due to decontextualized actions being realized in such contexts. The main objective is analyzing how Ananindeua municipal management answers to education needs regarding riverside-dwelling populations. Specific objectives are: a) analyzing education policies for early years of Elementary Education aiming riverside-dwellers; b) verifying how the early years of Elementary School are materialized in such communities; and c) understanding how school community's perceptions are configured in relation to education services in early years developed at João Pilatos Island. Methodology was organized based on a qualitative approach, with the research problem being defined and posed, in dialogue with carrying out the work. Thus, bibliographical and document analyses were done in order to deepen and build a theoretical framework around the topic. Semi-structured interviews, in loco observations, and photographic records were also used as complementary methods. This research is grounded on education for rural areas, marked by its own place of origin, by knowledge historically built, and by scientific knowledge in society in defense of rural populations' rights. The study showed that education actions developed by the local government have not properly addressed riverside-dwelling identities, as well as pointed out the need for broader education policies to assure adequate assistance conditions for students inhabiting the insular region of Ananindeua. On the other hand, interviewers' voices revealed the important of identity recognition for riverside-dwelling peoples, family participation, and the strengthening of democratic practices in riverside-dwelling contexts in Ananindeua.

Keywords: Riverside-dweller education. Education policies. Rural Education. Elementary school.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 e 2 - Infraestrutura da sala de aula do Ensino Fundamental	17
Figura 3 e 4 - Transporte utilizado pelos discentes	18
Figura 5 e 6 - Visita à unidade educacional	28
Figura 7 e 8 - Porto do Surdo	29
Figura 9 - Rua de acesso ao Porto do Surdo.....	30
Figura 10 - Comunidade João Pilatos.....	30
Figura 11 - Comunidade Nova Esperança.....	30
Figura 12 - Comunidade João Pilatos.....	32
Figura 13 - Comunidade Nova Esperança.....	32
Figura 14 - Comunidade do Igarapé Grande	32
Figura 15 - Comunidade do Igarapé Grande	32
Figura 16 - Descarte do lixo	33
Figura 17 - Sistema de água (caixa d'água e poço).....	33
Figura 18 – Criação de peru e patos	34
Figura 19 - Pequeno viveiro de galinhas e galo	34
Figura 20 - Festival da Cultura.....	37
Figura 21 - Torneio de futebol feminino	37
Figura 22 - EMEIF Domiciano de Farias -Ano de 2020	38
Figura 23 - EMEIF Domiciano de Farias -Ano de 2022	38
Figura 24 - Interação na pesquisa de campo	41
Figura 25 - Entrevista com o membro da associação comunidade	41
Figura 26 - Coletas de cachos de bacaba.....	49
Figura 27 - Atividade de pesca de mariscos	49
Figura 28 – Colheita do fruto da abacaba.....	52
Figura 29 - População ribeirinha na Amazônia.....	69
Figura 30 - Uma das formas de transporte dos ribeirinhos	71
Figura 31 - A pesca como uma das atividades econômicas	71
Figura 32 - Mapa de Ananindeua	77
Figura 33 - Árvore ananim / Seiva da árvore ananim	78
Figura 34 - Ave Maguari	79
Figura 35 - Foto antiga da entrada da cidade de Ananindeua	80

Figura 36 - Foto da atual entrada da cidade de Ananindeua	80
Figura 37 - Mapa da Ananindeua insular	85
Figura 38 - EMEIF Domiciano de Farias	86
Figura 39 - Anexo I da EEEF Colônia do Fidelis	86
Figura 40 - Organograma do Sistema Municipal de Educação de Ananindeua.....	90
Figura 41 - Conselho Municipal de Educação	93
Figura 42 - Secretaria Municipal de Educação.....	107

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - Demonstrativo de produções selecionadas na revisão de literatura	54
Tabela 2 - As temáticas mais abordadas nas dissertações e tese quando utilizadas as palavras: Educação Ribeirinha na Amazônia no site BDTD (2001-2021)	54
Tabela 3 - As temáticas pouco abordadas nas dissertações e teses quando utilizadas as palavras Educação Ribeirinha na Amazônia no site BDTD (2001-2021).....	56
Quadro 1 - Documentos normativos e orientadores.....	58

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AJURI	Instituto para o Desenvolvimento Solidário e Sustentável da Amazônia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAFÉ	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CME	Conselho Municipal de Educação
COVID 19	Doença de coronavírus 2019
CPT	Comissão Pastoral da Terra
ER	Educação Ribeirinha
FME	Fórum Municipal de Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
MOVA	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PA	Pará
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PME	Plano Municipal de Educação
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	SAINDO DO PORTO E ENTRANDO NO BARCO: ELEMENTOS DA INTRODUÇÃO DA PESQUISA.....	15
1.1	As primeiras impressões sobre o objeto de pesquisa.....	15
1.2	O percurso trilhado para a construção do objeto de investigação e a definição da problemática da pesquisa.....	16
1.3	A construção e desdobramento metodológico.....	21
1.3.1	Organização do percurso da pesquisa acadêmica.....	27
1.3.2	O lugar da pesquisa: Ilha João Pilatos e a Escola Domiciano de Farias.....	29
1.3.3	Instrumentos e procedimentos para a produção de dados.....	39
1.3.4	Procedimentos para a análise dos dados.....	43
2	NAVEGANDO PELA AMAZÔNIA: ESPAÇOS DE VIDA E A EDUCAÇÃO RIBEIRINHA.....	47
2.1	A revisão da literatura da Educação Ribeirinha na Amazônia.....	47
2.2	A Educação do Campo articulada à realidade ribeirinha.....	61
2.3	Os espaços de vida na região Amazônica.....	68
2.4	Populações ribeirinhas e o atendimento educacional do Ensino Fundamental ...	72
3	NAVEGANDO EM UM LUGAR CHAMADO ANANINDEUA: UM MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA PARAENSE BRASILEIRA.....	76
3.1	A ocupação e o território de Ananindeua.....	76
3.2	A região das Ilhas.....	84
4	AS PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS E AS DISPUTAS EXISTENTES NA REGIÃO DAS ILHAS NA AMAZÔNIA ANANINDEUENSE: O RIO INTERLIGANDO CAMINHOS.....	88
5	CHEGANDO NO PORTO E DESCENDO DO BARCO: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
	REFERÊNCIAS.....	126
	APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	134
	APÊNDICE B - ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS DOS REPRESENTANTES DA GESTÃO MUNICIPAL E DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ILHA JOÃO DE PILATOS.....	136
	ANEXO A - MAPA DA REGIÃO DAS ILHAS DE ANANINDEUA.....	138

1 SAINDO DO PORTO E ENTRANDO NO BARCO: ELEMENTOS DA INTRODUÇÃO DA PESQUISA

O barco chega, a gente tem que entrar na sala e desenvolver logo nosso trabalho, porque, não demora muito, o barco já tem que retornar. Então, é muito corrido, e se a gente não se atentar para que nós vamos fazer realmente, a gente vai passar batido e não consegue transmitir o nosso objetivo para eles (Murini, professor, informação verbal [sic]).

1.1 As primeiras impressões sobre o objeto de pesquisa

Esta pesquisa coloca-se no âmbito das reflexões sobre as políticas educacionais do campo destinadas às populações ribeirinhas na Amazônia¹ paraense. Neste contexto, é realizada aqui a análise da realidade educacional da Ilha João Pilatos, que pertence ao município de Ananindeua/PA, uma cidade localizada na Região Metropolitana de Belém (RMB), com uma população estimada em 540.410 (quinhentos e quarenta mil e quatrocentos e dez) habitantes (IBGE, 2021), tendo na área continental a concentração de 90% da população; a RMB é composta por sete municípios, incluindo a capital, Belém, e Ananindeua, a segundo maior em número populacional (IBGE, 2021).

De acordo com Pacheco e Elias (2020), a região das Ilhas de Ananindeua, que fica ao norte, é composta por 9 (nove), sendo elas: Viçosa, João Pilatos, Santa Rosa, Mutá, Arauari, São José da Sororóca, Sororóca, Sassunema e Guajarina, onde residem famílias ribeirinhas que demandam um conjunto de políticas públicas a serem desenvolvidas nesses territórios. Entre estas, está a educação, com peculiaridades de acesso e permanência para que a comunidade chegue às escolas e realize o trabalho pedagógico dentro das condições estruturais adequadas.

Sobre a Ilha João Pilatos, aqui analisada com destaque, Furtado (2011) afirma que teve os primeiros moradores por volta de 1817 e abarca hoje três comunidades: Nova Esperança, Igarapé Grande e João Pilatos. Segundo Almeida (2008), a Ilha possui o maior número de habitantes e concentra múltiplas organizações sociais, a exemplo da Associação dos Moradores do Igarapé Grande e da Associação dos Moradores do Cajueiro.

Na comunidade de Igarapé Grande, existe uma unidade de ensino municipal que oferta a Educação Infantil (Pré-escola) e o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), de modo que se

¹ De acordo com Aragón (2018), a Amazônia é compartilhada por 9 (nove) países, entre os quais estão a Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa, e o Brasil, que concentra cerca (67,98%) das áreas das divisões administrativas. A Amazônia brasileira envolve 9 estados, entre os quais se encontra o estado do Pará; por isso se reporta à Amazônia paraense ao se tratar do território estudado nesta pesquisa acadêmica.

observa no primeiro olhar um conjunto de contradições que envolve o contexto ribeirinho e a materialização das ações do governo local por meio da Prefeitura Municipal de Ananindeua (PMA). Em razão disso, esta pesquisa se propõe a investigar as políticas educacionais municipais destinadas aos sujeitos que moram nas Ilhas, a fim de compreender o atendimento destinado aos povos das águas² existentes em Ananindeua, situação que demandam compreensão e explicações do ponto de vista epistemológico.

1.2 O percurso trilhado para a construção do objeto de investigação e a definição da problemática da pesquisa

No ano de 2012, obtive a aprovação no concurso público nº CAP. 2010.001/01/PMA para o cargo de professora do Ensino Fundamental, sendo lotada em uma turma do 3º ano na Escola Municipal Nilce Alves Branco. Posteriormente, comecei a desenvolver atividades na assessoria técnica da Câmara de Educação Infantil (CEI) do Conselho Municipal de Educação (CME) de Ananindeua, em que tenho acompanhado as políticas educacionais destinadas aos municípios por meio do monitoramento e acompanhamento das ações do poder público.

Essa caminhada me permitiu conhecer as ações destinadas à educação do município, dentre as quais se destacam as conferências municipais, os fóruns locais e os simpósios, bem como a elaboração dos anteprojetos que culminaram em atos normativos propostos à comunidade escolar. A atuação neste Órgão regulador me permite justamente entender também de forma sistêmica as ações educacionais direcionadas às escolas da sede e às ribeirinhas.

No início de 2014, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e o CME promoveram encontros com segmentos sociais e do governo para tratar da construção do Plano Municipal de Educação (PME) de Ananindeua decorrente de uma exigência do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado via Lei nº 13.005/2014, que instituiu que estados e municípios elaborassem seus próprios planos decenais dentro de um ano. Essas reuniões resultaram na formação de grupos de trabalhos (GTs) para construção do diagnóstico escolar da Educação Básica e Superior em todos os seus níveis e dimensões. Cabe destacar que as composições contavam com os representantes das organizações sociais, técnicos da SEMED e

² A população da amazônica foi constituída de sujeitos advindos de lugares do Brasil e de outros países, e por povos tradicionais que habitam a região. Essa diversidade demonstra a existência de vários povos da floresta e das águas que estabelecem suas relações sociais e ambientais, por meio da natureza, e a têm como condutora de saberes e fonte natural de desenvolvimento (CARMO, 2019). Dessa forma, a população da Ilha João Pilatos possui identidades, características e elementos dos povos das águas, por apresentar relação com os rios ananindeuense.

assessoria técnica do CME, que, por sua vez, fazem o acompanhamento também das escolas nos setores de autorização, credenciamento e credenciamento, a fim de manter a instituição dentro dos atos normativos legais de funcionamento.

Dessa forma, pude acompanhar a comissão do Ensino Fundamental e tive acesso ao diagnóstico do ensino ofertado aos discentes matriculados na rede educacional, conforme os últimos censos escolares e as informações retiradas do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as quais tratam dos dados educacionais oficiais em nível nacional, regional, estadual, da região metropolitana e do município, no que refere à matrícula nas redes educacionais, percentual de atendimento por faixa etária de alunos e de demanda reprimida. Tais informações serão abordadas no decorrer dessa pesquisa, uma vez que esses elementos serviram de balizadores para estabelecer as metas e as estratégias a serem desenvolvidas no decorrer de 10 (anos) em todos os polos do município.

Destaco que os dados constantes nos relatórios das comissões me permitiram refletir acerca as políticas destinadas às comunidades quilombolas e aos ribeirinhos existentes no município, pois não traduziam os contextos desses territórios, despertando em mim especial atenção para os alunos da rede municipal que vivem nas Ilhas, os quais algumas vezes possuem condições inferiores aos demais alunos da área urbana quanto às políticas públicas educacionais.

Outro ponto a ser tratado está no fato de eu poder acompanhar/assessorar a unidade de ensino na avaliação contínua, inerente ao ato autorizativo da Educação Infantil (pré-escola) e do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), que envolvem as ações pedagógicas, infraestrutura do prédio e o transporte escolar, como demonstrado no registro das Figuras 1 e 2 a seguir:

Figura 1 e 2 - Infraestrutura da sala de aula do Ensino Fundamental



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

As Figuras 1 e 2 demonstram as condições físico-ambientais e de mobília da sala de aula do Ensino Fundamental, em relação às quais se observam lajotas quebradas, carteiras deterioradas, pouca ventilação e iluminação no espaço educativo. As condições de atendimento existentes no prédio escolar não oferecem segurança para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e prejudicam o processo de ensino-aprendizagem do alunado. A situação compromete parcialmente a garantia do direito à Educação previsto no Art. 4º da Lei 9694/96 (BRASIL, 1996).

Figura 3 e 4 - Transporte utilizado pelos discentes



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Nas Figuras 3 e 4, tem-se a embarcação utilizada pelos discentes, na qual se constata o não atendimento dos preceitos previstos na normativa em vigor sobre o transporte escolar fluvial. Diante das situações observadas no decorrer do acompanhamento na unidade de ensino, a relevância da discussão me incentivou a propor uma investigação em torno das políticas educacionais da gestão municipal destinadas a atender às demandas educativas da população ribeirinha, por sua vez, refletidas na Escola Municipal Domiciano de Farias, localizada na comunidade do Igarapé da Ilha João Pilatos.

Esse movimento foi pautado na relação entre a educação no campo e suas múltiplas dimensões, que se definem com seu lugar, com os saberes historicamente construídos e com os conhecimentos científicos na sociedade em prol da defesa do direito dos povos do campo. A partir das contribuições teóricas, da relevância social da temática e da necessidade de aprofundamento dos estudos, pretendo contribuir, por meio deste trabalho, com o debate a respeito do desenvolvimento local, em especial no âmbito da educação para os povos das Ilhas do município.

Para o aprofundamento do estudo sobre a educação destinada à comunidade ribeirinha de Ananindeua, defini o seguinte **problema de pesquisa**: Como a gestão municipal de Ananindeua atende às demandas educativas dos povos ribeirinhos?

Diante do problema de pesquisa, foram organizadas as seguintes **questões norteadoras**: a) Em que medida as políticas educacionais do Ensino Fundamental dos anos iniciais atendem às demandas das comunidades ribeirinhas?; b) Como acontece o atendimento ao Ensino Fundamental para os anos iniciais na escola ribeirinha?; e c) Como se configura a percepção da comunidade escolar acerca do atendimento educacional dos anos iniciais desenvolvido na Ilha João Pilatos?

No intuito de responder aos questionamentos propostos, o **objetivo geral** consiste em: analisar como a gestão municipal de Ananindeua atende às demandas educativas dos povos ribeirinhos. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes **objetivos específicos**:

- Analisar as políticas educacionais do Ensino Fundamental dos anos iniciais destinadas às comunidades ribeirinhas;
- Verificar como acontece o atendimento ao Ensino Fundamental para os anos iniciais na escola ribeirinha; e
- Compreender a percepção da comunidade escolar acerca do atendimento educacional dos anos iniciais desenvolvido na Ilha João Pilatos.

O interesse em desenvolver a pesquisa em Educação do Campo, especificamente no território amazônico paraense ribeirinho, justifica-se, como já frisado, por minha trajetória política e profissional. Isso, porque venho atuando desde 2002 em contextos educativos nos quais a Educação Ribeirinha aparece de alguma forma como tema presente. Por exemplo, cito minha participação como educadora no Programa MOVA Paulo Freire, iniciado naquele ano, pela Secretaria Municipal de Educação de Belém, com turmas na parte continental e na região das Ilhas.

Durante o Programa, eram abordadas as políticas para a diversidade, em relação às quais a formação continuada e as práticas diárias em sala de aula constituíam espaços de diálogo sobre a importância do sujeito de direitos, construtor de sua própria história e do seu processo formativo.

Nos programas MOVA AJURI e MOVA Pará, que foram implementados em diversos territórios da Amazônia paraense, foi possível ampliar os debates, pois, no decorrer dos encontros e das ações com os professores pertencentes aos movimentos sociais, o planejamento pedagógico era organizado de acordo com o contexto de cada localidade. Nesse período, também tive a oportunidade de conhecer e dialogar com organizações sociais que

atuavam com as questões relacionadas ao direito à educação pública de qualidade, um importante momento para organização/reorganização das nossas práticas educativas.

O aprendizado por mim adquirido no decorrer da trajetória profissional foi aprofundado ao longo da graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Pará (UFPA), por meio de estudos em disciplinas e ações que envolviam o debate sobre políticas do/no campo, bem como com minha participação no Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ), o que resultou na continuidade da pesquisa na Especialização em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade na UFPA.

Durante a trajetória profissional, na função de coordenação pedagógica, realizei atividades educacionais na Escola Estadual Maria Pia, localizada no distrito de Apeú, município de Castanhal, estado do Pará, na qual pude acompanhar questões relacionadas à ausência/carência de políticas públicas para a comunidade escolar.

Também com professora colaboradora do curso de Pedagogia do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), vinculado à UFPA, tive a oportunidade de dialogar com os cursistas, que relataram as condições precárias para desenvolver suas atividades educacionais nos territórios amazônicos, em especial as professoras dos municípios de Soure e Salvaterra, pertencentes à Ilha do Marajó. Cabe destacar que o Parfor está vinculado a um conjunto de políticas públicas do governo federal, em parceria com estados, municípios e instituições de ensino superior que ofertavam turmas especiais em cursos de licenciatura e em programas de segunda licenciatura, na modalidade presencial, exclusivos para educadores das redes públicas que não possuíam formação superior na área em que atuam, conforme exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e que atuavam, em sua maioria, com a formação denominada de Magistério, a qual se conclua junto com o Ensino Médio.

Nas dimensões profissional, acadêmica e pessoal, sempre busquei compreender as questões que envolviam a relação entre campo e cidade por meio das experiências, relatos e vozes dos sujeitos que constroem a Educação do Campo na Amazônia paraense ribeirinha. Um exemplo disso está no questionamento das condições que ocasionavam a migração de povos dos seus territórios de origem para as grandes metrópoles ou cidades do entorno.

Atualmente, como docente da Educação Básica, desenvolvo atividades na assessoria técnica do Conselho Municipal de Educação de Ananindeua, um órgão criado pela Lei Municipal nº 1.271, de 2 de setembro de 1997 (ANANINDEUA, 1997), que o instituiu como integrante do Sistema Municipal de Ensino (SME). Para a instalação e institucionalização desse Órgão, foi necessária uma ampla mobilização de segmentos sociais e educacionais do

município, o que resultou na aprovação da Lei Municipal nº 2.153, no dia 8 de julho de 2005 (ANANINDEUA, 2005), que passou a disciplinar a organização da gestão da política educacional em âmbito municipal.

Nesta função técnica no CME, tenho acompanhado as políticas educacionais destinadas aos munícipes, em especial, as questões que envolvem a escola pertencente à Ilha João Pilatos. Com isso, meu interesse no desenvolvimento da pesquisa está em compreender os reflexos das políticas educacionais nesse território amazônico ananindeuense.

Neste trabalho, alinho-me à ideia de que, como afirma Freire (1987, p. 53), “a ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, ‘ação cultural’ para liberdade, por isso mesmo, ação com eles”, de modo a fazer com que sejam capazes de perceber-se como sujeitos da história, o que é também ser sujeito de seu próprio processo de formação.

Tal trabalho de pesquisa se constitui como um meio de encontrar caminhos para conquista da igualdade social na escola. A esse respeito, o “grupo de estudos Educação Básica Pública Brasileira: Dificuldades Aparentes, Desafios Reais” afirma sobre a necessidade de garantir a qualidade de educação para todos, com condições similares de acesso ao conhecimento da ciência e às demais culturas, um processo alicerçado na formação da cidadania (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2018).

Nessa perspectiva, foi feita uma investigação e seleção das obras no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a respeito da temática “Educação Ribeirinha na Amazônia”. Como resultados, houve 109 (cento e nove) publicações no Periódicos CAPES, e 105 (cento e cinco) textos acadêmicos de pós-graduação na BDTD. No que tange ao total de produtos encontrados a partir do recorte temporal estabelecido nesta investigação, constatou-se ausências de dissertações com o objeto de investigação relacionado às condições de funcionamento dos anos iniciais do Ensino Fundamental para os discentes que habitam a Ilha João Pilatos do município de Ananindeua.

1.3 A construção e desdobramento metodológico

No intuito de atender às questões pertinentes ao objeto de investigação, elege-se aqui a abordagem qualitativa que norteia vários tipos de pesquisa das Ciências Humanas e Sociais, por compreender a necessidade de estudar os fenômenos que envolvem um determinado cenário, diante do qual se propõe a construção de conhecimentos necessários para desvelar as

primeiras impressões de um determinado contexto, cuja dinâmica resulta também das ações das políticas públicas.

De acordo com Chizzotti (2005), na perspectiva de conhecer as reais informações presentes no cotidiano, o pesquisador atua como o sujeito-observador, sendo parte integrante da produção do conhecimento, agindo segundo a premissa de desenvolver ações destinadas a investigar e interpretar os fenômenos na realidade.

A abordagem qualitativa no campo das Ciências Humanas e Sociais permite responder às questões relacionadas às particularidades dos fenômenos que envolvem os anseios, as crenças, os valores e a postura diante de um fato. Para Minayo (2016, p. 20), tais fenômenos desenvolvidos pelo ser humano se constituem enquanto parte da realidade social, uma vez que “se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes”. Dessa maneira, a pesquisa qualitativa mergulha no conjunto de significados que envolve o sujeito a fim de conhecer a essência do fenômeno e construir novos conhecimentos.

Para Chizzotti (2005), a produção do conhecimento envolve principalmente a fenomenologia e a dialética, pois o alcance da essência do fenômeno necessita de um aprofundamento na imersão na realidade para ultrapassar as aparências imediatas e captar os sentidos ocultos que estão presentes no cotidiano. Nessa direção, a dialética afirma a importância da relação dinâmica entre o sujeito e o objeto para o processo de construção de novos conhecimentos, a partir da perspectiva das contradições existentes na sociedade.

As questões fenomênicas contidas na relação dinâmica entre o mundo real e o objeto também estão presentes entre sujeito e objeto, em razão de a abordagem qualitativa partir do fundamento de que existe “um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 2005, p. 79). Dessa maneira, compreende-se que o objeto está impregnado de significados e das ações dos sujeitos, e que não pode ser tratado nesta escolha de pesquisa como elemento neutro e isolado do contexto social. Assim, é preciso perceber de modo especial os fenômenos existentes na educação ofertada para a comunidade escolar ribeirinha da Ilha João Pilatos, do município de Ananindeua.

Na pesquisa qualitativa, a delimitação e a formulação do problema da pesquisa acadêmica estão imbuídas de um processo que se define no decorrer da exploração do contexto de investigação. Por isso, o movimento de imersão nas leituras, do diálogo com os sujeitos e do contexto local que envolve a Educação Ribeirinha foram determinantes para o desenvolvimento deste trabalho científico. Como trata Severino (2007, p. 74-75):

Em outras palavras, o tema deve ser problematizado. Toda a argumentação, todo o raciocínio desenvolvido num trabalho logicamente construído é uma demonstração que visa solucionar determinado problema. A gênese dessa problemática dar-se-á pela reflexão surgida por ocasião das leituras, dos debates, das experiências, da aprendizagem, enfim da vivência intelectual no meio do estudo universitário e no ambiente científico e cultural.

Por isso, a importância de se ter consciência quanto à problemática, que deve ser condizente com o tema e deve poder subsidiar o tipo e o método de pesquisa utilizado na construção do trabalho acadêmico, de modo a se apresentar com segurança as reflexões, os resultados e as considerações do tema problematizado.

A escolha pela abordagem qualitativa também se justifica por apresentar característica de investigação, sendo uma demanda do objeto que, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), permite responder aos diversos aspectos presentes no cotidiano. Por isso, foram organizadas com base em cinco características, a saber: a) a fonte direta de dados é o ambiente natural, tendo o investigador como instrumento principal; b) a investigação qualitativa é descritiva; c) os investigadores qualitativos se interessam mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos encontrados na pesquisa; d) os investigadores tendem a analisar de forma indutivas e; e) os significados produzidos pelo ser humano são importantes na pesquisa qualitativa.

Os elementos apresentados são basilares para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa. Desse modo, conforme a organização dos objetivos propostos, serão delineadas as características para o desenvolvimento da investigação proposta nesta dissertação. Com base nessa lógica, ocorreu a delimitação da problemática e elegeu-se a pesquisa do tipo Estudo de Caso, com o intuito de tentar responder à questão apresentada, pois “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita esse amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2010, p. 37). Esse tipo de pesquisa possibilita a reunião de um conjunto de informações de um determinado contexto, o que pode fornecer um detalhamento profundo sobre o contexto educativo ribeirinho de Ananindeua, realizando o estudo de caso sobre a unidade de ensino localizada na Ilha João Pilatos.

Para Yin (2016), a pesquisa tipo estudo de caso pode ser a estratégia selecionada para responder a questões do tipo “como” e “por quê”, sendo também adotada quando o pesquisador tem pouco controle dos elementos de um determinado evento ou contexto de uma realidade, situação que contempla a presente investigação. Nessa perspectiva, adotou-se o estudo de caso etnográfico que, segundo André (2009, p. 30), surge

[...] recentemente na literatura educacional numa acepção bem clara: a aplicação da abordagem etnográfica ao estudo de caso. Isto quer dizer que nem todos os tipos de

estudo de caso incluem-se dentro da perspectiva etnográfica de pesquisa. Da mesma, nem todo tipo etnográfico será um estudo de caso.

Dessa forma, o autor informa que o reconhecimento como estudo de caso etnográfico precisa conter um conjunto de requisitos da etnografia e também necessita apresentar um “sistema bem delimitado”, ou seja, “unidades com limites definidos”, podendo ser um sujeito, grupo social, programa ou instituição. Essas questões que envolvem o estudo de caso etnográfico possibilitam ao pesquisador a construção/reconstrução de conhecimento de uma unidade particular, o que, segundo André (2009, p. 31), “não impede, no entanto, que ele esteja atento ao seu contexto e às suas inter-relações como um todo orgânico, e à sua dinâmica como um processo, uma unidade em ação”.

Dentro das possibilidades da etnografia, foram selecionadas a observação participante, a entrevista e a análise de documentos. Desse modo, a observação participante foi colocada em prática no decorrer das visitas, pois a aproximação dos sujeitos permitiu conhecer o modo de vida da população, suas atividades econômicas, religiosas e culturais, e as falas e expressões nas conversas dos moradores com tópicos pertinentes à temática da pesquisa. Esse movimento das visitas à comunidade do Igarapé Grande foi primordial para perceber elementos subjetivos presentes na realidade desse território de Ananindeua.

Em face dessas articulações, o trabalho busca investigar as políticas educacionais da gestão municipal voltadas para atender às demandas educativas dos anos iniciais do Ensino Fundamental destinada aos povos águas, refletidas em uma escola municipal localizada na Ilha João Pilatos, do município de Ananindeua, estado do Pará. Para buscar responder às questões presentes nesta pesquisa, foi utilizado o método do materialismo histórico-dialético, que reconhece a dinâmica do processo da história da vida dos homens em sociedade.

O materialismo histórico-dialético se constitui como um caminho que procura fundamentar a interpretação dos fatos históricos e sociais. Em outras palavras, o modo de investigação desenvolvido por Marx possibilitou a constituição de uma nova visão da sociedade a partir de um caráter material, em que o sujeito se organiza na sociedade para a produção e reprodução do modo de vida. Para fomentar maiores reflexões sobre uma determinada realidade econômica, Marx (1968), em sua obra *O Capital*, demonstra por meio da categoria-síntese o percurso do movimento empírico (realidade aparente, imediata) em direção ao concreto (realidade pensada, compreendida) – que resulta na mercadoria, e como esta perpassa pelas abstrações. A obra elaborada pelo autor evidencia no primeiro capítulo a análise da mercadoria:

Nele procurei expor, com a maior clareza possível, o que concerne especialmente à análise da substância e da magnitude do valor. A forma do valor, a qual tem no dinheiro sua figura acabada, é muito vazia e simples. Apesar disso, tem o espírito humano, há mais de dois mil anos, tentando em vão devassá-la, embora conseguisse analisar, pelo menos com aproximação, formas muito mais complexas e ricas de conteúdo. Por quê? Porque é mais fácil estudar o organismo, como um todo, do que suas células. Além disso, na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios. A célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida pela mercadoria. Sua análise parece, ao profano, pura maquinação de minuciosidades. Trata-se, realmente, de minuciosidades, mas análogas àquelas da anatomia microscópica (MARX, 1968, p. 4).

Com base nas leituras marxistas, percebe-se que a interpretação da realidade exige o método de análise alicerçado na captação da essência do real para compreender a sociedade organizada sob o modo capitalista de produção, bem como a essência dos fenômenos presentes nos espaços, dentro de um universo de interpretação e contradições do modo de vida dos sujeitos.

Voltando aos aspectos da abordagem qualitativa, Minayo (1994, p. 16) afirma que “[...] a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. Para isso, o pesquisador assume um papel importante diante dos aspectos relativos ao objeto de investigação, o que possibilita a construção de novos conhecimentos e o pensamento crítico. Assim, a relação dinâmica entre pesquisador e pesquisado se constitui em todas as etapas da pesquisa e promove um entendimento das questões investigadas e da realidade social em nível subjetivo, pois

na pesquisa qualitativa, o social é visto como um mundo de significados possível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias-primas dessa abordagem. É o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana, objeto da abordagem qualitativa (TEIXEIRA, 2005, p. 140).

Os dados obtidos nas diversas fases da pesquisa passam por constantes análises e ponderações, de modo que os novos fatos descobertos contribuem para um possível realinhamento do trabalho científico, uma vez que podem ou não comprovar as situações do objeto de pesquisa. Dessa maneira, o movimento dinâmico da investigação científica promove uma imersão constante no campo teórico e prático, que resultará em novas informações e descobertas que irão auxiliar o percurso da pesquisa acadêmica.

A construção do percurso teórico-metodológico de uma investigação científica demanda um conjunto de cuidados por parte do pesquisador, pois o caminho escolhido busca responder às questões norteadoras de uma pesquisa. Nesse trajeto de aproximação do objeto

com o referencial teórico, é preciso definir métodos e técnicas para o desenvolvimento da pesquisa. Para isso, o processo de trabalho científico está organizado em três etapas, como sugere Minayo (2016), a saber: a primeira, denominada de fase exploratória; a segunda, como trabalho de campo; e a terceira, como análise e tratamento do material empírico e documental.

Na fase exploratória, ocorre a elaboração do projeto de pesquisa e dos procedimentos que antecedem a imersão no campo. Este é também o primeiro movimento para delimitar o objeto de pesquisa, a partir da revisão do aporte teórico e metodológico, com a escolha dos instrumentos de investigação e o cronograma de execução.

A etapa de trabalho de campo coincide com o diálogo entre a realidade concreta e as questões presentes na pesquisa, razão por que neste momento ocorre a realização de entrevista com representante da Associação Comunitária do Igarapé Grande, com equipe diretiva, com moradores/funcionários da escola, com discentes e pais/responsáveis de alunos que habitam a Ilha João Pilatos, bem como com professores lotados na unidade de ensino.

Em virtude do cuidado de não expor as respostas vinculadas às suas próprias identificações, organizaram-se os pseudônimos relacionados aos nomes das localidades e/ou comunidades da região das Ilhas de Ananindeua, quais sejam: 1) Associação Comunitária (Livramento e Arauai); 2) equipe diretiva (Guajarina e Maritubinha); 3) moradores/funcionários (Patauateua, Viçosa e Remanso); 4) discentes (Sapucaia, Santa Rosa, Cajueiro e Sassurema); 5) pais/responsáveis (Ribeirão e Guaribas); e 6) professores (Maritubinha I, Muriní, Linda Vista, Sororoca e Roldão). Apesar da organização metodológica, é importante frisar que os entrevistados exercem outras funções na comunidade escolar, como demonstrado nos relatos orais.

Após a explanação dos objetivos e da importância da participação dos sujeitos, ocorreu a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Cabe destacar que, no caso das crianças, realizou-se a comunicação com os pais/responsáveis para assinatura do documento ora citado. Na investigação, foi utilizada a observação e/ou outras formas de coletar informações necessárias para a construção da pesquisa.

Esta última etapa corresponde ao conjunto de procedimentos que visa interpretar os dados coletados na fase exploratória à luz do referencial teórico, tendo como resultado a formulação de novos conhecimentos sobre a sociedade. Cabe destacar que as etapas não são separadas e isoladas, ao contrário, permanecem em constante diálogo entre si, pois a forma de organização possibilita a produção de novas informações de um determinado contexto.

1.3.1 Organização do percurso da pesquisa acadêmica

No intuito de aprofundar os conhecimentos a respeito da pesquisa acadêmica, é necessário inicialmente realizar a revisão da literatura para apropriação teórica da temática a ser investigada. Como menciona Echer (2001, p. 7): “a partir da revisão da literatura poderemos ter ideia do que já foi e do que ainda necessita ser pesquisado”. Esse gesto promove a aquisição de novos conhecimentos imprescindíveis ao pesquisador e auxilia na definição da problemática da pesquisa científica. Também no momento da apropriação teórica, a partir de seus avanços nas leituras, o pesquisador começa a aprender a selecionar os materiais direcionados ao seu objeto de investigação.

Existem várias formas e maneiras de realizar o levantamento desses fatos, cuja avaliação posterior contribui para a produção de conhecimento e viabiliza o desenvolvimento do trabalho científico, tratando-se de uma articulação que promove o nível de interpretação teórica. Inicialmente, propõe-se aqui desenvolver a pesquisa bibliográfica e o levantamento documental para aprofundar e construir um referencial teórico relacionado à temática a ser investigada. Sobre isso, Gil (2002, p. 46) considera que:

enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico.

Neste sentido, observa-se tanto a importância desse delineamento para o procedimento da coleta de dados quanto da apreciação desses materiais para a reflexão/produção da pesquisa proposta acerca da política educacional aos povos ribeirinhos. Por isso, torna-se necessário conhecer um volume de fontes necessárias à investigação, por entender-se que

O trabalho de pesquisa deverá dar conta dos elementos necessários para o desenvolvimento do raciocínio demonstrativo, recorrendo assim a um volume de fontes suficiente para cumprir essa tarefa, seja ela relacionada com o levantamento de dados empíricos, com ideias presentes nos textos ou com intuições e raciocínio do próprio pesquisador (SEVERINO, 2007, p. 133).

Nesse tipo de pesquisa, é necessário ter disponibilidade de levantamento das fontes e documentos, na perspectiva do material, com dimensão ampla e do particular, bem como das publicações recentes ou mais antigas. Tanto a consulta quanto a análise do material acontecerão em todo o processo de investigação.

Para além disso, foi realizada pesquisa bibliográfica, em que foram considerados livros, periódicos, dissertações e teses. A respeito das produções acadêmicas, como

mencionado, foram acessados o Portal de Periódicos da CAPES e a página da BDTD. Ainda nesta etapa inicial, ocorreu a escolha de documentos indispensáveis à compreensão do estudo, como o Plano Municipal de Educação, as Resoluções do Conselho Municipal de Educação e a Proposta Curricular para o Ensino Fundamental de nove anos da rede municipal de ensino de Ananindeua (ANANINDEUA, 2010, 2014, 2015a, 2015b, 2015c, 2017a, 2017b, 2018).

Posteriormente à etapa de seleção e organização das obras relacionadas à pesquisa proposta, ocorreu o momento da escolha do *locus* de investigação, sendo selecionada a Unidade Educacional Municipal Domiciano de Farias, localizada na região das Ilhas de Ananindeua, na qual se pretendeu desenvolver uma pesquisa de campo qualitativa, com o intuito de investigar as políticas educacionais para o Ensino Fundamental, em especial para anos iniciais, destinadas a atender às necessidades da população ribeirinha.

Com base nessa premissa da pesquisa de campo, a aproximação com o *locus* de pesquisa, aqui identificado como EMEIF Domiciano de Farias, ocorreu por meio de visitas ao espaço com a finalidade de promover um diálogo entre a pesquisadora e a comunidade escolar.

Figura 5 e 6 - Visita à unidade educacional



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Esse movimento de interação entre os sujeitos da pesquisa possibilitou a imersão neste contexto social, que será refletida nas entrevistas, na observação e no levantamento de documentos. Cabe destacar que o contato com a unidade de ensino para tratar dessa pesquisa teve início em setembro de 2021, com uma conversa com membros da direção e coordenação, durante a qual foram apresentadas as intenções presentes nesta pesquisa. Conforme as orientações normativas da UFPA, foi entregue o ofício apresentando ao diretor e solicitando autorização para desenvolvimento da investigação na unidade escolar.

Tais contatos com a escola municipal possibilitaram o fornecimento dos projetos políticos pedagógicos (PPPs) dos anos de 2018 e 2019, e os planos de ação educativa dos anos de 2018 a 2019. No momento da entrega dos documentos, o diretor informou que o PPP estava sendo atualizado, pois o contexto pandêmico da COVID-19 provocou o distanciamento físico dos membros, impossibilitando reuniões para debater as concepções e ações pedagógicas destinadas à comunidade escolar.

1.3.2 O lugar da pesquisa: Ilha João Pilatos e a Escola Domiciano de Farias

A travessia para a região das Ilhas de Ananindeua acontece principalmente pelos portos de pequeno e de médio porte, localizados no bairro do Curuçambá, a exemplo do “Porto do Surdo”, um espaço que demarca o limite físico-geográfico entre a cidade de Ananindeua e as Ilhas. O nome do porto tem sua origem no nome do marido de mulher chamada D. Raimunda, o qual era deficiente auditivo. No espaço, existem uma obra em construção, dois pequenos abrigos cobertos por lona, e uma ponte em madeira, retratados a seguir:

Figura 7 e 8 - Porto do Surdo



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

As Figuras 7 e 8 evidenciam as condições precárias para o atendimento às pessoas, uma vez que os embarques e desembarques não possuem segurança e proteção para usuários. No local, foi observada uma construção em alvenaria de uma nova estrutura do porto, mas, segundo relato dos usuários, as obras estão paradas desde o início do ano de 2022. No decorrer da pesquisa de campo, não foram percebidos trabalhadores ou materiais de construção no local.

Além das condições de infraestrutura precárias do Porto do Surdo, é importante mencionar a rua de acesso sem pavimentação e drenagem, que dificulta o trânsito de pessoas, mercadorias e veículos, como demonstrado na Figura 9.

Figura 9 - Rua de acesso ao Porto do Surdo



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

A Figura 9 mostra a via em condições precárias para a mobilidade de pessoas, mostrando que o governo municipal precisa garantir condições de acesso e transporte aos usuários do Porto do Surdo.

Na etapa da pesquisa de campo, constatou-se ainda a inexistência de transporte público destinado ao deslocamento as Ilhas. O traslado é feito por embarcações particulares de pequenos e médio porte, apresentadas no registro a seguir:

Figura 10 - Comunidade João Pilatos



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 11 - Comunidade Nova Esperança



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

As embarcações particulares realizam o traslado às comunidades, com valor financeiro condicionado ao tempo e à distância, usualmente no período das manhãs de segunda-feira a sexta-feira. Para o deslocamento da comunidade do Igarapé Grande, estima-se um tempo de 50 minutos, em um percurso que depende de condições climáticas, movimento da maré e do tipo de transporte utilizado.

A respeito do processo de ocupação e habitação na Ilha João Pilatos, é importante salientar que as informações foram constituídas a partir de levantamentos documentais e bibliográficos, assim como por memórias comunitárias dos moradores que indicavam o modo como o espaço vem sendo vivificado e ressignificado historicamente.

A Ilha João Pilatos, a maior do município, teve o povoamento iniciado em meados do século XIX, no período da Guerra da Cabanagem, sendo fundada por volta de 1817, pelo ferreiro José da Silva Luz. Em 1989, ao registrar na União uma propriedade comprada neste local, um japonês informou o nome João Pilatos, em vez de São José. A Ilha possui uma comunidade de mesmo nome que, junto às comunidades de Nova Esperança e Igarapé Grande, é parte das três grandes comunidades da Ilha de João Pilatos (FURTADO, 2011, online).

Figura 12 - Comunidade João Pilatos

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 13 - Comunidade Nova Esperança

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 14 - Comunidade do Igarapé Grande

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 15 - Comunidade do Igarapé Grande

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

A respeito do número de habitantes, as fontes investigadas revelam a existência de aproximadamente 90 (noventa) famílias (PACHECO; ELIAS, 2020), dentre as quais a maioria reside na comunidade que leva o mesmo nome da Ilha, como menciona o entrevistado: *“O povo de João Pilatos vão se ajuntando, fazendo casa, os filhos dos dono daquele propriedade mina [...]. Lá aqueles que já tão com 14, quando inteira 15, já tem família lá de baixo. Lá movimenta por isso, aqui demora [...] e quando sai a lista, o voto lá é mais do que aqui”* (Arauai, membro da Associação, informação verbal [sic]). O relato afirma que a concentração de número de habitantes e a brevidade de políticas públicas no território ocorrem devido ao fato de a comunidade João Pilatos concentrar o maior contingente populacional.

Os grupos familiares são em sua maioria descendentes dos primeiros moradores que habitaram esses espaços, exceto os moradores da Comunidade Nova Esperança, a qual se constituiu “a partir da ação de posseiros que se deslocaram do Curuçambá e PAAR em direção aos terrenos que pertenciam à antiga fábrica de produção de azulejos INCA (Indústria de Cerâmica da Amazônia) e que decretou falência no início dos anos 90” (DINIZ, 2012, p.

63). Essa situação evidencia a ausência de políticas públicas de habitação, acentuando os conflitos nos territórios da região.

Habitam o Igarapé Grande aproximadamente 40 (quarenta) famílias, que moram em residências em alvenaria, com lajotas, banheiros encanados e fossas devidamente instaladas; a energia elétrica e o sinal de internet não funcionam em todo território, apenas em pequenos pontos comerciais e algumas moradias (PACHECO; ELIAS, 2020). A comunidade não dispõe de rede geral pública de água encanada, cada habitação possui poço artesiano, e algumas contam com caixa d'água. Também não consta ali a coleta de lixo, o que leva os próprios moradores a assumirem o destino final, como demonstrado a seguir:

Figura 16 - Descarte do lixo



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 17 - Sistema de água (caixa d'água e poço)



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

A Figura 16 demonstra que uma das formas mais frequentes de os moradores realizarem o descarte do lixo é por meio de queimadas; em alguns casos, os materiais são jogados no rio ou enterrados no quintal. Na Figura 17, fica evidente que a maioria das famílias organiza o abastecimento de água construindo poços artesanais e/ou instalando caixas d'água para serviços domésticos, preparo de alimento e higiene pessoal. No decorrer das visitas à comunidade, constatou-se a inexistência de postos de polícia ou bases do Corpo de Bombeiros.

As atividades produtivas envolvem a coleta do fruto do açaí, que teve por um período a redução da oferta devido à extração desordenada do palmito para a produção industrial, a qual vem sendo combatida ao longo dos anos, como menciona o professor:

[...] eles derrubavam açaizeiro pra tirar o palmito, só aquela parte lá de cima, que é o mínimo possível tá. Então isso foi uma batalha muito grande, e o pior que acontecia é que, quando eles... um dono de terreno, ele não tirava o palmito dele. Aí o que ele fazia, eles usavam uma palavra chamada arrendamento, [...] chegava com alguém, “olha eu te dou tanto para você arrendar o teu mato pra mim tirar o palmito”, [...], ela não se importava o tamanho da açaizeiro, [...] cortava toda,

queria saber de ter o seu retorno financeiro. E com isso, mato ficava inútil praticamente. Pra esse mato voltar a produzir açai, era anos de novo. E nós começamos trabalhar muito sobre isso. Graças a Deus, conseguimos combater na região das Ilhas a retirada do palmito, mas ainda, eles ainda têm muita cultura do extrativismo vegetal, ligado agora com o carvão tá. Infelizmente o carvão ainda é uma cultura que faz parte dos moradores da Ilha (Murini, professor, informação verbal [sic]).

Dessa maneira, as atividades produtivas estão relacionadas à colheita do açai, à pesca artesanal de peixe e camarão, à agricultura, ao emprego temporário na Escola Municipal Domiciano de Farias e, de forma menos frequente, à realização de atividades de comércio das polpas de frutas e dos produção de carvão vegetal. Ainda se tratando do sustento familiar, as moradoras pontuam

Nós sobrevive de pesca, do açai. Quando é a safra agora do açai, e do carvão, muita gente sobrevive. Eles levam lá pro Curuçambá, eles vendem lá no porto pro pessoal, o carvão, o açai. O camarão e o peixe é aqui mesmo pra consumo e pra venda (Viçosa, funcionária da escola e mãe de aluno, informação verbal [sic]).

Há... um meio de sobrevivência das pessoas, se não for arranjar algo lá fora, né, é um emprego lá fora. Eles trabalha com pesca, açai, é... carvão, cultivo do carvão também e assim vai se mantendo, como cabeça de família (Remanso, funcionária da escola, informação verbal [sic]).

Nós aqui, ribeirinho, nós vivemos dessas coisas, né, a gente tem de mostrar o que a gente vive, que é a agricultura, é a pesca. Tem muita gente que vive do açai, apanha e leva lá pra beira pra venda, a maioria é vendida no Curuçambá. Isso ajuda nas coisas de casas e na crianças (Guaribas, mãe de aluno, informação verbal [sic]).

Para além das atividades ora mencionadas, observam-se, nos quintais das residências, pequenas criações de galinhas e, em proporções menores, patos e peru, como demonstrado a seguir:

Figura 18 – Criação de peru e patos



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 19 - Pequeno viveiro de galinhas e galo



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

As criações de animais de pequeno porte se destinam para o consumo alimentar das famílias; em poucos episódios estes são vendidos no porto no distrito de Icoaraci do município de Belém ou levados para a Feira no Bairro Curuçambá em Ananindeua.

A respeito do surgimento da comunidade do Igarapé Grande, tem-se como marco a chegada com o senhor Domiciano de Farias e sua esposa Cristina de Farias, juntamente com seus onze filhos, como relatado pelo entrevistado:

o primeiro foi esse meu avô, tinha o pai dele, era português. Meu avô Domiciano foi aqui, esse piso alto, que tu vês era a casa do meu avô, e nós fizemos esse barracão em cima. Ele morava aqui com a minha avó, foi criando meu pai, meus tios, tudo aqui. Ele foi loteando pros filhos e até na beira do rio. Domiciano teve doze filhos, foi 8 homem e 4 mulher (Arauai, membro da Associação, informação verbal [sic]).

O relato apresenta como a formação da comunidade começa a ser contada a partir da união de Domiciano de Farias, que veio do Nordeste, do estado do Ceará, e migrou para Amazônia, no município de Ananindeua, estabelecendo-se na Ilha João Pilatos. Nesse período trabalhava com música na região, foi para a festa na Ilha de São Pedro, onde conheceu Cristina dos Anjos Farias, filha de um dos funcionários, com a qual estabeleceu uma relação afetiva. “[...] após esse encontro os dois se casaram e compraram uma propriedade na Ilha de João Pilatos da Sra. Bibiana, transformaram a área em um sítio que ficou conhecido como “Sítio Paraíso”, que no decorrer dos anos deu lugar a comunidade de Igarapé Grande” (FURTADO, 2011, on-line).

A composição da comunidade se constitui de descendentes e outros grupos de famílias que compraram lotes de terra nas proximidades do rio, totalizando aproximadamente 40 (quarenta) famílias, como relata a entrevistada

O primeiro morador aqui eu vejo as pessoas falar foi uns povos que vieram pra cá. Eles vieram fazer negócio de carvão. Eles mesmo foram fazendo família aqui. Depois foram trazendo gente, as famílias se juntando com as daqui. Aqui hoje mais ou menos existe umas quarentas e duas famílias no Igarapé Grande (Viçosa, mãe de aluno/funcionária da escola, informação verbal [sic]).

É oportuno frisar que existe uma carência de políticas destinadas à saúde na comunidade, onde existe apenas um médico realizando atendimento uma vez por semana. No setor de saneamento básico, percebeu-se ausência de coleta seletiva de lixo e de limpeza, e de manejos de resíduos sólidos. Esse descaso nas comunidades ribeirinhas evidencia que ações governamentais são constituídas a partir dos interesses do capital, o que promove a desvalorização/exclusão das populações que habitam a região das Ilhas. Santos (2008) afirma que é a pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais, a exemplo do

Banco Mundial, que financia ações segmentadas, sendo na verdade um grande produtor da pobreza.

Na comunidade do Igarapé Grande, existem a Escola Municipal Domiciano de Farias, a sede da Cooperativa de Pescadores da Ilha João Pilatos, um pequeno posto de saúde, um campo de futebol, igrejas evangélica e católica, o barracão da Associação em madeira e uma obra em alvenaria, além de pequenos pontos comerciais e casas de alvenaria e madeira com quintais. A comunidade apresenta uma diversidade de elementos culturais, em alguns momentos materializados em festivais, como manifestam os membros da comunidade

Nós temos aqui a questão cultural, o Círio que é de ano a ano, uma vez por ano, temos o festival do açaí que é realizado nas comunidades, começou aqui. Nós temos a festa do produtor, realizado no mês de setembro no Igarapé Grande, nós fazemos esses eventos, são os eventos grandes que nós temos na nossa região; festivais esportivos, é jogos escolares das Ilhas de Ananindeua realizado aqui na escola Domiciano, são os nossos eventos culturais no momento (Ribeirão, Pai/responsável, informação verbal [sic]).

Bem, nos aspectos culturais nós temos, primeiramente foi o círio né, que todo ano tem, que é a nossa padroeira daqui Nossa Senhora da Conceição, e por homenagem ao patrono daqui da escola Domiciano de Farias, ele era devoto de Nossa Senhora da Conceição, então por isso, ficou o círio da festividade de Nossa Senhora da Conceição aqui, e depois, com muito tempo já em 2002, por aí, teve o primeiro festival do açaí daqui da Ilha (Remanso, funcionária da escola, informação verbal [sic]).

O festival do açaí acontece geralmente entre mês de outubro, novembro, em setembro tem o festival do agricultor, tem poucas pessoas que plantam mandioca, mas tem pessoas que cultivam a farinha aqui. O festival do cupuaçu numa Ilha aqui próximo. Festival do Camarão, tem o Círio de nossa Senhora da Conceição tá, que é agora em dezembro, geralmente segundo ou terceiro domingo de dezembro. E outra atividade cultural que eles sempre têm são o futebol. Tanto as mulheres quanto os homens tá, elas gostam muito. Tem os times de mulher, tem dias que elas treinam tá, igualmente como os homens. se tiver um evento cultural, Círio, festival tem que ter o futebol junto (Murini, Professor, informação verbal [sic]).

A maioria dos eventos festivos acontece próximo à unidade de ensino, onde está o barracão da Associação, que possibilita as reuniões com representantes de órgãos públicos e reuniões com a comunidade. É importante observar nos relatos dos entrevistados que ocorreram festividades trazidas pelos primeiros habitantes da comunidade; outras surgiram por ocasião da produção local e das atividades esportivas desenvolvidas entre os sujeitos. Dessa forma, as principais atividades culturais são o Círio Fluvial, o Festival do Camarão e Açaí, o festival do agricultor e jogos nas Ilhas, das quais se destacam duas no registro a seguir:

Figura 20 - Festival da Cultura

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 21 - Torneio de futebol feminino

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Os registros mostram o Festival Cultural das Ilhas, ocorrido no dia 6 de novembro de 2022, quando houve venda de comidas e bebidas típicas da região, programação cultural e atividades recreativas para as crianças. Essa programação aconteceu de forma conjunta com os Jogos da Ilhas e o Festival do produtor, e contou com parceria da escola, que disponibilizou salas de aula para as atividades recreativas.

Ainda, se tratando do local da pesquisa tem-se a Escola Municipal Domiciano Farias inaugurada em 26 de março de 1986, com reconhecimento por meio do decreto n° 8.952/08. A construção se deu pela necessidade de a população ribeirinha ter acesso aos “conhecimentos formais”, argumento do prefeito da época. Antes da construção do prédio, as aulas eram realizadas em barracão, com professor exercendo várias funções nas turmas multisseriadas (E.M.E.F. DOMICIANO DE FARIAS, 2019).

A construção do espaço contou com a participação dos moradores, e as aulas começaram com o professor chamado Raimundo Nonato Pantoja, que iniciou atividades escolares assumindo diversas tarefas, como os moradores da comunidade do Igarapé Grande relatam:

A escola era pra ser implantada numa outra Ilha Santa Rosa, não quiseram porque eles tinha medo que a prefeitura se apossasse do terreno, mas aí ele veio aqui, reuniu a comunidade, naquela época os donos eram vivos né, quarta geração do Domiciano, o seu Boaventura, ele fez uma doação do terreno pra implantar esse escola e nos anos de 1987 ficou implantada a escolinha, primeiro um pavilhãozinho pequeno, construído com ajuda dos pais dos alunos e da prefeitura, e professor fazia tudo” (Ribeirão, pai/responsável de aluno, informação verbal [sic]).

Não existia comunidade, ele fundou e deixou pra nós. Trabalhou até uns 30 anos aqui, depois foi transferido pra a fora, mas deixou pra nós, ele foi diretor e professor da escola, [...]. A escola era pra ser no Cajueiro, [...]. A mulher dele era de lá, aí ele fazia lá, mas como ele achou aqui mais criança do que lá, pediu para mim esse terreno, era meu, meu pai me deu, [...], eu que doei (Arauai, membro da Associação, informação verbal [sic]).

A partir das fontes de pesquisa, percebe-se que o surgimento da escola da região das Ilhas ocorre pelo conjunto de mobilizações que envolveram a negociação do terreno, a demanda de crianças por localidades, as solicitações junto aos órgãos públicos para aquisição de material e contrato do professor. Há que se mencionar como os relatos retratam as diversas funções desenvolvidas pelo docente no espaço educativo e as estruturas do prédio escolar, evidenciando as condições precárias de funcionamento do ensino na região da Ilhas.

A unidade Educacional oferta a educação infantil (pré-escola) e Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano; no ano letivo de 2021, teve a matrícula de 115 (cento e quinze) alunos. A estrutura física é composta por: direção, um arquivo, secretaria, coordenação pedagógica, 7 (sete) salas de aulas, 2 (dois) banheiros para os alunos, banheiro para os funcionários, refeitório, cozinha e depósitos. Nos primeiros meses de 2022, organizou-se a pintura da fachada e de ambientes internos da escola, como demonstrado abaixo:

Figura 22 - EMEIF Domiciano de Farias -Ano de 2020



Fonte: Pacheco e Elias (2020).

Figura 23 - EMEIF Domiciano de Farias -Ano de 2022



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

No decorrer da pesquisa de campo, constatou-se que a unidade de ensino vem passando por uma revitalização nas paredes, substituição de alguns ventiladores e lâmpadas. A realização dos serviços está sendo feita pelos próprios funcionários, pois a SEMED não deslocou equipe para executar as ações. Foi possível reparar que parte dos materiais foi custeada pela equipe da escola, que também realiza compras de alguns materiais de expediente para desenvolvimento das atividades escolares. No prédio, não constam banheiro para aluno com deficiência, laboratório de informática, biblioteca ou sala de leitura, e quadra esportiva.

A escola recebe recursos do governo federal por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e está com o conselho escolar regularizado para o biênio 2020/2021, além de desenvolver projetos de combate ao mosquito *Aedes aegypti* (Escola Saudável e Escola

Sustentável), Projeto Quero Ler e projeto de leituras, projeto sobre meio ambiente e interdisciplinar para a construção de novos saberes.

Em virtude do cenário de pandemia da COVID-19, as escolas do SME organizaram-se no formato de ensino remoto no ano letivo de 2020 e parte de 2021, um grande desafio para a comunidade escolar da Domiciano Farias. Isso se deu porque, na Ilha João Pilatos, a rede de internet não se estende a todo o território, o que inviabilizava o envio dos materiais e atendimento aos discentes. Tal situação aumenta ainda mais o debate acerca das ações/estratégias de políticas educacionais na garantia dos direitos e do acesso a uma educação para a população ribeirinha.

1.3.3 Instrumentos e procedimentos para a produção de dados

A etapa referente ao trabalho de campo possibilita ao pesquisador ter uma aproximação com o contexto a ser investigado e construir uma relação com os sujeitos inseridos nesse universo. Como descreve Cruz Neto (2016, p. 56): “a finalidade é construir um conhecimento empírico, considerado importantíssimo para quem faz a pesquisa social”. Para que haja resultados satisfatórios, o pesquisador precisa assumir uma postura investigativa e confrontar as informações coletadas com o referencial teórico.

Em virtude da investigação sobre a política voltada para atendimento educacional desenvolvido, sobretudo, na região das ilhas do município, torna-se imprescindível o levantamento de dados que, organizados e analisados, promovam a construção de novos conhecimentos a respeito da temática.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa de abordagem qualitativa, foram utilizados os instrumentos de trabalho de campo, com ênfase no roteiro de entrevistas semiestruturadas para os relatos orais e na observação participante (MINAYO, 1994, 2004). Também foi empregado o diário de campo para anotar pontos de vista, conclusões preliminares, hipóteses entre outros (LAKATOS; MARCONI, 2011). Foram feitos ainda registros fotográficos e realizado o acesso a novos documentos a partir das análises levadas a cabo durante a pesquisa – dentre estes, estão o Plano Plurianual do período de 2018 a 2021, aprovado por meio da Lei nº 2.906 de 23 de novembro de 2017, aprovada por meio da Lei nº 3.194 de 11 de novembro de 2021.

Para uma realização da pesquisa de campo bem-sucedida, é crucial haver a utilização dos instrumentos de investigação e, principalmente, das qualidades intelectuais e sociais do pesquisador, pois, de acordo com Gil (2010, p. 2), este deve ter “a) conhecimento do assunto a

ser pesquisado; b) curiosidade; c) criatividade; d) integridade intelectual; e) atitude autocorretiva; f) sensibilidade social; g) imaginação disciplinada; h) perseverança e paciência; e i) confiança na experiência”. Esses requisitos são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho de campo, a construção da dissertação e os resultados obtidos.

Na pesquisa qualitativa, os instrumentos utilizados foram os roteiros de entrevistas semiestruturadas, organizados de maneira prévia, com perguntas abertas e o intuito de construir um diálogo que permitisse captar as informações do tema proposto. Como sugerem Boni e Quarema (2005, p. 75), “o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”. Por isso, deve assumir o papel na condução da conversa para responder às questões apresentadas. Dessa forma, organizaram-se roteiros com entre 4 (quatro) até 6 (seis) perguntas abertas para cada grupo entrevistado.

A organização e a qualidade das perguntas no roteiro de pesquisa são essenciais para o desenvolvimento de uma entrevista, como orienta Flick (2013, p. 34): “você deve formular suas questões de pesquisa de tal forma que elas sejam (a) claras e (b) dirigidas para seu objetivo, para facilitar as decisões exatas a serem tomadas com relação a quem ou o que deve ser investigado”. Nesta perspectiva, as questões produzem de maneira satisfatória a coleta de informações junto ao entrevistado. Assim, construíram-se caminhos que possibilitaram conhecer a realidade do fenômeno. De acordo com Cruz Neto (1994, p. 57):

A entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa desprentensiva e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual/ou coletiva.

Nesta perspectiva, as falas dos atores sociais foram relevantes para a técnica de trabalho de campo, pois os relatos orais trouxeram impressões do contexto social que podem ser pertinentes para a pesquisa. Nessa direção, Boni e Quarema (2005, p. 78) orientam que o “ideal é deixar o informante à vontade, a fim de que não se sinta constrangido e possa falar livremente”, competindo ao entrevistador a atenção na condução desse diálogo. É importante frisar que o roteiro de entrevista na abordagem qualitativa pressupõe um diálogo direcionado entre o pesquisador e o entrevistado, como trata Minayo (2004, p. 99-100):

Visando a apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa, o roteiro contém poucas questões. Instrumento para orientar uma “conversa com finalidade” que é a entrevista, ele deve ser o facilitador da abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação.

Dessa forma, o roteiro se comporta como guia e pode contribuir para a compreensão do objeto a ser pesquisado. Segundo Lüdke e André (1986, p. 34), a entrevista semiestruturada é aquela “[...] que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. Então a técnica selecionada pode promover mudanças no roteiro previamente organizado pelo pesquisador.

A investigação de abordagem qualitativa pressupõe a observação como um método em si mesmo e como estratégia de investigação na coleta de dados. Ela deve ocorrer tendo-se a ciência de que a relação entre pesquisador/pesquisado precisa ter algumas atitudes nessa etapa da pesquisa, como aponta também Minayo (2004, p. 140):

Para isso, Schutz propõe algumas atitudes no trabalho de campo: (a) o observador deve colocar-se no mundo de seus entrevistados, buscando entender os princípios gerais que os homens seguem na sua vida cotidiana, [...], (b) Manter uma perspectiva dinâmica que ao mesmo tempo leve em conta as relevâncias dos atores sociais e tenha em mente o conjunto de relevâncias de sua abordagem teórica, [...], (c) Abandonar, na convivência, uma postura externa “ de cientista”, entrando na cena social dos entrevistados como uma pessoa comum que partilha do cotidiano.

Essa interação na pesquisa de campo possibilita conhecer a realidade social dos sujeitos investigados, suas “razões e os motivos que dão sentido às aspirações, às crenças, aos valores e às atitudes”, como destacam Fraser e Gondim (2004, p. 141). Esses elementos que permeiam os homens são as informações mais importantes nas Ciências Humanas e Sociais, pois permitem entender os seus posicionamentos e pensamentos diante dos seus contextos sociais, políticos e econômicos, como demonstrado nas figuras a seguir:

Figura 24 - Interação na pesquisa de campo



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 25 - Entrevista com o membro da associação comunidade



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Em relação à coleta de dados, é importante frisar o processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos (CHIZZOTTI, 2005). A partir desse trajeto, podem ocorrer novas análises documentais e a investigação de outros

referenciais teóricos, bem como novos critérios para a seleção dos sujeitos a serem entrevistados.

Dessa forma, as entrevistas forneceram informações sobre um determinado fato ou contexto da realidade. Em razão disso, foram organizados momentos de entrevista com representantes da equipe diretiva, funcionários da escola, professores do Ensino Fundamental, discentes, pais/responsáveis de alunos e os membros da Associação Comunitária.

Referente ao quantitativo de docentes, conseguiu-se aqui atingir: 60% dos profissionais que atuam nas turmas do 6º ao 9º ano; 100% dos professores do 1º ao 5º ano; e 40% dos funcionários que atuam na escola e moram no Igarapé Grande. Para composição da pesquisa de campo, foram contemplados cerca de: 20% alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental que utilizam o transporte escolar; 20% de pais/responsáveis dos discentes que habitam a comunidade do Igarapé Grande; e 20% dos representantes comunitários.

Esse movimento de conversas direcionadas ocorreu na unidade de ensino com os professores dos anos iniciais, funcionários, a coordenação e a direção. Também se deu na Associação dos Moradores do Igarapé Grande com o presidente e membros da comunidade, e nas residências dos moradores que têm filhos matriculados na escola. Na ocasião, foram apresentadas as intenções da pesquisa e solicitada a utilização de câmera de captação de imagens e áudios para favorecer a transcrição e/ou análise das informações; após as situações apontadas, ocorreu a leitura e assinatura do TCLE.

Outra forma para a coleta de dados foi a observação participante (CHIZZOTTI, 2005), por se entender como um contato direto do pesquisador com o fenômeno, o que permite perceber as questões em torno dos atores no seu contexto natural, por meio de sua perspectiva e opiniões (MINAYO, 2004). Esse procedimento é definido como um processo no qual o pesquisador tem uma posição de observador de uma determinada situação social, com o objetivo de realizar uma investigação científica. Também irá auxiliar a condução das perguntas no momento da entrevista.

Para Queiroz et al. (2007), a observação participante permite a imersão do pesquisador no interior do grupo que está sendo observado, promovendo uma interação entre sujeitos e permitindo a partilha os elementos de um determinado contexto. Por isso, é preciso ficar atento para as questões mais particulares que envolvem as relações sociais, seja no campo das tradições, costumes ou de opiniões sobre determinados fatos do cotidiano.

De acordo com Minayo (2004), a perspectiva da observação participante está pautada na necessidade de o pesquisador social relativizar o espaço de onde provém, aprendendo a ficar no lugar do outro. Tal posição do pesquisador o permite desvendar contradições entre as

normas e as situações vividas, como tratam Queiroz et al. (2007, p. 278): “o pesquisador analisa a realidade social que o rodeia, tentando captar os conflitos e tensões existentes e identificar grupos sociais que têm em si a sensibilidade e motivação para as mudanças necessárias”. Uma vez que esse processo de captar os conflitos e tensões existentes num dado contexto possibilita a construção de novos conhecimentos, foi feita a opção de visitar a escola municipal, participar da programação do festival do açaí e do agricultor, e de ter conversas com os moradores da comunidade do Igarapé Grande.

Nesta pesquisa acadêmica, esse processo se deu tendo como foco as políticas educacionais da gestão municipal, sobretudo, aquelas voltadas para atender às demandas educativas dos anos iniciais do Ensino Fundamental dos povos ribeirinhos de Ananindeua. Para o registro dessas percepções, foi adotado o caderno de campo, na forma de papel impresso, como bloco de registro da pesquisa, e um notebook, para registro eletrônico; ambos foram utilizados para escrever as informações que não faziam parte da coleta das entrevistas, mas seriam utilizadas na pesquisa. As informações das primeiras impressões acerca da comunidade do Igarapé Grande, as conversas com membros da escola e a rotina da escola municipal foram registradas no referido material.

Ainda a respeito da observação participante, é importante frisar algumas etapas essenciais, sendo: a primeira, aproximação do pesquisador ao grupo social; a segunda versa sobre o esforço por parte do pesquisador em ter uma visão do *locus* de estudo; e a terceira trata de sistematizar e organizar os dados coletados (QUEIROZ et al., 2007). Para coleta de dados, serão utilizados registros fotográficos e filmagens. Já nas entrevistas semiestruturadas, foi empregada a gravação de áudio para preservar as informações obtidas no decorrer do diálogo entre o entrevistador e os sujeitos participantes.

Em relação aos dados qualitativos, Chizzotti (2005) informa que deverão ser validados a partir dos critérios de credibilidade (garantia de qualidade em relação à exatidão das observações), de constância interna (independência dos dados no que se refere a acidentalidade e ocasionalidade) e de transferibilidade (possibilidade de entender as conclusões em outros contextos).

1.3.4 Procedimentos para a análise dos dados

No momento da análise de dados, recomenda-se uma atenção minuciosa às informações coletadas, para verificar se respondem ou não às questões norteadoras, bem como se atendem aos objetivos propostos na pesquisa. Por isso, há a necessidade de que os

dados coletados sejam resultados de um movimento de “análise” contínua ocorrida em outras fases, como afirma Gomes (1994, p. 68): na “[...] pesquisa qualitativa, não devemos nos esquecer que, apesar de mencionarmos uma fase distinta com a denominação de ‘análise’; durante a fase de coleta de dados, a análise já poderá estar acontecendo”. Por isso, esses movimentos anteriores foram de suma importância para o delineamento do objeto de investigação.

Para o tratamento do material coletado no decorrer da pesquisa acadêmica, será utilizado o procedimento de Análise de Conteúdo, que, de acordo como Bardin (1979, p. 42), define-se como

um conjunto de técnica de análise das comunicações visando obter, por meio de procedimentos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Com base na definição apresentada, a autora menciona que esse conjunto de técnicas busca construir a explicação e sistematização das mensagens obtidas a partir dos dados coletados no decorrer da pesquisa. Entre as várias formas para análise dos materiais, ao retomar a conceituação de Bardin, Minayo (2016) destaca quatro, a saber: análise de avaliação ou análise representacional; análise de expressão; análise de enunciação; e, por fim, análise temática. Esses procedimentos promovem uma maior amplitude dos conteúdos analisados.

Segundo Franco (2005) e Minayo (2016), após a coleta do material, o pesquisador precisa realizar a definição das unidades de análise que estão divididas em unidade de registro e unidade de contexto. A primeira é caracterizada pelo detalhamento das mensagens, em que o pesquisador pode até trabalhar com uma ou mais palavras para tentar responder às questões norteadoras da pesquisa; já a segunda se refere à compreensão do contexto em que a mensagem está inserida.

A fase de codificação ocorre com o início da tabulação dos dados coletados na investigação científica. Por isso, há necessidade de organizar uma tabela com uma coluna correspondente à unidade de contexto, com as perguntas das entrevistas, e outra para a unidade de análise de contexto, com os parágrafos significativos retirados do material coletado; além de uma outra correspondente à categorização, em que se irão perceber as categorias que surgem a partir da interpretação das falas, tendo por base o referencial teórico.

Após a definição das unidades analíticas, ocorre o momento da organização propriamente dita, e como tratam Bardin (1979), Franco (2005) e Minayo (2016), elas se

apresentam nas seguintes etapas: a pré-análise, com leitura flutuante dos textos, escolha dos documentos, formulação das hipóteses, e referências aos índices e a elaboração de indicadores; e a exploração do material, em que ocorre a leitura do diálogo entre os trechos; e, por fim, o tratamento dos resultados/inferências/interpretação.

Para organizar as unidades, o pesquisador precisa ter um embasamento teórico para auxiliá-lo no momento de definir as categorias da interpretação dos dados coletados, as inferências a respeito das deduções e percepção a partir das falas dos entrevistados, e a interpretação para compreender por que os sujeitos chegaram à determinada conclusão. Esse movimento prima pela tentativa de responder às questões norteadoras da pesquisa qualitativa.

De acordo com Chizzotti (2005, p. 98), “a análise de conteúdo é um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coletas de dados, substanciadas em um documento”. O autor ainda destaca que pode ser aplicada na apreciação de textos ou formas de comunicação seja oral, visual ou gestual, pois o objetivo é compreender de forma crítica o sentido da comunicação manifestada ou silenciada, dentro de suas significações.

Dentro dessa premissa, foram apreciados os registros fotográficos e as imagens, por meio dos quais se buscou apresentar a comunidade do Igarapé Grande da Ilha João Pilatos do município de Ananindeua, onde está situada a escola Domiciano de Farias. Além disso, eles visam mostrar *o lócus* da pesquisa, de modo que, apesar de não substituírem a realidade dos povos ribeirinhos dessa região, podem, de acordo com Cristo (2007, p. 28), “representá-las a partir de um dado contexto no tempo e no espaço”.

Nesta perspectiva de compreender o contexto social de forma crítica, Minayo (2004, p. 69) informa que “ao pesquisador cabe aprofundar na compreensão contextualizada da realidade e na sua interpretação, levando em conta os dados primários que recolheu a literatura que possa ajudá-los e analisá-los”. Nessa forma de delinear a análise de dados, o pesquisador não pode reproduzir os discursos ou posições dos sujeitos que foram coletados no decorrer da pesquisa de campo. Cabe assim aludir que a análise de dados poderá estar presente em vários momentos da pesquisa de campo, com intuito de coletar mais informações acerca do objeto de investigação.

Nessa fase, os dados das entrevistas semiestruturadas foram organizados, tabulados, analisados e confrontados com os objetivos propostos e as questões norteadoras dessa pesquisa. Já para a organização e tabulação de dados, foi imprescindível a escuta das gravações dos diálogos construídos no decorrer das entrevistas com os sujeitos sociais que atendiam aos critérios previstos nesse estudo. Ressalta-se que foi solicitada a autorização por

meio de documento para a permissão das gravações das entrevistas com os sujeitos investigados.

O tratamento dos dados coletados na entrevista semiestruturada e na observação participante da presente pesquisa aconteceu por meio de Análise de Conteúdo, com intuito de verificar o que “foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador”, como defendem Silva e Fossá (2015, p. 2). Isso, porque foram destacados e examinados trechos relevantes, que contribuíram com a interpretação e desvelamento das contradições presentes nos objetos de investigação. Neste processo da análise, os trechos e relatos significativos dos documentos selecionados foram articulados à luz do referencial teórico, que contribuiu posteriormente para a construção desta pesquisa.

No sentido de demonstrar os resultados da pesquisa, as temáticas e as análises que compõem esse trabalho foram pensadas de modo a primeira seção apresentar, na introdução, os elementos da pesquisa contendo as primeiras impressões sobre o objeto de pesquisa, o percurso trilhado na construção do objeto de investigação e a definição da problemática da pesquisa.

Posteriormente, foi descrita a construção e o desdobramento metodológico utilizado nesta investigação acadêmica, contendo a organização do percurso da pesquisa acadêmica, as informações do lugar da pesquisa: Ilha João Pilatos e a Escola Domiciano de Farias, bem como os instrumentos e procedimentos para a produção de dados, e os procedimentos de análise dos dados.

A segunda seção trata da produção teórica em torno da temática da Educação Ribeirinha na Amazônia, com levantamentos de dados na CAPES e BDTD. Posteriormente, há discussão sobre a Educação do Campo articulada à realidade ribeirinha e à região Amazônica, com as informações sobre as características e a ocupação da região, com destaque aos povos das águas; conclui-se com os desafios no atendimento educacional do Ensino Fundamental para os ribeirinhos.

Na terceira seção, consta o processo de ocupação do território de Ananindeua, com um debate em torno do atendimento educacional região das Ilhas. A quarta seção aborda a percepções dos sujeitos e as disputas existentes na região das Ilhas ananindeuense mediante documentos norteadores e a análise das entrevistas da comunidade escolar, apresentando possibilidades e desafios na Educação Ribeirinha. Por fim, as considerações finais sintetizam os resultados produzidos por este estudo.

2 NAVEGANDO PELA AMAZÔNIA: ESPAÇOS DE VIDA E A EDUCAÇÃO RIBEIRINHA

*“Não vou sair do campo
Pra poder ir pra escola
Educação do campo
É direito e não esmola
[...]
Quem vive da floresta
Dos rios e dos mares
De todos os lugares
Onde o sol faz uma fresta
Quem a sua força empresta
Nos quilombos nas aldeias
E quem na terra semeia
Venha aqui fazer a festa”
(Gilvan Santos)*

2.1 A revisão da literatura da Educação Ribeirinha na Amazônia

A etapa de estudo da arte permitiu conhecer e entender a produção teórica que aborda a Educação Ribeirinha na Amazônia, pois a revisão de literatura levou a buscar e organizar as bibliografias imprescindíveis para a qualidade do projeto e da pesquisa. Sobre esse procedimento, menciona Echer (2001, p. 6):

Na revisão da literatura é imprescindível para a elaboração de um trabalho científico. O pesquisador deve acreditar na sua importância para a qualidade do projeto e da pesquisa e que tudo é aproveitável para os relatórios posteriores. Na elaboração do trabalho científico é preciso ter uma ideia clara do problema a ser resolvido e, para que ocorra esta clareza, a revisão da literatura é fundamental.

Uma revisão de literatura ampla acerca da temática escolhida constitui-se como basilar para o aprofundamento e apropriação teórica do que se deseja investigar. Neste processo de produção de conhecimento, tornou-se indispensável entender suas características mais profundas, como descreve Kosik (1976, p. 18), pois “o conhecimento se realiza com a separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua incoerência interna, e com isso o caráter específico da coisa”. Com isso, o conhecimento e o pensamento crítico são elementos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa nos aspectos qualitativos e quantitativos.

Nessa perspectiva de apropriação teórica, tem-se a necessidade de compreender os elementos que compõem as populações ribeirinhas, cuja característica principal está na relação dos sujeitos com os rios da Amazônia, como elemento fundamental para construção / reconstrução do modo de vida. Nesse contexto, a educação escolar tem a premissa de

estabelecer uma interface com as questões intrínsecas à realidade, no intuito de construir um projeto educativo comprometido com a qualidade social e a garantia de direitos à população da região das Ilhas. Dessa forma a revisão da literatura sobre a Educação Ribeirinha na Amazônia se mostrou como fundamental na apropriação teórica e no desenvolvimento desta investigação proposta.

Nos últimos anos, as questões relativas à implementação da Educação Ribeirinha vêm sendo objeto de pesquisas acadêmicas e também de debates dos movimentos sociais com os representantes de governos para tratar das especificidades na região das Ilhas. Isso se dá em razão de se constituir a possibilidade de atendimento às peculiaridades dos cidadãos que vivem nesses territórios.

Dessa forma, a presente pesquisa evidencia a necessidade de compreender as políticas educacionais elaboradas pela gestão municipal para atender às demandas educativas dos povos ribeirinhos da Ilha João Pilatos do município de Ananindeua, a fim de verificar se a forma de atendimento dialoga com as peculiaridades dos povos ribeirinhos. Isso é relevante por conta de a condição ribeirinha envolver os aspectos socioculturais, religiosos, econômicos, ambientais, crenças, entre outros, que implicam a relação entre Estado e Educação, e conseqüentemente o desenvolvimento desse território, pois a educação não está isolada de outros fatores sociais.

Cabe mencionar que, em suas práticas cotidianas, os ribeirinhos apresentam formas culturais advindas dos povos indígenas, dos imigrantes portugueses, das populações nordestinas e negras (HAGE, 2013). Esses saberes foram fundamentais na construção das relações com rios na atividade da pesca, peixes e mariscos, e das navegações na região. Nesse contexto, é preciso compreender o tempo da floresta para desenvolver as ações do extrativismo e da agricultura. Tal situação possui relação com o modo de vida e a riqueza sociocultural, constituindo-se por meio da interação com os rios e as florestas, como observado nas Figuras 26 e 27:

Figura 26 - Coletas de cachos de bacaba

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Figura 27 - Atividade de pesca de mariscos

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Na Figura 26, tem-se o registro de uma atividade econômica da comunidade do Igarapé Grande, a coleta de cachos da bacaba³, em que os frutos são destinados à produção de uma bebida muito consumida na região; já a Figura 27 apresenta a atividade de pesca de camarão às margens da Ilha Viçosa. Essas características fazem parte do modo de vida dos ribeirinhos, havendo a relação entre esses sujeitos e a hidrografia da região amazônica, a qual constitui-se como o *lócus* de existência para a construção / reconstrução das relações sociais, por meio de rios, lagos, córregos, igarapés (SILVA; SANTOS; SOUZA, 2016). Ainda sobre o modo de vida das populações ribeirinhas, é importante frisar a existência daquelas que vivem não somente na área de várzea, pois algumas produções econômicas estão pautadas nos recursos da terra, como Santos (2014, p. 66) menciona:

Em determinadas regiões da Amazônia, algumas dessas populações não vivem em várzea e embora sua forte relação com rio conforme o conceito, alguns dos componentes não moram necessariamente na beira do rio e tem sua produção pautada também nos recursos da terra, da floresta e da agricultura, elementos que no seu cotidiano são fundamentais para sua constituição social.

Dessa forma, observa-se que a população ribeirinha da Amazônia não vive somente às margens dos rios, mas se organiza em contextos bem distintos. É justamente em interface com esse contexto que se compreendem a atuação dos governantes na Amazônia e, conseqüentemente, as políticas educacionais destinadas aos ribeirinhos, bem como as mobilizações dos movimentos sociais para garantir os direitos previstos por lei. No contexto da região amazônica, observa-se uma diversidade de populações que vive nos espaços urbanos e rurais, onde

³ Tipo de palmeira nativa da Amazônia que possui tronco solitário, liso, reto, podendo alcançar até 20 m de altura, tem folhas na medida de 4 a 6 m de comprimento e cachos robustos, em torno 1,5 m de comprimento, com frutos arredondados de 1,5 cm de diâmetro (FERREIRA, 2005).

encontram-se caboclos, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, coletores, indígenas e remanescentes de quilombos, colonos, migrantes de outras regiões brasileiras (especialmente do nordeste e do centro-sul) e estrangeiros, agricultores familiares assentados, sem-terra, sem teto, posseiros, garimpeiros, atingidos por barragens; e segmentos populares, incluindo idosos, deficientes, jovens, crianças, mulheres, negros, trabalhadores, entre outros (HAGE, 2014, p. 1178).

Essa diversidade de populações que habita os territórios da região mostra a pluridiversidade dos povos e a relação com seus espaços de existência, pois cada grupo constitui seu próprio modo de vida. Dentro do cenário amazônico, destacam-se as populações ribeirinhas, que além dessa uma forte ligação com a hidrografia, também tem características próprias constituídas por meio das relações historicamente estabelecidas, como apresentam Silva, Santos e Souza (2016, p. 5):

Do conjunto desses sujeitos sociais amazônicos, os ribeirinhos apresentam aspectos semelhantes aos povos amazônicos de produção familiar, mas também possuem características próprias surgidas a partir das relações historicamente estabelecidas entre si em contextos espaciais diversos. Para as populações ribeirinhas a hidrografia regional constitui-se como o lócus de vivência e convivência, lugar onde fazem e refazem suas relações sociais no e com os rios, lagos, córregos, igarapés e furos d'água.

As características peculiares das populações ribeirinhas são fundamentais para o modo de produção da vida, social, ambiental, cultural e econômica. Daí a necessidade de se implementarem ações educativas que considerem os bens-viveres para garantia da dignidade dos diversos povos da região das Ilhas. Dessa forma, as escolas existentes têm um papel fundamental de valorizar os aspectos socioculturais e os conhecimentos das crianças, jovens, adultos e idosos relacionados à natureza amazônica. Por tudo isso, há especificidades, marcas e ações pedagógicas que devem ser articuladas ao modo de viver ribeirinho.

Nesta perspectiva, os conhecimentos produzidos da interrelação entre sujeito/natureza precisam ser acolhidos nas ações pedagógicas e nas intenções de ensino escolar. Para Carmo (2019), é necessário reconhecer as identidades e a trajetória de luta das organizações sociais, tendo a educação a responsabilidade política e pedagógica de compreender as condições sociais de existência em dado tempo histórico, bem como de provocar ações coletivas que atendam aos interesses do grupo social.

Apesar da importância do papel da educação escolar no reconhecimento das diversidades desses territórios, observa-se que políticas educacionais têm sido predominantemente pautadas no modelo urbanocêntrico, com conteúdo curricular desarticulado do modo de vida do ribeirinho. Nessa lógica, não se discutem com os membros da escola os problemas e os interesses da comunidade local, o que promove o silenciamento

das vozes desses sujeitos. Tal modelo educacional fortalece o movimento de êxodo rural dos seus lugares de origem para as periferias dos centros urbanos, onde a maioria vive em habitações precárias e detém uma renda mínima para sua sobrevivência.

Não é exagero então falar que as ações pedagógicas destinadas aos povos das águas costumam silenciar o mundo ribeirinho (SANTOMÉ, 1998). Isso evidencia como as intenções educativas estão voltadas para atender aos interesses políticos e econômicos do governo. Segundo Coelho, Santos e Silva (2015), a educação destinada aos povos das águas pouco se distingue do modo como a educação é desenvolvida na cidade, destacando apenas diferenças mais expressivas no tocante à organização do ensino, como o fato de parte das escolas funcionar com turmas multisseriadas, em que um conjunto de séries/anos estão organizados em uma única sala de aula. Daí a importância de romper essa concepção de educação generalizante e construir propostas educativas que valorizem o conhecimento de mundo dos povos ribeirinhos.

Ainda no intuito de compreender o contexto amazônico, percebeu-se a importância de trazer uma breve análise dos conceitos que envolvem as populações dessa região, produzidos e reproduzidos historicamente pelo sistema capitalista para atender aos interesses políticos e econômicos, de modo que o conceito de ribeirinho será delineado no decorrer do desenvolvimento dessa pesquisa.

Dentro dessa premissa, cabe destacar como o conceito de caboclo configura-se historicamente como estereótipo de “preguiça” ou “inaptidão civil”, ou seja, uma criatura rural, denominado de matuto e caipira, sendo responsabilizado por manter o processo econômico obsoleto, conceituação que precisa ser desmistificada e seu caráter ideológico/preconceituoso, denunciado veementemente. Isso, porque esse estereótipo foi construído pelos mecanismos ideológicos, políticos e econômicos do modo de produção capitalista para exploração do território amazônico. Como afirma Brondizio (2006, p. 191 apud VASCONCELOS; ALBARADO, 2015, p. 26), este “[...] Representou ao mesmo uma ‘degeneração cultural’ e o símbolo da negligência do governo com respeito a um tipo social, simultaneamente vítima e perpetuadora do subdesenvolvimento brasileiro”.

Apesar de o termo caboclo datar do século XIX e início do século XX, observa-se ainda a presença desse conceito nos dias atuais, nas concepções culturais e econômicas, deixando a população cabocla ou ribeirinha numa condição de invisibilidade (VASCONCELOS, 2017). Nesse cenário, as comunidades ribeirinhas da Amazônia eram tidas como atrasadas, criando-se uma visão de que as transformações socioeconômicas não atingiriam os modos de vida das comunidades. Tais conceitos foram produzidos pelo

capitalismo e estão diretamente relacionados à lógica do capital das empresas instaladas na região, que primam pela acumulação do lucro por meio exploração da força de trabalho do caboclo e destruição dos recursos naturais da região.

Diante do contexto histórico que envolve a palavra caboclo, adota-se nesta pesquisa o termo ribeirinho que, de acordo com Chaves (2001, p. 72), são sujeitos sociais que vivem

[...] em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzea, nos barrancos, os saberes sócio-históricos que determinam o modo de produção singular e o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas concorrem para a da identidade sociocultural desses atores.

Dessa forma, a autora menciona que a formação desses atores sociais perpassa por diversos fatores ocorridos ao longo da história, com suas diferenças intrarregionais e que, impulsionados pelo declínio de prática das atividades de produção da borracha na região Amazônia, levaram o grupo social a reconstruir um modo particular de organização a partir das relações estabelecidas com a natureza e o movimento dos rios.

Ainda sobre a terminologia ribeirinho, tem-se no Dicionário *Online* de Língua Portuguesa (RIBEIRINHOS, [2021], on-line) a referência àquele que se encontra próximo de um rio ou ribeiro, marginal, justafluvial. Essa determinação informa que a condição ribeirinha tem como premissa a relação com o rio para sua existência, dentro também de uma condição de subjetividade. Cabe mencionar que em determinados territórios existem comunidades ribeirinhas que desenvolvem uma relação com a terra (agricultura e extrativismo), como é o caso dos moradores que residem na Ilha João de Pilatos, conforme registro da Figura 28:

Figura 28 – Colheita do fruto da abacaba



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

O registro da Figura 28 demonstra a atividade de extrativismo do fruto da bacaba, desenvolvida pelos moradores da comunidade do Igarapé Grande. Uma situação que envolve os ribeirinhos é a falta de unanimidade entre os autores ao se tratar do campesinato, pois

alguns situam essa população no tradicional e outros, no contemporâneo, sendo importante frisar que nos territórios amazônicos existe uma confluência dos dois elementos, uma vez que nem sempre o ribeirinho de atividade econômica de subsistência a realiza como uma escolha, mas a desenvolve pela ausência de políticas públicas.

No intuito de tentar responder à questão-problema e atender ao objetivo da presente investigação, foram realizadas inicialmente as etapas de investigação e seleção das obras relacionadas à temática da “Educação Ribeirinha na Amazônia”. Nesta etapa de investigação e seleção das obras, foi escolhido o Portal de Periódicos da CAPES, por possuir um enorme acervo científico virtual do Brasil, com aproximadamente 50 (cinquenta) mil periódicos contendo conteúdos produzidos no país e “outros assinados com editoras internacionais” (CAPES, 2022). As obras cadastradas no portal podem contribuir com a produção de novos conhecimentos dentro e fora do território brasileiro. Nesse momento de seleção das obras, foi selecionado também o portal da BDTD, que reúne os textos de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em programas de pós-graduação das instituições de ensino do país.

É importante destacar que, em virtude do cenário de pandemia do COVID-19, foi utilizado o acesso remoto via Comunidade Acadêmica Federada (CAFE), que possibilitou a investigação dos conteúdos inseridos no Portal de Periódicos disponibilizado pela UFPA, garantindo o acesso às informações para qualificar a reelaboração do projeto e permitir distanciamento social necessário para a preservação da vida. É importante ressaltar que o processo de revisão de literatura aprofundou o campo teórico da temática em questão, pois as análises empreendidas nos livros, artigos, dissertações e teses evidenciaram as investigações acadêmicas desenvolvidas no território amazônico.

A fase de levantamento de periódicos no *site* da CAPES e das produções de pesquisa no *site* da BDTD buscou identificar materiais com a temática “Educação Ribeirinha na Amazônia”, no período de 2001 a 2021, com acesso ocorrendo no período dia 4 de setembro a 10 de outubro de 2021.

Primeiramente, a investigação empreendida no *site* da CAPES teve o resultado de 109 (cento e nove) publicações, como demonstrado na demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1 - Demonstrativo de produções selecionadas na revisão de literatura

Tipos de reprodução	Quantitativo
Dissertação	63
Teses	41
Livros	5
Total de produtos	109

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa bibliográfica.

Após os resultados obtidos no site da CAPES, ocorreu a seleção das publicações acerca da temática Educação Ribeirinha na Amazônia. Assim, houve a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, o que possibilitou a análise cuidadosa para as escolhas dos artigos, e a prudência na exclusão dos textos que não apresentavam articulação com a proposta da pesquisa.

Na continuidade do levantamento bibliográfico sobre Educação Ribeirinha na Amazônia, foi utilizado o *site* da BDTD, no qual foi possível identificar 41 (quarenta e uma) teses e 64 (sessenta e quatro) dissertações, totalizando 105 (cento e cinco) publicações, que foram subdivididas em 2 (duas) tabelas, uma com destaque para as temáticas mais abordadas, e a outra com os assuntos que tiveram poucas pesquisas acadêmicas.

Após a fase de levantamento desses trabalhos no *site* BDTD, buscou-se identificar as temáticas relacionadas com a “Educação Ribeirinha na Amazônia” e selecionar os trabalhos que contribuiriam para a elaboração e execução da pesquisa, como demonstrado na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 - Temáticas mais abordadas nas dissertações e teses quando utilizadas as palavras: Educação Ribeirinha na Amazônia no site BDTD (2001-2021)

Temáticas	Dissertações	Teses
01 Políticas públicas	17	14
02 Representação cultural e social	07	06
03 Currículos e Saberes	09	05
04 Docência e formação de professores	05	04
07 Práticas de ensino	14	03
08 Tecnologia	04	02
Total	56	34

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa bibliográfica.

Conforme a Tabela 2, nas dissertações e teses do período selecionado, destacam-se as políticas públicas no campo da saúde, saneamento básico, segurança, economia e principalmente educação, com um total de 31 (trinta e uma) pesquisas. Isso demonstra a importância da elaboração e execução de ações públicas nas diversas áreas da região amazônica.

Na Tabela, estão presentes as temáticas de representações cultural e social, de currículo e saberes, de docência e formação de professores, e de práticas de ensino. Na maioria das escolas existentes na região das Ilhas, constam projetos educativos descontextualizados, condições precárias de infraestrutura dos prédios escolares, e dificuldades de acesso e permanência no ambiente escolar. Esse cenário demonstra que a maioria dos governos está alinhada aos interesses econômicos das grandes empresas, deixando de garantir os direitos dos povos ribeirinhos.

Isso evidencia os avanços das pesquisas acerca do debate e a celeridade da reflexão do cenário educativo, conforme existente na região das Ilhas, pois

A realidade escolar de muitas comunidades ribeirinhas ainda está longe de uma educação vinculada à cidadania, melhoria da qualidade de vida e o respeito à diversidade cultural, já que muitas comunidades vivenciam histórias de alijamentos culturais e exclusões sociais, bem como negação de direitos à educação, saúde, saneamento básico, dentro outros (VASCONCELOS; ALBARADO, 2015, p. 10).

Daí a importância da superação de uma educação pautada em práticas pedagógicas generalizantes, que têm sido desastrosas às populações ribeirinhas, por não considerarem o acervo cultural produzido na região. Além disso, os conteúdos de ensino se apresentam descontextualizados da realidade amazônica e, como afirma Luz (2017, p. 10), mesmo quando esses saberes e experiências são incorporados, em geral, não têm força e significância, pois

Quando se trata do cenário ribeirinho, podem-se perceber intensos desafios referentes à educação, como problemas de inclusão social, dificuldades encontradas na adaptação com a sala de aula ao sair da universidade, sendo que está, na maioria das vezes é apenas um instrumento para a teoria, carência nos materiais pedagógicos, e os grandes problemas de estrutura física, pois é notório perceber esses fatores com mais intensidade no contexto ribeirinho devido ao descaso do poder público, no qual os mesmos não investem ativamente em políticas públicas voltadas para essa realidade, e o acesso a determinadas comunidades também dificulta a chegada dos poucos investimentos do governo.

Diante desse debate acerca das questões educacionais, Caldart (2009) afirma a importância da escola como um espaço de luta para a garantia de direitos. Para isso, é preciso romper a lógica constitutiva e de um simples projeto educativo. Dessa maneira, as unidades educacionais devem se envolver na luta pelo acesso dos sujeitos ao conhecimento produzido

na sociedade, problematizando-o, a fim de que se percebam como produtores de conhecimento. Para Silva, Santos e Souza (2016), é preciso fortalecer a construção da identidade coletiva, respeitando-se as diferentes culturas, a fim de mostrar à comunidade que o território onde vive tem importância econômica, cultural, ambiental e política.

Ainda se tratando da revisão de literatura sobre Educação Ribeirinha na Amazônia, não se podem deixar de mencionar as temáticas pouco abordadas nos trabalhos acadêmicos, como se observa na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 - Temáticas pouco abordadas nas dissertações e teses quando utilizadas as palavras Educação Ribeirinha na Amazônia no site BDTD (2001-2021)

	Temáticas	Dissertações	Teses
01	Educação Infantil	02	01
02	Educação Inclusiva	02	02
03	Educação Ambiental	03	03
04	Educação do Campo	01	01
	Total	08	07

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa bibliográfica.

A elaboração dessa tabela teve a intenção de provocar um conjunto de reflexões diante do pequeno quantitativo de trabalhos acadêmicos sobre as temáticas ora mencionadas, pois há somente 12 (doze) trabalhos no universo de 105 (cento e cinco) dissertações e teses que foram analisadas no site BDTD.

Tal situação aponta para a necessidade de ampliação de pesquisas que tratem da Educação Infantil nos contextos dos territórios das crianças ribeirinhas, como abordam Moreira, Rosa e Oliveira (2017, p. 173),

Quando pensamos em educação infantil como direito social fundamental para as crianças camponesas, não estamos falando apenas de construir creches e pré-escolas com a proposta pedagógica desenvolvida no meio urbano. Significa assegurar uma educação infantil que contemple as especificidades do modo de vida camponesa e que não seja construído para, mas que seja construída com os camponeses e que seja ofertado perto ou na comunidade onde moram as crianças.

Para além das pesquisas destinadas à primeira etapa da Educação Básica, também há necessidade de tratar das questões que envolvem a educação inclusiva, no que tange a acesso, mobilidade dos espaços escolares e atendimento especializado, à educação ambiental crítica e, por fim, à Educação do Campo para os povos da Amazônia.

Neste sentido, as políticas educacionais devem atender às demandas da população que frequenta a escola pública e superar a organização de ensino “aligeirado” e excludente, criado para atender às camadas populares com a finalidade de negar aos sujeitos uma educação contextualizada e de princípios emancipatórios. Somente dessa forma será possível proporcionar uma educação com relevância social e a qualidade de ensino na comunidade local.

Após essa etapa, foi possível selecionar 12 (doze) trabalhos para subsidiar a análise dessa pesquisa. Posteriormente à etapa da revisão da literatura, foi necessária a elaboração de um referencial teórico para (re)construir conceitos, nortear e fundamentar a pesquisa empreendida. Para tanto, os referenciais selecionados são autores que tratam de política educacional, Educação Ribeirinha na Amazônia, Educação do Campo, entre outros temas indispensáveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Nas reflexões e análises sobre a política educacional, destacam-se os pressupostos de Marques e Santos (2017), Martins (2019), Libâneo (2012), Souza e Cunha (2016), Saviani (1983, 2011), que traduzem a importância no campo da pesquisa. No debate das políticas educacionais direcionadas aos sujeitos da região amazônica, com destaque aos povos das águas, observou-se a necessidade de fundamentar os estudos da Educação Ribeirinha na Amazônia nas contribuições de Hage (2005, 2014), Silva, Santos e Souza (2016), Vasconcelos e Albarado (2015), e Santos (2014), que foram indispensáveis para reflexão sobre a temática em questão. Na direção das políticas educacionais e as populações ribeirinhas, faz-se necessário o aporte teórico da Educação do Campo, com as reflexões de Caldart (2009), Molina (2006), Kolling, Cerioli e Caldart (2002), e Arroyo e Fernandes (1999), como referências que promovem a condução da pesquisa em questão. Cabe destacar que as referências teóricas definidas dialogam com as temáticas propostas nesta investigação, e que sua organização possibilitou o direcionamento dos estudos e a construção do texto da dissertação.

Na continuidade das análises e inferências a respeito do objeto de pesquisa, foi necessário realizar levantamento para a seleção de materiais que tratam da temática da Educação Ribeirinha em Ananindeua, bem como de documentos específicos das políticas educacionais deste município paraense. O acesso aos materiais aconteceu de forma presencial no Conselho Municipal de Educação e na Secretaria Municipal de Educação, além de via rede de internet aos *sites* das Instituições. Dessa forma, foram selecionados 5 (cinco) documentos, os quais foram organizados no âmbito normativo e orientadores para fins de organização e análise das informações contidas nos mesmos, como descrito no Quadro 1:

Quadro 1 - Documentos normativos e orientadores

	Tipos de documentos	Documentos	Descrição
01	Normativos	RESOLUÇÃO nº 005/2017 – CP, Ananindeua, 27 de abril de 2017.	Estabelece normas para regulação e avaliação de instituições de Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino
02	Normativos	RESOLUÇÃO nº 040/2015 – CP Ananindeua, 05 de novembro de 2015	Estabelece diretrizes curriculares e procedimentos normativos para a Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências.
03	Normativos	Plano Municipal de Educação de Ananindeua, aprovado mediante Lei nº 2.729, de 18 de junho de 2015.	Nortear as políticas públicas educacionais no período de 10 anos (2015-2025).
04	Orientadores	Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Infantil e Ensino Fundamental.	Estabelece os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos municípios de Ananindeua.
05	Orientadores	Plano Plurianual do período de 2018 a 2021, aprovado por meio da Lei nº 2.906 de 23 de novembro de 2017	Institui o Plano Plurianual do Município de Ananindeua para o período 2018-2021

Fonte: Elaborado pela autora.

A seleção destes documentos possibilitou o acesso às informações normativas e orientadoras do objeto a ser pesquisado, bem como auxiliou no debate acerca da Educação Ribeirinha na Amazônia. Ainda a respeito dessa discussão, faz-se necessário o entendimento não só das intenções das políticas de governo destinadas à Amazônia, como também da importância das diretrizes da Educação do Campo para os povos que habitam esse território, em especial os povos das águas, questões que serão tratadas posteriormente.

A produções acadêmicas evidenciaram a existência de uma Educação na Amazônia permeada de diversidade e complexidade (SILVA; SANTOS; SOUZA, 2016; HAGE, 2014; SANTOS, 2014). Essa diversidade cultural e social se configura pelas populações que compõem a região (VASCONCELOS; ALBARADO, 2015), entre as quais estão as populações ribeirinhas, que expressam um conjunto de experiências e saberes construídos a partir da convivência com o rio e o seu território. Para apreender a complexidade das práticas sociais e culturais, faz-se necessário haver a construção do diálogo com os sujeitos, o reconhecimento dos saberes, e a luta política pela garantia de direitos dos sujeitos

amazônicos. Dessa maneira, os processos educacionais devem reconhecer a diversidade presente nos espaços educativos ribeirinhos da região.

Os produtos analisados mencionam que as políticas educacionais desenvolvidas na Amazônia estão inseridas nos cenários de disputas, tendo um modelo centrado nos interesses do capital, o qual fomenta a exploração/destruição do meio ambiente e dos povos que habitam o território, delineando ações individualistas em prol das propriedades privadas. No intuito de atender às premissas do mercado capitalista, a educação assume a função de produzir mão-de-obra destinada às indústrias instaladas na região, o que, segundo Cristo (2007) e Pinheiro (2009), enquadra as escolas dentro de uma proposta curricular generalizante, de visão urbana, descontextualizada e sem condições mínimas de funcionamento.

Para contrapor-se a esse modelo imposto pelo capital, diferentes grupos sociais e trabalhadores da educação, por meio do Movimento de uma Educação do Campo, têm defendido uma educação que respeita a diversidade do campo, incentivando a formulação de projetos pedagógicos específicos que primam pelo reconhecimento das vozes, histórias e lutas das populações amazônicas (SILVA; SANTOS; SOUZA, 2016). A educação fruto do diálogo dos movimentos sociais defende os direitos dos povos do campo e a preservação do meio ambiente, com a proposta de uma outra sociedade que respeite as identidades dos sujeitos mediante a permanência da organização sociocultural.

A respeito das normativas que versam sobre a garantia de direitos à diversidade, as produções acadêmicas destacaram a Lei nº 9.394/1996, e a importância da aprovação Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo, mediante a Resolução nº 01/2002 do CNE (BRASIL, 2002), por se tratar de uma normativa na conquista do campo das políticas educacionais. Isso, porque as entidades sociais provocaram as secretarias estaduais e municipais a elaborarem ações educativas em consonância com as realidades dos povos das florestas, dos campos e das águas.

Na direção das políticas educacionais para a garantia do direito à educação das crianças para Ensino Fundamental, foram evidenciados: a Lei nº 11.274/2006, que amplia de 8 para 9 anos o tempo de estudo, a partir dos 6 anos de idade; o Decreto nº 6.094/2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, que estabelece no II, do artigo 2º, “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico” (BRASIL, 2007, p. 1).

Ainda na vertente das normativas, tem-se a aprovação da Resolução CNE nº 07/2010, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de 9 Anos, a qual informa, no seu artigo 2, a necessidade de estar articulada com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais na Educação Básica, por reunir princípios e procedimentos orientativos quanto às políticas públicas educacionais e às orientações curriculares nas redes estaduais e municipais do país (BRASIL, 2010a).

No contexto das políticas educacionais, o novo PNE, disciplinado pela Lei nº 13.005/2014, apresenta na meta 05 “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2014). No atendimento à população do campo, pontua, na estratégia 5.5, “apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, [...]” (BRASIL, 2014). Cabe destacar que o Plano Estadual de Educação do Estado do Pará, regido pela Lei nº 8.186/2015 (PARÁ, 2015), e o Plano Municipal de Educação de Ananindeua, aprovado mediante Lei nº 2.729, de 18 de junho de 2015 (ANANINDEUA, 2015a), estão alinhados ao documento nacional em relação à meta 05. Na análise da estratégia, o PEE do Pará propõe estrategicamente efetuar a ampliação do instrumento de avaliação estadual periódico e específico, com intuito de aferir a alfabetização das crianças anualmente, e estimular as escolas a criarem seus próprios instrumentos de avaliação e monitoramento, com medidas pedagógicas que possibilitem a alfabetização até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental (PARÁ, 2015).

Na análise do Plano Municipal de Educação de Ananindeua, especificamente sobre as políticas educacionais do Ensino Fundamental de anos iniciais destinadas às comunidades ribeirinhas, constatou-se na Meta 05 a ausência de estratégias específicas de alfabetização das crianças que habitam as regiões das águas, além de estimular o sistema de avaliação e monitoramento de ações generalizantes, não atendendo à identidade dos sujeitos que habitam as Ilhas.

Cabe frisar que, no Art. 3º do Decreto nº 6.094/2007, o desenvolvimento da Educação Básica será aferido por meio do Índice de Educação Básica (IDEB), divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O índice educacional envolve o rendimento escolar, resultante do desempenho dos alunos, censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Esse IDEB se torna um indicador sintetizador de informações de desempenho de aprendizado com base em exames padronizados e generalizantes que não consideram as especificidades dos territórios e negam o direito à educação na diversidade dos povos habitantes do país.

No cenário das políticas generalizantes, foi mencionado nas pesquisas acadêmicas que a maioria das escolas do campo desenvolve o modelo educacional urbano, marcado por metodologia inadequadas e uma concepção educativa direcionada ao mercado de trabalho (BITTAR, 2012). Dentro da concepção minimalista, observa-se que as escolas ribeirinhas enfrentam diversos problemas de acesso ao ensino escolar, situações de transporte escolar com embarcações sem colete salva-vidas e ausência da proteção dos motores, e infraestrutura precária do prédio escolar e do mobiliário existente nas unidades de ensino. Há que mencionar como a maioria dos espaços educativos ribeirinhos não possui laboratórios, bibliotecas, recursos eletrônicos, e sala para o atendimento especializado. Além disso, há dificuldades de acesso à energia elétrica, precariedade do abastecimento de água e das condições sanitárias.

As condições de atendimento resultam em evasão escolar, altas taxas de analfabetismo, distorção idade-ano e dificuldades no processo de aprendizagem. Para a garantia dos direitos aos povos ribeirinhos é necessário um conjunto de estratégias e planejamentos educativos que considerem a dinâmica dos rios nos períodos de enchente, cheia, vazante e seca, pois o movimento das águas configura o modo de vida das populações ribeirinhas, as atividades econômicas e a diversidade sociocultural. Nesta perspectiva de tempo, Porto-Gonçalves (2017, p. 38) corrobora que “a visão unilinear do tempo silencia outras temporalidades que conformam o mundo simultaneamente [...]. O mundo não tem um relógio único”, ou seja, é imprescindível o reconhecimento das múltiplas temporalidades dos diversos territórios. Daí a importância das políticas educacionais e as práticas curriculares garantirem as identidades econômica e sociocultural da região.

2.2 A Educação do Campo articulada à realidade ribeirinha

Desde o período colonial, as ações do governo têm a premissa de implantar projetos de exploração dos recursos na Amazônia, e para isso invisibilizam e expulsam as populações que habitam esse território. Diante das políticas excludentes que visam a atender aos interesses do capital, os povos da região têm organizado formas de resistência para combater a atuação opressora do governo, organizando-se de diversas maneiras com intuito de construir ações em prol da garantia do direito à permanência nos seus espaços de vida. Dentre os diversos povos que habitam o território, destacam-se as populações ribeirinhas e a importância da Educação do Campo como um forte aliado no debate da materialização de políticas educacionais – justamente por traduzir os princípios que valorizam os modos de organização e de existência de cada comunidade.

O cenário de disputas entre os interesses do governo e a valorização do modo de vida tem sido fundamental para os povos ribeirinhos se organizarem por meio de associações, cooperativas e sindicatos, com o objetivo de demarcar as especificidades de suas lutas. Nessa perspectiva de organizações, tem-se “o Movimento dos Ribeirinhos do Amazonas (MORA), Movimento de Preservação de Lagos (no Estado do Amazonas) e no Pará o Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA)” (SANTOS, 2014, p. 69). Tais organizações sociais têm a premissa de construir ações destinadas à garantia de seu estatuto enquanto sujeitos de direitos, com reconhecimento das identidades sociais e a superação das formas de invisibilidade impostas tanto pelo governo quanto pelas ações do sistema capitalista, que historicamente exploram e excluem os povos das florestas e dos rios que habitam a Amazônia.

A respeito da invisibilidade e/ou enquadramentos impostos por instituições governamentais e não governamentais aos ribeirinhos, cabe trazer a reflexão acerca da categoria de “povos tradicionais”, formulada a partir de programas e políticas de governo para organizar as populações rurais. Observa-se que o conceito tem uma posição generalizante que pode provocar “um novo deslocamento conceitual da categoria ribeirinha ou mesmo resultar em sua invisibilidade, uma vez que essa população assim como seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas e pescadores são colocados em uma única categoria” (SANTOS, 2014, p. 70). Há também em torno do termo “populações tradicionais” as questões das vertentes político e ambiental de determinados grupos, os quais têm a premissa de promover o reconhecimento dos territórios e dos sujeitos que lá habitam, a preservação dos recursos naturais e o combate à devastação dos recursos naturais.

No debate da definição das “populações tradicionais” e dos “territórios tradicionais”, o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, menciona no seu art. 3º que

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os Artigos. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; (BRASIL, 2007, art. 3.º, I).

Os conceitos mencionados no decreto traduzem-se em algumas melhorias para os povos e comunidades tradicionais, pois o art. 3º compreende e reconhece as formas próprias de organização social dos que lá habitam, tendo em vista as relações construídas com seus territórios e recursos naturais por meio de conhecimentos transmitidos pela tradição dos povos. Dessa forma, observa-se no decreto que “as populações tradicionais” marcam uma importante posição de interface social nos espaços da Amazônia, antes considerada desprovida de seres humanos, como anunciado pelos governos.

Tal conceituação de “populações tradicionais” promove a afirmação de grupos como categoria social, como é o caso dos ribeirinhos, pois são reconhecidos “a partir do território que ocupa e pela identificação com o trabalho (pescador, agricultor, extrativista, etc.) diferente dos índios e quilombolas que são reconhecidos quanto categoria étnico-racial” (SANTOS, 2014, p. 72). Santos menciona que o reconhecimento a partir do território ocupado e das atividades desenvolvidas tem provocado – e ainda provoca – constantes situações de invisibilidade, pois policultores são apresentados como pescadores ou extrativistas, ou até mesmo agricultores, de modo que são agrupados conforme ênfase da política de governo, levando à construção de política pública concernente às especificidades aos ribeirinhos.

Daí a importância de as populações ribeirinhas se reunirem por meio de organizações, a exemplo da Associação de Moradores do Igarapé Grande, situada na Ilha João Pilatos, em Ananindeua, que tem o intuito de construir ações que atendam aos interesses da comunidade, como menciona o membro da Associação comunitária

E vamos na luta aqui na Ilha, lutando por essa comunidade na melhoria para ela... Eu fico puxando, tinha saído médico daí, a gente fumo rapidinho no prefeito e consegui outro, mas nós ralemos, que findou o contrato e ficamos aqui, não vinha médico e nós fumo pra lá (Arauai, membro da Associação, informação verbal [sic]).

A situação pontuada demonstra a importância da luta por políticas educacionais e pelo reconhecimento das especificidades ribeirinhas. A forma própria de organização social, da relação com os territórios e recursos naturais, e de conhecimentos produzidos tradicionalmente tem sido basilar para que as populações ribeirinhas afirmem-se enquanto categoria social e debatam projetos em consonância com os interesses da comunidade. Por isso, precisam construir ações de combate a projetos desenvolvimentistas que destroem a identidade local e escravizam e/ou expulsam os sujeitos do seu espaço de vida. Daí a necessidade de os povos das águas pautarem debates na perspectiva de construir e materializar políticas públicas que os reconheçam enquanto categoria social.

Diante do contexto apresentado, as populações ribeirinhas têm reconhecido na Educação do Campo uma forte aliada, por constituir um conjunto de princípios que respeita o tempo, o espaço, a cultura, e a interface das relações produzidas nos territórios de vida. No Pará, vem se fortalecendo um Movimento Paraense de Educação do Campo que, segundo Carmo e Prazeres (2013, p. 209), “aglutina em torno do Fórum Paraense de Educação do Campo, inúmeros sujeitos públicos e sociais em defesa dessa temática”. Esses sujeitos pertencem aos diversos territórios que compõem o estado e trazem nas memórias e no corpo todos os desafios enfrentados para permanecer no seu espaço de vida.

Dessa forma, ocorreram seminários estaduais que construíram pautas relacionadas à materialização de políticas públicas e a uma educação com qualidade social para as populações do campo, dos rios e florestas. Cabe mencionar que os seminários têm o intuito de promover as discussões das políticas destinadas a atender as diversidades e especificidades dos sujeitos, como as propostas direcionadas às populações ribeirinhas paraenses.

Para entender a importância Educação do Campo na vida dos sujeitos dos diversos territórios do Brasil, em especial na Amazônia, faz-se necessário compreender que os princípios políticos educacionais nascem de um conjunto de ações articuladas aos debates no âmbito nacional e à execução de políticas públicas por meio de instituições públicas, em parceria com movimentos sociais e sindicais, e com organizações populares para combater os descasos sofridos nos diversos territórios do país.

Estudiosos da educação dos povos do campo (CALDART, 2009; HAGE, 2005; ARROYO, 1999; MOLINA, 2002, 2006) revelam as contradições sociais de uma realidade marcada por situações de descaso, imposições e desrespeito às necessidades socioeconômicas, culturais e identitárias dos povos do campo, com reflexos negativos na estrutura das escolas, no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes do campo e na qualificação docente.

As condições precárias de funcionamento das escolas demonstram também a importância de construir políticas educacionais articuladas com as características próprias de cada grupo, com base nos princípios da Educação do Campo, como dispõe o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que decreta no inciso IV, do artigo 2:

Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologia adequadas as reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; [...] (BRASIL, 2010b, p. 2).

Observa-se que os direitos dispostos no mencionado decreto, em sua maioria, não se tornaram políticas de Estado, pois na prática vem ocorrendo o fechamento de escolas ou a

retomada de programas descontextualizados e alinhados aos interesses do governo (CALDART, 2009). Tal fato requer um olhar crítico acerca dos verdadeiros escopos nas relações de poder dentro do sistema capitalista, que vêm direcionando as políticas de produção de mercados e o acúmulo do capital.

É importante mencionar também que a Educação do Campo envolve as populações das florestas e das águas, onde habitam os pesqueiros, agricultores familiares, caiçaras, extrativistas, quilombolas, assentados, reassentados, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, indígenas, caboclo, populações ribeirinhas e outros grupos mais. Essa pluridiversidade dos territórios é fundamental no momento da elaboração das políticas educacionais, a fim de garantir os direitos previstos na legislação em vigor, como descrevem Kolling, Cerioli e Caldart (2002, p. 19):

A Educação do Campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que por trás da indicação geográfica e da frieza dos dados estatísticos está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais. A perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino.

No tocante à Educação do Campo, a década de 1980 foi marcada pelas grandes mobilizações de organizações da sociedade, que incluíram a Educação do Campo na pauta das demandas estratégicas para a democracia do Brasil, e pela garantia do direito à educação pública e de qualidade social no campo. Nesse cenário, destacam-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) e o Movimento Eclesial de Base (MEB).

As mobilizações desses coletivos conquistaram o reconhecimento da Educação do Campo por meio de Leis que regulamentaram a educação no país, como a Constituição de 1988, a LDB nº 9394/1996 e outras normas que se destinam à ampliação da oferta de Educação Básica e Superior às populações do campo, com destaque para o Decreto nº 7.352/2010 (BRASIL, 2010b), aprovado durante a gestão do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010 – 2023-atual), pois

Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo. Feita sim através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem. A afirmação deste traço que vem desenhando na nossa identidade é especialmente importante que levamos em conta que na história do Brasil, toda vez houve alguma sinalização de política educacional ou de projetos pedagógicos específicos isto foi feito para o meio rural e muito poucas vezes com os sujeitos do campo. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da

pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 19).

Nos últimos anos, as discussões sobre a Educação no Campo vêm se ampliando no âmbito de seminários, conferências e debates dos movimentos sociais que reconhecem as importantes conquistas. Essa ampliação também ocorre pela análise sobre os avanços diante da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e do atual Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por meio da Lei nº 13.005/2014. Apesar das melhorias nesse debate, os direitos estabelecidos por lei não foram garantidos para a maioria do povo campestre (CALDART, 2009), situação que demanda uma análise sobre os aspectos legais e jurídicos relacionados à garantia de direitos, bem como à implantação de políticas que considerem a diversidade de populações do campo presentes nos territórios do Brasil.

A respeito da implantação de políticas que atendam às diversidades das populações tem-se no Parecer CNE nº 36/2001 um importante estudo acerca da educação para a população distante dos espaços urbanos. O texto aprovado serviu de base do projeto de resolução que fixa as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, como indica Soares (2012, p. 1):

Trata-se, portanto, de um esforço para indicar, nas condições de financiamento do Ensino Fundamental, a possibilidade de alterar a qualidade da relação entre o rural e o urbano, contemplando-se a diversidade sem consagrar a relação entre um espaço dominante, o urbano, e a periferia dominada, o rural. Para tanto, torna-se importante explicitar a necessidade de um maior aporte de recursos para prover as condições necessárias ao funcionamento de escolas do campo, tendo em vista, por exemplo, a menor densidade populacional e a relação professor/aluno.

O estudo organizado pela autora explicita a necessidade de mais recursos para funcionamento das escolas distantes da cidade e com especificidades locais. Daí a importância de construir políticas educacionais pautadas nos princípios da Educação do Campo, a qual objetiva respeitar a diversidade dos povos, romper com o processo de discriminação e fortalecer a identidade cultural, realizando atendimento educacional diferenciado, sem ser excludente, como mencionam Fernandes, Cerioli e Caldart (2011, p. 49):

Um dos problemas do campo no Brasil hoje é a ausência de políticas públicas que garantam seu desenvolvimento em formatos adequados à melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem e trabalham. No contexto atual do nosso País, defender políticas públicas específicas para o campo não significa discriminá-lo ou pretender insistir numa postura dicotômica entre o rural e o urbano.

No sistema educacional brasileiro, observa-se que as políticas educacionais destinadas aos povos do campo se configuram dentro de um espaço de tensão permanente entre o governo e os movimentos sociais, uma vez que o primeiro se contrapõe à concepção integral

de educação defendida pela Pedagogia do Movimento. Como menciona Caldart (2009, p. 54), “precisa ter uma ‘pasta’ de Educação do Campo quase em cada ministério (ou Secretaria de Estado) para garantir fragmentos que relembrem a visão de totalidade originária na esfera dos direitos”. Trata-se de situação que demanda debate amplo em vários órgãos governamentais e demais instituições, assim como a participação dos sujeitos que vivem nesses diversos territórios.

As ações construídas para superação do projeto educativo existente na região estão sendo construídas nos debates da Educação do Campo, que apontam para a importância de as escolas estarem vinculadas ao contexto dos sujeitos do campo, conforme explicitado por Caldart (2009, p. 46):

Retoma a interrogação sobre a necessidade/possibilidade de vínculo da escola, de seu projeto pedagógico, com sujeitos concretos na diversidade de questões que a ‘vida real’ lhes impõe. Uma escola cujos profissionais sejam capazes de coordenar a construção de um currículo que contemple diferentes dimensões formativas e que articule o trabalho pedagógico na dimensão do conhecimento com práticas de trabalho, cultura, luta social.

Assim, a escola deve organizar suas ações, articulá-las a diferentes dimensões, tendo os profissionais a incumbência de considerar os processos produtivos, culturais, sociais e de luta. Conforme mencionam Arroyo e Fernandes (1999, p. 17), “a Educação Básica, como direito ao saber, direito ao conhecimento, direito a cultura produzida socialmente”. É relevante então as Instituições de ensino organizarem as ações educativas de modo a envolver os aspectos supracitados.

De acordo com Molina (2006), a Educação do Campo organiza suas práticas no contexto do povo, seu modo de trabalho e vida, sempre com atenção ao espaço geográfico, à organização política e a suas identidades culturais, suas festas, seus saberes e seus conflitos de opiniões de leitura da própria realidade. É uma situação evidenciada por Hage (2005), quando trata de uma das características fundamentais na Amazônia, a heterogeneidade – que precisa ser considerada no momento de elaboração de propostas educacionais.

As diversidades socioeconômicas e culturais são em sua maioria desconsideradas pelas políticas educacionais, o que contribui para a descaracterização de escolas do/no campo, conforme analisa Molina (2006). Isso demanda a realização de políticas educacionais que contemplem as dimensões e os níveis de ensino, com a incumbência de envolver principalmente os grupos sociais interessados em construir conhecimentos necessários e tecnologias apropriadas aos distintos territórios.

As discussões em torno da educação no campo vêm se ampliando, com destaque para as políticas públicas, por serem um dos seus principais pilares capazes de levar a reflexões. Como analisa Caldart (2009, p. 52), “é um ‘salto de qualidade’ no sentido de superação dialética do momento anterior, sobre o que de fato ainda não se tem condições objetivas [...] de analisar com mais profundidade, mas em torno das quais já é possível arriscar algumas percepções”. Essa prerrogativa assinala a importância da continuidade de ações políticas que atendam ao povo do campo. Dessa forma, a Educação do Campo assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade (CALDART, 2004, 2009).

Diante das informações apresentadas sobre o movimento organizado das entidades sociais e princípios basilares da Educação do Campo, torna-se possível perceber como esta é uma forte aliada na construção de política educacional destinada aos povos das águas, por respeitar o tempo, o espaço, a cultura e modo de vida dos sujeitos que habitam a Amazônia. Daí advém a centralidade dos povos no fortalecimento do Movimento Paraense de Educação do Campo e no Fórum Paraense de Educação do Campo, a fim de atuar em prol de construções políticas de educação para as populações ribeirinhas do estado do Pará.

No intuito de compreender os aspectos educacionais destinados às populações ribeirinhas e a importância das políticas públicas, faz-se necessário realizar um percurso na Amazônia para conhecer os territórios que dela fazem parte e para perceber as diversas formas de organização do povo ribeirinho presentes na região.

2.3 Os espaços de vida na região Amazônica

O patrimônio natural da Amazônia brasileira sempre foi ambicionado pelos exploradores da região, situação que ocorre desde o período colonial, com a chegada de portugueses e espanhóis, e permanece até os dias atuais, ao se observar que as empresas internacionais se apropriam e degradam a natureza, com a finalidade do acúmulo de capital.

Essa dinâmica exploratória ocorrida na Amazônia brasileira e destinada a atender principalmente aos interesses do mercado internacional é algo que tem prejudicado, para além dos recursos naturais, os povos que a habitam, uma vez que as principais fontes de alimento e subsistência estão presentes nas florestas e nos rios. Dentre os povos que habitam o universo amazônico, tem-se os ribeirinhos, com seu importante papel histórico e social na ocupação da região.

Figura 29 - População ribeirinha na Amazônia



Fonte: Band (2016).

Vasconcelos (2017) pontua que a ocupação na região ocorreu inicialmente para atender aos interesses políticos e econômicos da Coroa Portuguesa, que tinha como principal objetivo ocupar esse território por pessoas brancas. Tal situação provocou um processo de miscigenação entre brancos e índios, criando uma figura étnica conhecida na Amazônia como caboclo/ribeirinho.

Cabe destacar que, no século XVIII, a partir da década de 1750, ocorreram as reformas pombalinas, tendo como “objetivo precípua assimilar os indígenas à sociedade e à população colonial, assegurando honras e benefícios econômicos e políticos aos contraentes e aos descendentes de matrimônio com indígenas” (MOREIRA, 2018, p. 42). Foi adotada como estratégia de aumento da população o incentivo ao casamento inter-racial entre os portugueses e os nativos americanos, por meio da Lei de 4 de abril de 1755. Tal normativa marca de forma mais contundente o início dessa política destrutiva, como menciona Moreira (2018, p. 42).

As reformas pombalinas se deram no século XVIII, a partir da década de 1750, e tinham como objetivo precípua assimilar os indígenas à sociedade e à população colonial, assegurando honras e benefícios econômicos e políticos aos contraentes e aos descendentes de matrimônio com indígenas. A meta era literalmente destruir os índios como grupos étnicos e políticos diferenciados dentro do contexto colonial, pelo “suave” caminho dos casamentos mistos e de outras políticas adicionais. Ao fim e ao cabo, tratava-se de absorvê-los à população colonial e à sociedade envolvente, por meio da miscigenação biológica e da homogeneização linguística e cultural.

De acordo com autora, essa política de aumento do povoamento assegurava benefícios econômicos e políticos aos cônjuges e descendentes desse matrimônio, por exemplo: a isenção nos serviços públicos por um determinado tempo e de baixa no serviço militar. Para os filhos oriundos dessa relação, ficaria proibidos que fossem tratados com o nome de “Caboucos”, pois o termo era tido como forma de ofensa, por ter a conotação de uma ser

incapaz e preguiçoso. Todas essas estratégias evidenciam a lógica perversa de destruição dos povos indígenas e perpetuação da formação da população colonial necessária para a exploração dos recursos naturais.

Também é pontuado pela autora que a nova composição da formação populacional provocou novas clivagens de “cor” e “sangue”, que passaram a impregnar um conjunto de práticas, com fomento de discursos e organização de forma a hierarquizar a sociedade colonial. Assim, o resultado desse reordenamento classificou a maioria dos descendentes de casamentos mistos como “pardos” e “caboclos”, o que promovia um olhar preconceituoso e discriminatório sobre esta população. Todo o cenário provocado pela lógica de “ocupação” do período colonial reordenou a inserção de novas formas de populações na região.

Dessa forma, entende-se que a Amazônia é ocupada por uma diversidade de grupos étnicos e por populações tradicionais, resultantes de um *continuum* dos vários processos de colonização e miscigenação. Desse percurso histórico, temos o homem amazônico como resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias, que revelam as mais diferentes manifestações socioculturais, por meio das relações de trabalho, da educação, da religião, das lendas, dos hábitos alimentares e até da organização familiar.

Dentre a diversidade presente na região, tem-se a formação do sistema sociocultural do caboclo, que se constituiu em dois momentos distintos, e de acordo com Brondizio e Siqueira (1992, p. 189), “[...] derivam do processo de detribalização, depopulação e miscigenação das populações indígenas que habitavam as várzeas entre os séculos XVI e XVII”.

Tal processo possibilitou a construção de uma diversificada economia de subsistência que envolve atividades como caça, pesca, coleta, agricultura e o extrativismo. Desse modo, observa-se que o caboclo pode ser o ribeirinho, o coletor de seringa ou de castanha, horticultor, canoieiro e pescador, ou seja, o caboclo amazônico possui um conhecimento historicamente construído da região, o que possibilita desenvolver as ações necessárias à sua sobrevivência sem a destruição do espaço.

Entre os personagens que compõem a região amazônica, o caboclo ribeirinho acaba tendo destaque porque, segundo Lira e Chaves (2016, p. 72), a organização política e o modo de vida “das comunidades tradicionais ribeirinhas são marcadas e orientadas por uma identidade pautada nos valores socioculturais e na dinâmica sócio-histórica da região amazônica”. Ressaltam ainda que a “base dos conhecimentos das comunidades tradicionais, predominam os saberes herdados das populações indígenas que habitam a região, desde momentos que antecedem ao processo de colonização” (LIRA; CHAVES, 2016, p. 72).

Dessa forma, observa-se que a população tradicional ribeirinha existente na Amazônia tem referência em conhecimentos alicerçados na importância das representações dos seus lugares, na dinâmica do tempo nas vidas das pessoas e na relação com a natureza. No que concerne a essa conceituação, Silva, Santos e Souza (2016, p. 5) informam que

[...] os ribeirinhos apresentam aspectos semelhantes aos povos amazônicos de produção familiar, mas também possuem características próprias surgidas a partir das relações historicamente estabelecidas entre si em contextos espaciais diversos. Para as populações ribeirinhas a hidrografia regional constitui-se como o lócus de vivência e convivência, lugar onde fazem e refazem suas relações sociais no e com os rios, lagos, córregos, igarapés e furos d'água.

Assim, observa-se que as comunidades ribeirinhas apresentam um modo particular de vida, que envolve um conjunto de aspectos resultante da relação construída com o território amazônico. Por exemplo, tem-se a prática do manuseio coletivo sustentado no conhecimento do tempo ecológico dos recursos naturais. Esses saberes construídos historicamente promovem o fazer e o refazer da construção da característica do povo ribeirinho, referência identitária na qual o rio tem um importante papel.

Figura 30 - Uma das formas de transporte dos ribeirinhos



Fonte: Nogueira (2019).

Figura 31 - A pesca como uma das atividades econômicas



Fonte: Cardoso (2018).

As Figuras 29 e 30 apresentam uma paisagem muito peculiar ao movimento de pessoas, coisas, produtos e mercadorias nos territórios ribeirinhos, de modo que apresentam uma importante referência identitária da população ribeirinha amazônica, pois o rio tem um papel fundante no transporte das pessoas, dos recursos, da organização do modo de vida de cada comunidade, em razão de funcionar como a matriz da organização espacial na maior parte da região, como retrata Cruz (2011, p. 11):

O rio como espaço social é o meio e a mediação das tramas e dos dramas sociais que constituem o modo de vida ribeirinho com seus saberes, fazeres e sociabilidades cotidianas. Já como espaço simbólico ele é matriz do imaginário, produto e produtor dos sistemas de crenças, lendas, cosmologias e mitos ligados à floresta e ao misterioso universo das águas que são elementos fundamentais na construção da cultura do ribeirinho na Amazônia. Portanto o rio é um referencial fundamental na construção das identidades na Amazônia.

As situações pontuadas pelo autor sobre o rio como referência fundamental na construção das identidades dos sujeitos ribeirinhos amazônicos evidenciam a importância de reconhecer o processo histórico de ocupação dessa região, que sempre teve o objetivo de atender aos interesses políticos e econômicos dos colonizadores, algo que ocorria de maneira exploratória quanto aos recursos naturais, uma lógica que permanece até os dias atuais.

2.4 Populações ribeirinhas e o atendimento educacional do Ensino Fundamental

No cenário contemporâneo de interesses econômicos, é importante mencionar que as políticas de atendimento às escolas ribeirinhas da Amazônia tendem a fomentar uma concepção de ensino que deslegitima as práticas culturais, os saberes e as identidades dos povos (COSTA, 2021), e (re)produz um currículo que em geral não reconhece as especificidades dos territórios e/ou as relações dos sujeitos com as florestas, campos e rios da região.

Sobre o atendimento educacional para os anos iniciais do Ensino Fundamental, observa-se no art. 3º da Resolução CEB/CNE nº 02/2008, que as ofertas das turmas devem ocorrer nas próprias comunidades, com o intuito de evitar os processos de nucleação e o deslocamento das crianças. Na mesma normativa, o art. 4º menciona que, na impossibilidade do funcionamento das turmas no território dos discentes, a implantação da nucleação rural levará em conta a participação da comunidade para a definição do local e o percurso de menor distância para dos discentes.

Apesar da legislação em vigor, vê-se que a política de nucleação aconteceu em sua maioria de forma verticalizada e com turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental, como ocorrido no governo de Breves, no período de 2009 a 2016, o qual

implementou, a política de nucleação, resultando a construção de escolas polos e a redução expressiva de turmas multisseriadas. As escolas polos são, na verdade, escolas estruturalmente amplas que, geralmente, dispõem de quatro a seis salas de aula, sala de secretaria, cozinha, banheiros, sala de informática e alojamento para professores. Acompanha essa arquitetura o gerador de luz, bebedouro industrial e o transporte escolar, artefato essencial na materialização dessa política. Nessas escolas, além de turmas dos anos iniciais (em algumas escolas permanece a multissérie), observa-se a presença de turmas da pré-escola, turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, organizadas em circuitos, isto é, por disciplinas, ministrada por professores oriundos da cidade, em um período de aproximadamente 40 dias (COSTA, 2021, p. 388).

A autora menciona que as unidades de ensino nucleadas também ofertam turmas do Ensino Médio, por meio do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME⁴), organizado pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA). Embora se perceba a melhoria na infraestrutura dos prédios escolares na política de nucleação, ainda existem irregularidades na oferta da merenda, escassez de material didático e pedagógico, currículo descontextualizado da realidade local (COSTA, 2021) e falta de equipamentos de segurança nas embarcações escolares que transportam os discentes para as diversas comunidades.

Na região amazônica, as políticas educacionais tendem a se materializar no atendimento educacional para os anos iniciais do Ensino Fundamental, no método de ensino e avaliações centralizado na concepção urbana, segundo o chamado modelo educacional de urbanocêntrico (ARROYO, 2004), uma concepção de ensino que reforça a hegemonia do conhecimento cientificista e promove a (re)produção urbano-capitalista como modelo de vida (CORRÊA, 2005).

As turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental tendem a ser organizadas em classes (multi)seriadas, constituídas por alunos de diferentes faixas etárias e níveis de aprendizado, conduzidas por um único professor a desenvolver as atividades pedagógicas (HAGE; REIS, 2018), em espaços cedidos, com mobiliários danificados, materiais didáticos e pedagógicos em número insuficiente para os alunos.

A respeito da atuação docente nas escolas ribeirinhas, observa-se que a maioria dos profissionais da educação desenvolve várias funções na unidade de ensino, como assistente

⁴ O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) foi criado no Estado do Pará em 1980, com a finalidade de levar a educação básica às comunidades ribeirinhas mais afastadas dos núcleos urbanos. Em 1982, passou a fazer parte da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC-PA), que menciona o funcionamento do SOME como uma estratégia de proporcionar o ensino médio nas localidades distante e condições estruturais de funcionamento.

administrativo, faxineiro, merendeiro e outros. As Secretarias Municipais de Educação comumente não realizam acompanhamento pedagógico e formação com temáticas relacionadas às questões políticas, econômicas e socioculturais da região. As situações apresentadas precarizam o processo pedagógico das escolas, refletindo na infrequência e na evasão escolar dos discentes (HAGE, 2005). Além disso, fortalecem as desigualdades de acesso à escolarização e fomentam racionalidade urbano-capitalista, propositora de um modelo de vida urbano (CORRÊA, 2005), que por sua vez silencia os tempos/espacos/conhecimentos dos povos da região.

Cabe destacar os estudos realizados pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (Geperuaz) em torno dos tempos/espacos/conhecimentos impostos pelo modelo seriado de ensino, conforme figuram nas turmas e escolas (multi)seriadas, pois autores como Hage e Reis (2018) mostram que o ensino seriado promove pilares de fragmentação e padronização de conhecimentos. Para romper a lógica centralista, foram percebidas atividades educativas que

emergem sinais de inovação, criatividade e inventividade construídos e efetivados por meio de práticas pedagógicas dos sujeitos que participam dessas turmas e escolas, os quais desafiam as condições adversas existentes, e incidem na desconstrução dos pilares que sustentam o modelo seriado de ensino e convergem para sua transgressão nas escolas públicas existentes nos territórios rurais. (HAGE; REIS, 2018, p. 80)

Nessa perspectiva, os autores fortalecem uma posição diferenciada favorável a permanência das turmas e escolas (multi)seriadas como “possibilidade de oferta qualificada da escolarização aos sujeitos do campo, desde que superada a situação de abandono e descaso do poder público com relação às escolas rurais” (HAGE; REIS, 2018, p. 81). Tal posicionamento tem sido defendido por grupos de pesquisadores, gestores públicos e profissionais da educação.

Para efetividade da transgressão do modelo seriado, faz-se necessária a garantia do investimento em formação dos professores, a valorização da produção de conhecimento, metodologias, materiais didáticos e recursos pedagógicos adequados à realidade dos territórios da região amazônica. Também é preciso promover a organização do “currículo de forma mais integrada e flexível, numa perspectiva inter e transdisciplinar, utilizando projetos, temas geradores, complexos temáticos ou outras formas alternativas de organização curricular” (HAGE, REIS, 2018, p. 81). Dessa forma, percebem-se possibilidades para a formulação de propostas de intervenções contra-hegemônicas a serem construídas nas

unidades de ensino, bem como nas políticas educacionais destinadas às turmas (multi)seriadas.

Esses debates em torno dos modelos educacionais revelam as tensões entre grupos, populações e movimentos sociais em torno da disputa por projetos sociais a serem desenvolvidos na região. A riqueza exuberante das florestas, dos rios, campos e dos povos que habitam a Amazônia, expressa de forma resumida nesta investigação, constitui o material que deveria contribuir para uma (re)formulação de políticas educacionais e propostas educacionais para os anos iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica. Essa é uma proposição voltada para a pauta da valorização e afirmação das identidades culturais das populações e dos novos grupos sociais presentes no espaço de vida amazônico.

Também é de salutar refletir sobre a formação dos novos grupos sociais em sua relação com essa região, compreendendo seus aspectos socioculturais, políticos e econômicos. Neste sentido, diante do contexto da formação dos grupos sociais amazônicos, será apresentado a seguir o processo histórico de constituição dos diversos territórios do município de Ananindeua.

3 NAVEGANDO EM UM LUGAR CHAMADO ANANINDEUA: UM MUNICÍPIO DA AMAZÔNIA PARAENSE BRASILEIRA

*ANANINDEUA
da Flor de Ananin*

*Filha das resinas e dos Poemas
de cada Flor desse natural jardim
duma Árvore de enorme sapopema
que nativos batizaram de Ananin*

[...]

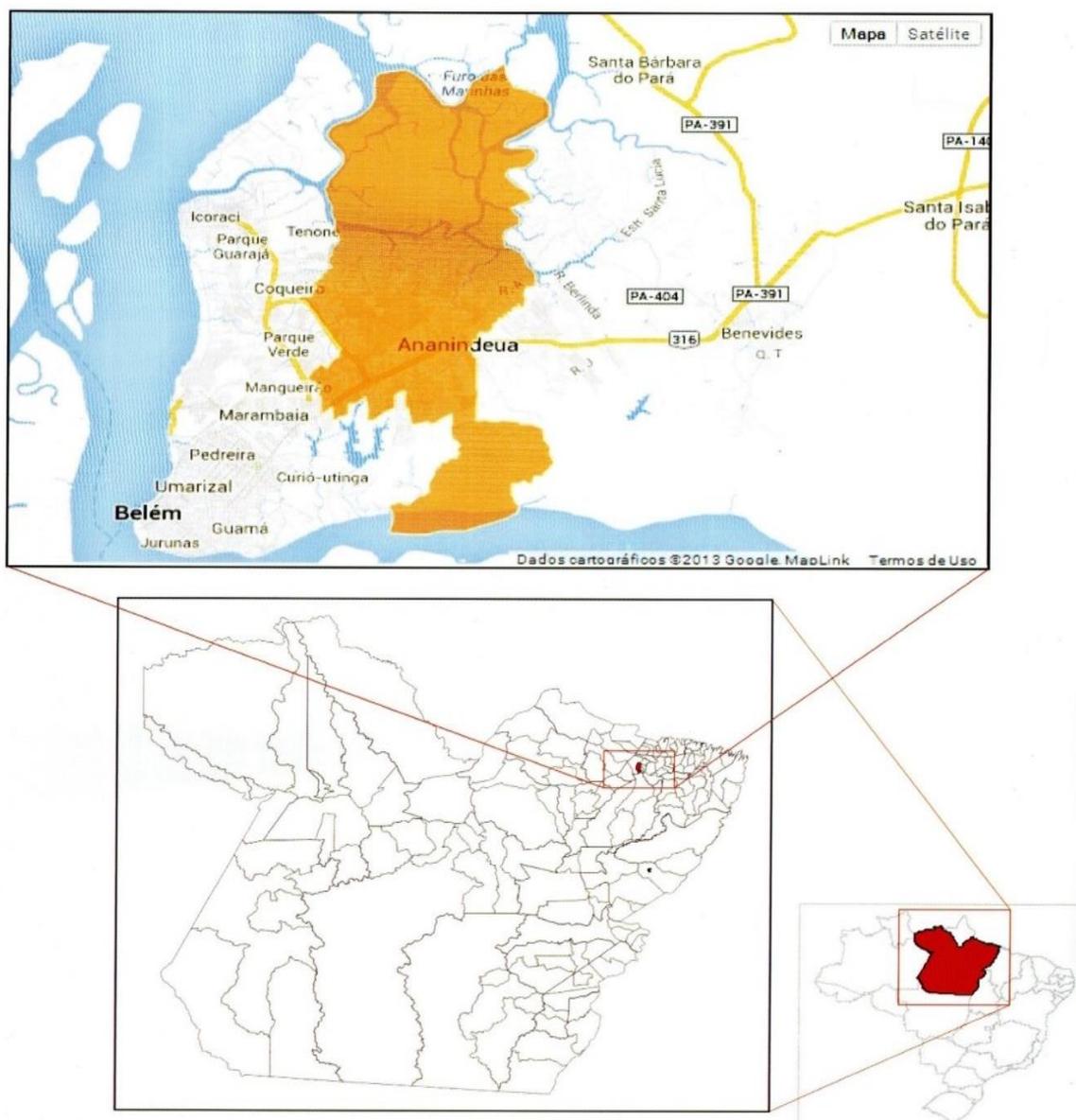
*População que no Sangue Cabano
diante das injustiças sociais
ocupou os latifúndios urbanos
das várias oligarquias locais*

*(Jetro Fagundes
Farinheiro Marajoara)*

3.1 A ocupação e o território de Ananindeua

No âmbito da reflexão sobre o contexto da Amazônia paraense, é importante trazer ao debate o município de Ananindeua, localizado na Mesorregião Metropolitana de Belém, situada na Microrregião do município-sede do estado do Pará. Tendo uma área de unidade territorial de 190,581km² (2020), possui uma população estimada (2021) em 540.410 (quinhentos e quarenta mil e quatrocentos e dez) habitantes, com densidade demográfica (2010) de 2.477,55 hab/ km² e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM (2010) de 0,718 (IBGE, 2021). Encontra-se situado às margens do rio Maguari, com limites geográficos abrangendo fronteiras ao norte e ao oeste com a cidade de Belém, ao sul, com rio Guamá, e ao leste, com os municípios de Benevides e Marituba (LIMA, 2010), como é demonstrado na Figura 32, a seguir:

Figura 32 - Mapa de Ananindeua



Fonte: Costa, Assano e Jansen (2014).

O município de Ananindeua está organizado por meio de áreas onde se distribuem os conjuntos habitacionais, bairros e as áreas de comunidades quilombolas, como destaca Feijão Pereira (2018, p. 64):

os conjuntos habitacionais da Cidade Nova (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8) e bairros como Icuí-Laranjeira, Icuí-Guarajá, Águas Brancas, Curuçambá, PAAR, Heliolândia, Distrito Industrial, Geraldo Palmeira, Jiboia Branca, 40 Horas, Guanabara, Cabanagem, Águas Lindas, Atalaia, Maguari, Aurá e Área Rural.

Em relação a esses bairros, a autora também informa que foram habitados desordenadamente e são desprovidos de condições de saneamento, à exceção dos conjuntos Cidade Nova e Guajará. Também existe no município a comunidade do Abacatal, que tem sua

origem no ano de 1710 (FEIJÃO PEREIRA, 2018), com povos remanescentes de quilombos, e está localizada às margens do Igarapé Uriboquinha, com via de acesso pela estrada do bairro do Aurá, onde atualmente residem famílias de pequenos agricultores, com uma área verde de aproximadamente de 308 hectares.

O nome da cidade “Ananindeua” é de origem tupi-guarani, devido à grande quantidade da árvore chamada ananim (*Symphonia globulifera*), de estrutura de médio porte, comum na região. O termo também pode ser “anani”, que corresponde à gutíferácea com sapopemas em formato de joelho e flores escarlates. Ainda de acordo com Ananindeua ([20--]), essa árvore era utilizada pela população que habitava as margens rio Maguari, por produzir a resina de cerol que lacrava as fendas das embarcações, com as quais faziam tochas ou para outras tarefas.

Figura 33 - Árvore ananim / Seiva da árvore ananim



Fonte: Costa, Assano e Jansen (2014).

Segundo Costa, Assano e Jansen (2014), Ananindeua tem nas suas origens históricas uma íntima ligação com o processo histórico de Belém no período do século XIX, em virtude do aumento da produção da borracha, que promoveu a urbanização de Belém e ocasionou o deslocamento das famílias com baixo poder aquisitivo para as áreas periféricas de Belém. Essa situação foi reforçada por ações do governo provincial, com objetivo de colonização das áreas pertencentes à região bragantina e de ligação ferroviária dos futuros núcleo rurais. Tais estratégias possibilitaram a implantação das colônias agrícolas e a organização de povoados nas imediações da Estrada de Ferro de Bragança, como foi com Ananindeua.

A organização histórica de Ananindeua aponta para um processo de colonização que “segundo pesquisa preliminar realizada em 1994/1995 pela divisão de turismo a fim de identificar as raízes culturais do município, se desenvolveu em duas fases” (COSTA; ASSANO; JANSEN, 2014, p. 15). Além disso, na primeira etapa, a região foi ocupada por

ribeirinhos procedentes de outros lugares do interior do estado pelo curso do rio Maguari-Açu, até chegarem ao Maguari – situação ocorrida no período da Cabanagem, de modo que a permanência nesse território ocorreu em virtude da facilidade de acesso para outras localidades e da falta de povoamento.

Mendes (2003) explica que, em 1850, aconteceu a chegada dos primeiros colonizadores a se estabelecerem nas terras do Maguary, áreas do distrito Industrial e do Mocajutuba, onde tem-se registrado a terra mais antiga pertencente a Francisco Gregório, datada em 1856. Posteriormente ao ano 1890, aconteceu o povoamento em outras áreas, tais

Como as Ilhas de São Pedro, Sussurema (1894), Mutum (1896), e outras. Nas áreas que compreendem o Distrito Industrial e Mocajuba, [...]. Estas terras eram denominadas de “Mocajuba”, “Boca”, “Tropiqueira”, “São Sebastião do Maguary” (Hoje conhecida como a “Quinta Carmita” sendo delimitada pelos rios Maguari-Assu, Benfica e Ananindeua (MENDES, 2003, p. 27).

Também é destacado pela autora que a área conhecida como São Sebastião do Maguary recebeu esse nome em homenagem ao santo padroeiro do Acará. A imagem do santo foi entregue ao senhor Marcelino de Oliveira, que conservou a tradição religiosa na família e realizou procissões pelas localidades do Maguary.

Cabe destacar que o nome Maguary é proveniente de uma ave típica da região amazônica, que habita as margens dos igarapés. De acordo com Mendes (2003), a escolha do nome ocorreu por parte da população da vila, que percebeu a frequência com que essas aves apareciam às margens de um igarapé na localidade chamada “Cachoeirinha”.

Figura 34 - Ave Maguari



Fonte: Costa (2022).

O nome do pássaro está fortemente ligado à história do município, pois é percebido no nome da Vila Maguary, no rio que serve o município, na indústria de curtimento de couro, na

linha de ônibus, na comercialização da água mineral, no time de futebol, no principal açude, em condomínio residencial, em praças, entre outros.

Na segunda fase, a ocupação foi ocasionada pela Estrada de Ferro de Bragança, em 1884, com o trecho Belém-Benevides, e depois com as paradas e as estações possibilitando acesso ao município por via terrestre, uma vez que até então era feito somente pelo rio. Também é destacado por Costa, Assano e Jansen (2014) que essa fase marca a chegada de nordestinos em busca de trabalho nos engenhos, o que ocasionou o povoamento desse território.

Figura 35 - Foto antiga da entrada da cidade de Ananindeua



Figura 36 - Foto da atual entrada da cidade de Ananindeua



Fonte: Costa, Assano e Jansen (2014). Fonte: Costa, Assano e Jansen (2014).

O território do Maguari é o núcleo mais antigo da cidade, com origem no século passado, sendo organizado gradativamente pela passagem de missionários, e tendo como seus primeiros habitantes uma maioria ribeirinha e alguns favorecidos de terra. A designação de “a vila” do Maguari ocorreu em decorrência da instalação do antigo curtume, em meados de 1916, pois “as terras do Maguari pertenciam em sua maioria ao curtume, que [...] tornou-se o 1ª. Indústria organizada no ramo de curtimento de couro contribuindo para o progresso do município e do estado do Pará” (COSTA; ASSANO; JANSEN, 2014, p. 21). Essa instalação também provocou a segunda aglomeração urbana, denominada de Vila Operária, posteriormente Vila-Padrão e, por último, Vila Maguari, um espaço constituído de residências para os operários da indústria e com instalações de assistência onde se ofertavam a saúde, educação e lazer.

Nesse processo de povoamento, Mendes (2003) informa que a primeira escola do município foi fundada em 1900 pelo Sr. José Marcelino de Oliveira, incentivado pela senhora Tereza de Jesus Coutinho de Oliveira, sendo construída na Quinta Carmita, por representar

um lugar representatividade em diversos aspectos, que abrangem a formação moral, cristã e educacional para Ananindeua. O colégio funcionou em regime de internato misto, com atendimento inicial de 14 alunos que geralmente eram filhos de fazendeiros, parentes ou membros das famílias tradicionais Belém e de outros municípios. Ali os alunos

Aprendiam idiomas, música, canto, pintura e pirogravura em madeira, prendas domésticas, assistências ao preparo da 1ª comunhão e ensino religioso ministrado por padres capuchinhos e lazaristas. Vale registrar que estes alunos recebiam também, prática na escola-oficina, ali instalada, na qual aprendiam ofício de carpintaria, marcenaria e funilarias. [...]. O primário tinha orientação pedagógica adaptada de um programa escola da Suíça. Após 1921, a escola deu lugar a uma granja de nome Maguary, onde havia criação de aves e de gado, passando a explorar comercialmente o leite e, ainda, a primeira água mineral, vendida e distribuída no estado do Pará (MENDES, 2003, p. 30).

Os moradores da Ilha de São Pedro relatam que a primeira capela do município a ser construída naquela região data do século XIX, sendo restaurada na década de 1930 no espaço continental. Tem-se assim a capela do Maguary, construída na década de 1920 por orientação do Curtume, cuja santa era Nossa Senhora das Graças, com uma imagem doada por Dona Vidinha, esposa do proprietário do Curtume. De acordo com Mendes (2003, p. 38), “ocorreu com o passar do tempo a transferência da capela para o centro do Maguary, o que levou a devoção da Santa para uma tradição religiosa”. Atualmente, a devoção acontece tanto no Maguary quanto na Igreja Matriz do Município, sendo que nesta última só aconteceu em 1938, com a substituição do antigo padroeiro da cidade, chamado de São Raimundo Nonato.

A área territorial pertencia à cidade de Belém, mas, em 1938, por meio de ato do governo do estado do Pará, passou a ser do distrito do município de Santa Izabel do Pará, de modo que o município de “Ananindeua foi criado, então em 30 de dezembro de 1943, mediante Decreto-Lei Estadual n.º 4.505, promulgado pelo então interventor do estado Joaquim Cardoso de Magalhães Barata, tendo sido instalado em caráter definitivo em 3 de janeiro de 1944” (LIMA, 2010, p. 103). O processo de reconhecimento como cidade aconteceu após 3 (três) anos por meio de ação do interventor, mediante aprovação da Lei Estadual n.º 62/1948.

Por um longo período, ficou conhecida por “cidade dormitório”, mas, devido à carência de espaços destinados à construção de moradias em Belém, ocorreu uma crescente construção de muitos empreendimentos de apartamentos e casas, ampliando-se o contingente populacional. Além do fato citado anteriormente, o município teve um acréscimo de habitantes a partir da construção da BR-010 (Belém-Brasília) na década de 1960, quando da instalação de indústrias ao longo da rodovia.

A respeito da questão de o território de Ananindeua ser direcionado como espaço de moradia, Bogéa (2013) menciona que todo percurso histórico demonstra o quanto a cidade permanece como uma alternativa de habitação para o município-sede paraense, ou seja, compreender seu processo de urbanização requer um entendimento sobre a forma de organização populacional de Belém, bem como a composição e estruturação da periferia urbana da RMB, pois essa estruturação do espaço é resultado de todo um processo histórico e da luta das classes sociais.

Todo o processo histórico de organização dos municípios evidencia uma aproximação entre Ananindeua e Belém, e demonstra que residir em uma cidade também é morar na outra, como evidencia Bogéa (2013, p. 28):

[...] Ananindeua é uma opção de *habitat* para as camadas populares da capital paraense, o que expressa - e a criação/instalação do Conjunto Cidade Nova bem ilustra - compromisso do Estado com as classes dominantes que o faz incapaz de direcionar os mecanismos do capital imobiliário para uma ocupação racional e socializadora do espaço urbano pelas diversas classes sociais.

Nesse trecho, a autora menciona de forma clara as estratégias do Estado, segundo as quais se tem no município espaços destinados à habitação para as camadas populares, com ausências de políticas públicas, ao mesmo tempo em que há ocupações habitacionais planejadas por meio de projetos, como o conjunto Cidade Nova, destinado a atender às classes populares oriundas de Belém e de outras cidades do estado.

Segundo Feijão Pereira (2018), o conjunto PAAR – originalmente, uma sigla de Pará, Amapá, Amazonas e Roraima – foi considerado a maior ocupação da América Latina e atualmente constitui-se em um conjunto habitacional; também nessa região, constam os bairros do Distrito Industrial, Icuí e 40 Horas, os quais compõem áreas de atuação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

Outro dado importante da expansão urbana em Ananindeua é apresentado por Bogéa (2013), que menciona o uso das margens da BR-316 para o desenvolvimento das atividades industriais, comerciais, de serviço e de lazer, tendo a maior predominância de área ocupada por militares e organização industrial. Essas estratégias do Estado para ocupação do entorno da rodovia, denominado de áreas privilegiadas, provocam o deslocamento das classes populares – sendo estas em sua maioria de Belém – para a periferia, isto é, para as áreas com pouca/nenhuma infraestrutura.

Todo esse processo de ocupação do município de Ananindeua evidencia o movimento de desestruturação rural em função da transformação de utilização da terra em determinado contexto e de acordo com interesse econômico do Estado, pois

A luta pela apropriação privada da terra impôs diferentes significados à formação do urbano em Ananindeua e, nesse contexto, as ocupações coletivas se destacam como canais de construção de uma nova identidade social urbano-rural. Observa-se significativa participação das ocupações de terra em todo processo histórico de desenvolvimento do município, primeiro com predomínio das ocupações rurais até o final da década de 1970, quando as ocupações tipicamente urbanas entram em cena. É essa prática de ocupação de terras que faz emergir no cenário político local e os posseiros rurais e urbanos como sujeitos históricos e atores sociais do processo de construção da cidade (BOGÉA, 2013, p. 30-31).

Nesse trecho, a autora reforça que a dinâmica dos interesses econômicos no município trouxe diferentes significados à formação urbana, pois inicialmente eram terras destinadas a atividades rurais e que, após 1970, passaram a constituir espaços de moradias para atender às classes populares originárias em sua maioria de Belém, além de conjuntos habitacionais para atender à classe média da região.

A respeito dos aspectos econômicos, observa-se sua presença nos três setores, como explicado por Costa, Assano e Jansen (2014), sendo que, no primeiro, temos desenvolvimento da agricultura, com representação de 1% da população, por meio de atividades agrícolas de pequeno porte na comunidade do Abacatal e no bairro do Curuçambá. No segundo, atua nas atividades da indústria de beneficiamento madeireiro, produtos alimentícios e outras ações no campo industrial. Destaca-se que este setor é a maior fonte de arrecadação de renda. No terciário, desenvolve o comércio de mercadoria e a prestação de serviços ocasionados pelo grande aumento de habitantes nos últimos anos.

É observado ainda que Ananindeua guarda uma forte relação com o município-sede do estado, que concentrava a maior parte dos empregos formais, serviços públicos e privados da região. No entanto, em virtude do novo cenário urbano do município, vem ocorrendo a diminuição dessa inter-relação, como aponta Bogéa (2013, p. 33):

Essa dependência diminuiu ao longo dos últimos dez anos a considera atuação expressiva da iniciativa privada, responsável pela instalação de equipamentos comerciais de grande porte, educacionais de todos os níveis, além de condomínios de médio e alto padrão que proliferam no território municipal de forma vertiginosa. Segundo dados do IBGE (2010), as principais atividades econômicas se concentram no setor de serviços, que é responsável por aproximadamente 76,6% da economia local, e indústria, que responde por aproximadamente 23%. Os 0,4 % restantes expressam o setor agropecuário atualmente inexpressivo no município.

As informações trazidas pela autora também demonstram de forma pontual o crescimento do setor de serviços, situação ocasionada pelo atual contexto de urbanização do município, que está diretamente relacionado ao aumento populacional ocorrido nos últimos anos, o que demandou a instalação de empresas de diversos ramos no município.

Em relação aos aspectos ambientais, Costa, Assano e Jansen (2014) informam que Ananindeua tem uma vegetação muito alterada pela ação humana, contudo, apresenta uma área de proteção ambiental no entorno dos lagos do Bolonha, Águas Pretas e Aurá, sendo de domínio das empresas públicas Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Também menciona a existência do Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva, com áreas de relevante interesse ecológico, por possuírem a biodiversidade da Amazônia, além da área ecológica do Parque Seringal, cujo objetivo é a preservação do meio ambiente com ações nas perspectivas da Educação Ambiental voltada para preservação do meio ambiente.

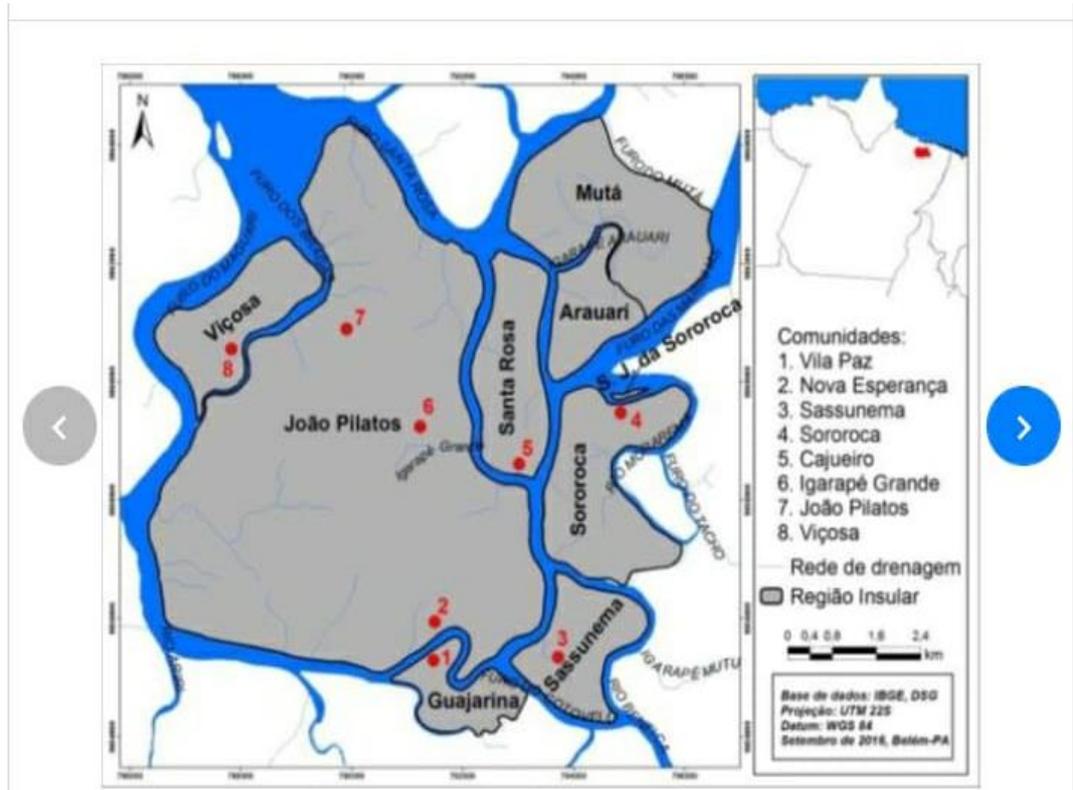
Quanto às questões relacionadas à cultura do município, Costa, Assano e Jansen, (2014) mencionam os principais eventos e datas comemorativas, dentre as quais se destacam: o aniversário do município, festejado em 3 de janeiro; o Círio de Nossa Senhora das Graças, realizado no terceiro domingo de agosto; o Arraial do Tucupí, com programação musical, dança, artesanato e culinária paraense; e o Festival do Açaí, que acontece nas Ilhas, pelas comunidades do Igarapé Grande e João Pilatos, com a promoção das culinária e a conscientização da preservação da palmeira que dá esse fruto. Entre as lendas, destacam-se: o velho Cruzeiro, a lenda da pedra encantada, a procissão e a história do Igarapé Bom Jardim.

3.2 A região das Ilhas

O espaço continental de Ananindeua concentra cerca de 90% da população do município, com a presença de remanescentes quilombolas, cuja maior concentração está na área do Abacatal. Já nas Ilhas ao norte do município, Pacheco e Elias (2020) informam a existência de um arquipélago formado por 9 (nove) Ilhas banhadas pelo rio Maguari. De acordo com Almeida (2008) e Silva (2014), no século XVIII, por meio do incentivo às atividades comerciais de interesse do capital, aconteceu a instalação um engenho para a produção de cachaça e açúcar por alemães que utilizavam a Ilha São Pedro para cultivar cana-de-açúcar, fazendo com que trabalhadores e suas famílias habitassem nesta localidade, formando as primeiras comunidades.

Na região, observa-se uma composição de 9 (nove) Ilhas, dentre as quais se destacam: Viçosa, João Pilatos, Santa Rosa, Mutá, Arauari, São José da Sororóca, Sororóca, Sassunema e Guajarina (FURTADO, 2011), em algumas das quais existem famílias ribeirinhas, além de outras áreas estarem quase intocadas, com a diversidade da floresta amazônica preservada.

Figura 37 - Mapa da Ananindeua insular



Fonte: Pacheco e Elias (2020).

A respeito da trajetória de ocupação de Ananindeua, é possível observar que a constituição dos primeiros núcleos populacionais ocorreu em virtude da dinâmica econômica da época e também das ausências de políticas públicas, o que obrigou os sujeitos a deixarem seu *habitat* em busca de condições de sobrevivência em terras devolutas e serem exploradas pela lógica do capital. Como exemplo, cita-se o grupo de posseiros de Igarapé Grande da região das Ilhas, que tinha entre suas atividades econômicas a produção de látex, o qual era trocado por mercadoria na fábrica Bitar – uma fábrica “representante do incipiente capitalismo industrial da época” (BOGÉA 2013, p. 31). Essa dinâmica demonstra a existência do capitalismo industrial da época, a inserção de grupos populacionais expulsos de suas terras, e a organização do modo de vida das Ilhas de Ananindeua.

A respeito do atendimento educacional na região da Ilha, percebe-se a existência da Escola Municipal Domiciano Farias, que atende à Educação Infantil (pré-escola) e ao Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano. A instituição desenvolve suas atividades desde 1987 e se localiza na comunidade do Igarapé Grande.

Figura 38 - EMEIF Domiciano de Farias



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

A unidade de ensino funciona no período da manhã com turma da Educação Infantil e anos iniciais no formato de multissérie do Ensino Fundamental, e no período da tarde atende aos anos finais da segunda etapa da Educação Básica, organizados em série/ano. Logo, os problemas educacionais da rotina escolar no turno da manhã podem ser agravados em virtude de a proposta pedagógica, o currículo e as condições físico-ambientais estarem em desacordo com a organização dos alunos de várias idades estudando na mesma sala.

Na comunidade João Pilatos consta o anexo I da Escola Estadual Colônia do Fidélis, que tem o prédio-sede no distrito de Outeiro, do município de Belém. O espaço educativo oferta turma dos anos iniciais organizada em multissérie do Ensino Fundamental no período da manhã.

Figura 39 - Anexo I da EEEF Colônia do Fidélis



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Nas visitas realizadas ao anexo, não se observou o funcionamento das turmas, nem a presença de funcionários para tratar das atividades educativas. Sobre os aspectos físicos e

ambientais dos prédios escolares, percebe-se pouca iluminação e ventilação, com banheiros com louças sanitárias danificadas e sem itens de acessibilidade, ausência de espaços como sala de leitura, laboratório de informática, sala dos professores, sala de atendimento especializado e quadra para as práticas de educação física. Os mobiliários estão em pequena quantidade e/ou deteriorados, os recursos e materiais pedagógicos em quantidade insuficiente para o desenvolvimento das atividades escolares. Esse modelo educacional direcionado aos povos das Ilhas tende a proporcionar um atendimento escolar precário, ocasionando prejuízos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos e fomentando casos de abandono escolar.

Diante disso, as situações identificadas nesta investigação mostram como as políticas municipais estão diretamente relacionados a interesses econômicos das grandes empresas e instituições econômicas instaladas na Amazônia, que primam por uma educação urbanocêntrica (Arroyo, 2004), ao transferir o modelo de educação das cidades para os espaços das florestas, campos e dos rios. Neste sentido, o padrão educacional urbano tem sido questionado e debatido por entidades e movimento sociais que defendem a educação a partir de seu lugar, dos saberes historicamente construídos, e do direito ao acesso aos conhecimentos científicos produzidos pela sociedade.

Assim, o embasamento teórico e as informações da organização histórica de Ananindeua, correlacionadas aos interesses econômico e político do capital, apontam para um processo de colonização que implantou um modelo educacional neste território, o que demanda a importância de reconhecer os sujeitos e as disputas existentes na Amazônia ananindeuense a partir políticas educacionais implantadas na região das Ilhas, reverberando as condições de atendimento educacional entre os anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme será apresentado na seção a seguir.

4 AS PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS E AS DISPUTAS EXISTENTES NA REGIÃO DAS ILHAS NA AMAZÔNIA ANANINDEUENSE: O RIO INTERLIGANDO CAMINHOS

Enquanto não acontecer aqui assim, cobro do prefeito, do diretor, uma casinha pra eles (professores) ficarem dormindo. [...] porque senão nunca nós tem aula mesmo de verdade, [...]. Sempre nós têm cobrança dos pai aqui, [...]. As 11 horas meu filho já tá em casa, o que aprendeu? [...] Quando é 11 horas escuto bu bu bu bu bu (saída do barco), aí venho em cima de diretor. [...] E eu analiso não dá uma hora e meia de aula para os alunos daqui (Arauai, membro da associação, informação verbal [sic])

No sentido de compreender as percepções dos sujeitos e as disputas existentes na Amazônia Ananindeuense, faz-se necessário nesta seção realizar uma análise das falas coletadas no decorrer da pesquisa de campo a respeito das políticas educacionais destinadas à região das Ilhas. Para isso, é de suma importância entender a estrutura educativa do município tendo como marco regulatório a Lei Municipal nº 1.271/97, que instituiu o CME – ainda que, apesar da normatização ocorrida 1997, a instalação deste órgão tenha acontecido somente em 2005, com a implantação do SME por meio da Lei nº 2.153/05.

Nesta composição de análise das políticas educacionais destinadas à região da Ilhas, delimitou-se um recorte temporal do período de 2015 a 2022, por ocasião das normativas regulamentadoras do funcionamento das Unidades de Ensino do SME e da aprovação do Plano Municipal de Educação, o qual é um importante instrumento para a efetivação das políticas educacionais do município.

Dessa forma, foram apreciados: o Plano Municipal de Educação aprovado pela Lei nº 2.729/2015, nas quatro estratégias presentes na meta 02, que trata do atendimento do Ensino Fundamental (ANANINDEUA, 2015a); a Resolução CP/CME nº 040/2015, que trata das diretrizes curriculares e procedimentos normativos para a Educação Básica SME (ANANINDEUA, 2015c); a Resolução CP/CME nº 005/2017, que institui as normativas de regulação e avaliação de instituições de Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino (ANANINDEUA, 2017a); o Plano Plurianual da Gestão Municipal do período de 2018-2021 regulamentado por meio da Lei nº 2.906/2017, no item que trata do Programa Avançando na Educação Básica de Qualidade (ANANINDEUA, 2017b); o memorial *8 anos de Gestão da Educação Municipal*, da secretária da Educação, concluído em 2020 (MELO, 2020); o Caderno de Orientação Pedagógica da SEMED do ano de 2022 (ANANINDEUA, 2022a); a Proposta Pedagógica Curricular da Rede Municipal de Ensino, no tópico que trata da Educação do Campo-Ribeirinho (ANANINDEUA, 2020); e, por fim, os Projetos Políticos Pedagógicos de 2018 e 2019 (E.M.E.F. DOMICIANO DE FARIAS, 2018a, 2018b, 2019).

Ao iniciar essa seção, cumpre enfatizar a importância da discussão sobre a educação a partir da percepção da comunidade escolar representada pelas lideranças comunitárias, pais/responsáveis, professores, alunos, coordenação, direção, funcionários da escola, em que a vivência de cada sujeito contribui para a compreensão significativa da realidade educacional ribeirinha que aos poucos está sendo desvelada.

A institucionalização do SME demarca Ananindeua como ente federado e com autonomia para organizar os rumos das ações municipais, razão por que, em termos educacionais, passou a

Ter prerrogativas de determinar seus próprios rumos e por um leque de possibilidades para agilizar o funcionamento de suas Intuições educacionais, trazendo a perspectivas de maior proximidade à realidade educacional, criando normas próprias e mais adequadas ao seu contexto sócio-educacional. Com a efetividade do seu Conselho Municipal de Educação incorpora na sua organização as categorias e grupos sociais relacionados direta ou indiretamente aos processos educativos, permitindo o melhor acompanhamento da realidade onde está inserido por meio do controle social (PAZ, 2009, p. 132).

O autor menciona que a implantação de um SME, por um lado, provoca a descentralização de poder de decisão e, por outro, promove a autonomia da gestão municipal em planejar as ações educativas a partir do contexto local, e de acordo com as normativas em vigência.

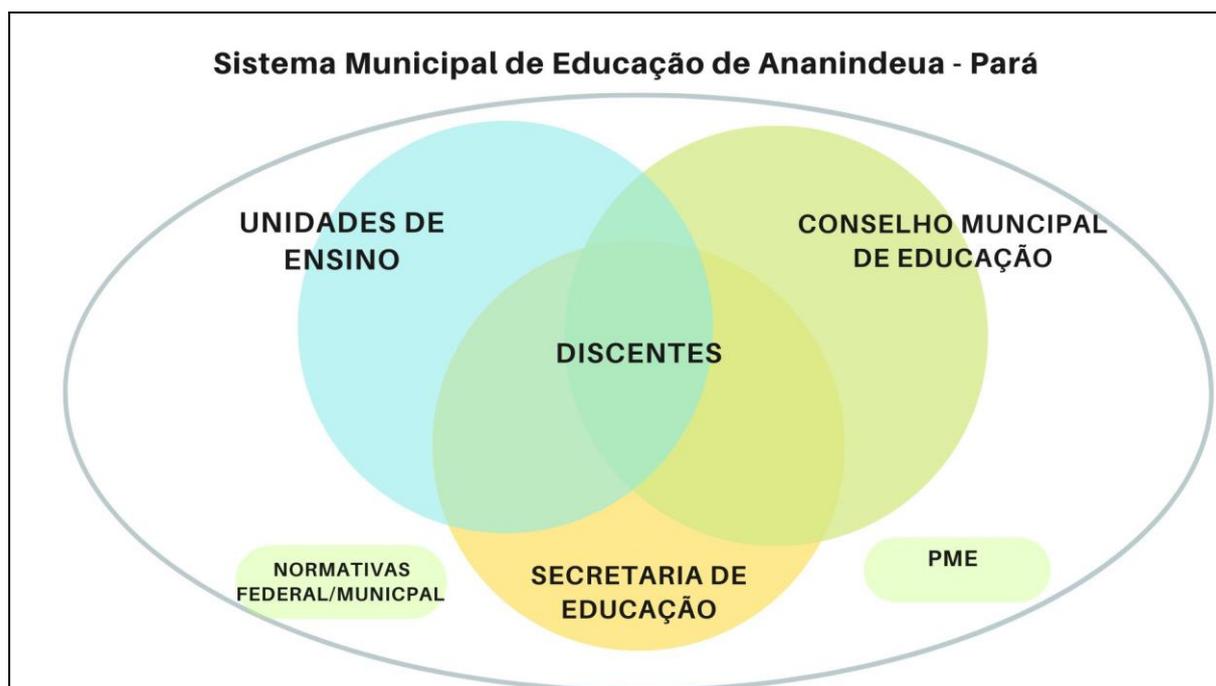
Antes de avançar na discussão da materialização do sistema de educação em Ananindeua, faz-se necessário pontuar que a Constituição de 1988 definiu a implantação do SME no país e que a Lei nº 9394/96 estabeleceu aos municípios a responsabilidade de organizar e coordenar: as unidades de ensino criadas e mantidas pelo poder público local; as unidades de ensino da Educação Infantil (creche e pré-escola) criadas e mantidas pela rede privada de ensino; e os órgãos municipais de educação, preferencialmente, a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação.

Também é preciso mencionar que não basta haver a criação de uma lei em esfera local para a existência de um sistema de ensino (PAZ, 2009), é de suma importância compreender o SME como um conjunto de instituições e órgãos comprometidos com a organicidade e identidade ao sistema de ensino (ANANINDEUA, 2005). Nesta perspectiva, os elementos estão expressos pelo CME e PME, tendo em vista como

dentre suas finalidades estão, respectivamente, articulação da política municipal de educação com a participação da sociedade civil e ser expressão da proposta educacional municipal. São dois importantes mecanismo para existência efetiva do SME (PAZ, 2009, p. 129).

Com as informações pontuadas a respeito do SME a partir da Carta Magna e da LBD, percebe-se que Ananindeua tem o Conselho de Educação instalado no ano de 2005, com o último Plano Municipal de Educação sendo do período de 2015-2025, o que corrobora o fato de a organização educacional local se apresentar da seguinte forma:

Figura 40 - Organograma do Sistema Municipal de Educação de Ananindeua



Fonte: Elaborado pela pesquisadora com base no PME de Ananindeua (2015-2025).

A Figura 40 demonstra que o Sistema Municipal de Ensino é composto pelas instituições de ensino criadas e mantidas pelo poder público local, pelas instituições de ensino de Educação Infantil criadas e mantidas pela rede privada de ensino, e pelos órgãos e instituições municipais de educação, representados pela SEMED e pelo CME.

Essa estruturação do SME favorece uma reorganização das ações do governo local no setor da educação e responsabiliza os órgãos, entidades e instituições a participarem da construção da política educacional destinada aos munícipes de Ananindeua. Cabe destacar que o SME surge no cenário de grandes desafios no ensino municipal, a exemplo do déficit de vagas na Educação Infantil, como menciona Farias (2009, p. 108):

O déficit de 90% de oferta de vagas na educação infantil, além da baixa qualidade no Ensino Fundamental foram aspectos que incentivaram a Secretaria de Educação a criar, nesse mesmo ano, o Projeto de governo “Escola Ananin Escola Cidadã” (2005) que tem por diretriz promover a educação infantil e envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico. Os objetivos do referido Projeto visam ampliar o número de vagas na educação infantil, assegurar

a inclusão dos alunos menores de 6 anos na Rede Municipal de Ensino, além de ampliar o campo de atuação dos docentes visando à construção e valorização do mesmo.

A autora destaca que a inserção do projeto na rede municipal de ensino se dava para além de atender às metas previstas no Plano Nacional de Educação, pois a Secretaria Municipal de Educação tinha o desafio de elevar o número de vagas nessa primeira etapa de ensino e organizar uma rede de formação continuada dos professores e técnicos. Nessa materialização das políticas de atendimento da primeira etapa da Educação Básica e do processo formativo dos profissionais, o CME se apresenta como importante órgão normatizador, fiscalizador e propositor na garantia dos direitos previstos na Carta Magna do Brasil.

A respeito do Plano de Desenvolvimento da Educação Básica (PDE) que visa promover a qualidade do ensino, Farias (2009) menciona a inserção, no Plano de Ações Articuladas (PAR), de diversas estratégias a serem efetivadas com recursos próprios do município e com os recursos do Governo Federal. Dentre as ações definidas, estava a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, situação que demandou ações articuladas entre o CME e a Secretaria de Educação, como reuniões, seminários e encontros com a comunidade escolar.

Apesar do expressivo número na reforma/ampliação dos prédios escolares e aquisição de equipamentos pedagógicos, observou-se a necessidade de criar ações efetivas que primam pela qualidade de ensino e garantia de espaços de acessibilidade. Há que mencionar a obrigatoriedade de construir as políticas de formação continuada com cursos em nível de aperfeiçoamento e especialização para os profissionais da educação. Tais demandas provocaram a elaboração de um conjunto de normatizações destinadas ao atendimento da Educação Básica no território ananindeuense.

Os dados educacionais relacionados ao déficit de oferta de vagas na Educação Infantil e a baixa qualidade no Ensino Fundamental demonstram os grandes desafios que o Município precisa vencer por meio de políticas públicas que precisam ser materializadas pela gestão municipal, com a atuação conjunta de seus órgãos e instituições para garantir os direitos dos munícipes. Nesse cenário, o CME tem importância fundamental ao exercer funções normativa, deliberativa, fiscalizadora e mobilizadora, propositiva e de controle social.

Nessa composição, ainda existem outros órgãos de controle social, dentre os quais estão: o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação (COMFUNDEB); o Conselho de Alimentação Escolar (CAE); e o Fórum Municipal de Educação (FME), criado por meio do Decreto nº 15.475/13, composto por instituições educacionais, órgãos e entidades de interesses afins (ANANINDEUA, 2013).

Essa organização dos setores comprometidos com educação sintetiza a importância da implantação do Sistema Municipal de Ensino para as discussões e a materialização das políticas públicas, a fim de garantir os interesses educacionais diversos presentes entre as populações que compõem Ananindeua, como também evidencia as correlações de força e debates dos sujeitos que disputam a ocupação do território amazônico, questões que serão debatidas no atendimento educacional para os anos iniciais do Ensino Fundamental da região das Ilhas, pois

Os processos de lutas por melhorias de condições educacionais em cada realidade têm que se efetivar pelo embate de ideias e percepções sejam elas contrárias ou consensuais. No entanto, o simples fato de ser uma lei aprovada como resultado desse processo, pode se mostrar como afirmação das mudanças que se quer empreender para se alcançar a tão desejada qualidade social da educação. Que não devem parar por aí, mas sim se construir como um projeto social passível de novas interpretações e mudanças que se mostrem necessárias (PAZ, 2009, p. 136).

A implantação da Lei do Sistema demonstra as mudanças que precisam ser feitas para o alcance da qualidade social da educação, sobretudo, que seja congruente com a construção contínua de um projeto social de acordo com cada realidade dos diversos territórios do município de Ananindeua.

Até o ano de 2023⁵, o CME se constituía como órgão de Estado de natureza colegiada, tendo

funções normativa, consultiva, deliberativa, mobilizadora, fiscalizadora e propositiva; mediador entre a sociedade civil e o Poder Público Municipal, na discussão, formulação, controle e implementação das políticas municipais de educação” (ANANINDEUA, 2022b, p. 4).

Esse órgão normativo tem por finalidade possibilitar a autonomia na gestão de seu próprio Sistema de Ensino e se apresenta na seguinte estrutura

em instâncias de deliberação colegiada de funcionamento intercalar e instâncias executivas de funcionamento permanente. § 1º. Constituem-se instâncias de deliberação colegiada de funcionamento intercalar: I - o Plenário ou Conselho Pleno; II - as Câmaras Setoriais. § 2º. Para assegurar seu pleno funcionamento, o CME é integrado por instâncias executivas permanentes, incumbidas de coordenar, superintender e de apoiar tecnicamente suas atividades, a saber: I - Presidência; II - Secretaria Executiva; III - Assessoria Técnica, Jurídica e Pedagógica; IV - Serviços de Apoio—Administrativo e Operacional (ANANINDEUA, 2022b, p. 8).

⁵ No ano de 2023, mesmo ainda em curso, houve mudanças na estrutura e organização do CME, que passou a ser representado como “Casa dos Conselhos”, o que envolve diversas instituições de controle social pertencente ao município.

O Regimento informa que o funcionamento do CME conta com as instâncias executivas permanentes que estão incumbidas de coordenar, superintender e de apoiar tecnicamente suas atividades, conforme o § 2º, do art. 10 da seção II. Segundo catálogo da SEMED, no ano de 2021, constava a lotação de 19 servidores que desenvolviam funções nos diversos setores. Há que mencionar o fato de o órgão normativo estar localizado na Cidade Nova VI, em prédio de 3 (três) andares, como demonstrado no registro a seguir:

Figura 41 - Conselho Municipal de Educação



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

O prédio apresenta um conjunto de espaços para o desenvolvimento das atividades. No térreo, consta a recepção, um pequeno auditório, Secretaria Executiva do CME, sala de triagem dos documentos, copa/cozinha, banheiro PCD. No primeiro andar, consta a Câmara da Educação Básica (CEB), Secretaria Executiva Setorial da CEB, sala de avaliação contínua das escolas que obtiveram o pleito autorizativo, espaço do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (COMFUNDEB) e do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), e banheiro.

Já no segundo andar, existe a Câmara de Legislação, Normas, Planejamento e Controle Social (CLNPCS) e a Secretaria Executiva Setorial da CLNPCS, Presidência do CME. No último andar, há uma biblioteca e uma sala de arquivo. Cabe mencionar que o prédio não possui elevadores ou rampa para os demais andares, o que limita o acesso aos demais espaços para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Tal situação demonstra que o próprio espaço locado pela SEMED não atende às normativas em vigor.

Para o exercício de suas funções no município, o CME tem na sua composição 15 (quinze) membros efetivos e suplentes, “sendo 05 (cinco) representantes do Poder Público Municipal, indicados pela Secretaria Municipal, e 10 (dez) de organizações da sociedade civil, direta ou indiretamente relacionadas com as incumbências educacionais prioritárias do município, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental” (ANANINDEUA, 2022b, p. 6). Essa política educacional visava a promover, pelo menos na base legal da educação, um sistema municipal de ensino articulado com os setores do governo e da sociedade civil, o que, conforme Paz (2009), estava previsto no plano de trabalho elaborado pela SEMED no ano de 2005.

Nas normativas relacionadas ao atendimento do Ensino Fundamental destinado aos municípios de Ananindeua, a Resolução nº 040/2015-CP estabelece diretrizes curriculares e procedimentos normativos para a Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino, pontos de discussão presentes no capítulo I dos objetivos da educação municipal, a saber:

- I – promover a educação ambiental como eixo norteador e prática socioeducativa;
- II – formar cidadãos participativos capazes de compreender criticamente a realidade social, conscientes de seus direitos e responsabilidades, fomentando a autonomia intelectual e a atitude crítico-propositiva;
- III – garantir aos educandos igualdade de condições de acesso, reingresso, permanência e sucesso na escola;
- IV – assegurar padrão de qualidade social na oferta da educação escolar;
- V – promover a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, a participação comunitária na gestão do Sistema Municipal de Ensino;
- VI - favorecer a inovação do processo educativo, valorizando novas ideias e concepções pedagógicas;
- VII – valorizar os profissionais da educação municipal;
- VIII– valorizar a experiência extraescolar mediante processos diagnósticos e construtivos de avaliação;
- IX – assegurar o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, apreço a diversidade cultural, étnica, racial, religiosa, etária, sexual e política;
- X – fomentar o conhecimento como construto histórico e social de usufruto de todos;
- XI - garantir a educação como fundamento de cidadania para a inclusão social (ANANINDEUA, 2015c, p. 3).

Os presentes objetivos foram construídos com base nos princípios e fins da educação nacional, ao mesmo tempo em que tratam de elementos relacionados à garantia de condições de acesso e permanência na escola e ao apreço da diversidade cultural, o que confere relativa organização da administração pública como fomento à educação como direito primário.

Em que pesem outros importantes objetivos, neste momento de análise a ênfase está nos pontos destacados em virtude do contexto escolar da região das Ilhas. Isso, porque, no decorrer das visitas de campos desde 2021, foi percebido como os desafios das condições de

acesso estão nos transportes escolares, cuja fiscalização era feita pelo CME, como expressado nas vozes dos membros da comunidade escolar

Alugaram aqueles dois barco dali, aí ficou um pra cá pra baixo pro lado do remanso e outro pra cima que eu ficava no grande, quando foi agora parece que não pagaram ele e ficou só eu agora. Quando para o motor do barco, com certeza a escola para né. Aí a dificuldade tá nisso agora, o transporte de aluno (Patuateua, funcionário da escola, informação verbal [sic]).

Nós temos alunos de todas essas comunidades, então cada um desse grupo, [...], tem uma forma diferente de chegar na escola, [...], uns chegam no barco da escola, que não consegue comportar todos os alunos e... duas coisas que acontece aí que é um problema sério que a gente tem, sempre, sempre teve esses 17 anos que eu trabalho aqui, é... sempre nós precisamos de 2 barcos,[...] então quando dá problema em um barco, alguns ficam sem aula, infelizmente, [...], então a gente não consegue alcançar essas crianças que vem [...] de comunidades que têm maior difícil acesso (Maritubinha II, equipe diretiva, informação verbal [sic]).

Nós éramos conduzido pelo uma lancha da prefeitura. Infelizmente ela entrou pra reparo e até hoje não voltou mais, nós estamos nos locomovemos no popopô que já é uma hora e vinte minutos, às vezes uma hora e meia, dentro desse popopô, com o barulho que as crianças reclamam demais (Sororoca, Professora, informação verbal [sic]).

A gente percebe também que por mais que haja assim esse esforço de ter esse transporte em dia né, é... ainda não consegue, é fazer com que esses alunos tivessem um tempo adequado para essa troca, pra essa pra esse ensino-aprendizagem (Bela Vista, Professora, informação verbal [sic]).

As entrevistadas evidenciaram que, com a quebra de uma peça do motor da lancha oficial da escola, a prefeitura alugou dois barcos para transportar os alunos e assim evitar a paralisação das aulas. As embarcações contratadas pela gestão municipal utilizavam de um maior tempo de condução e de chegada na Unidade de Ensino. Esse fato leva ao prejuízo no tempo escolar e no rendimento educacional, relevando que a realidade das Ilhas carece de atenção especial quanto a suas peculiaridades, bem como das contradições e mediações do fenômeno – como destaca Karl Marx.

No que tange ao apreço da diversidade cultural, observou-se que as atividades desenvolvidas pelas comunidades têm apoio da escola direta ou indiretamente, seja na forma de cessão do prédio ou de parceria com trabalhadores da escola. Em alguns momentos, os professores demonstraram que as programações estavam correlacionadas em parte às atividades pedagógicas da escola

Tanto que teve o desfile escolar e um dos temas do nosso desfile escolar foi o açaí, o açazeiro. O nosso açazeiro, os alunos participaram e teve uma árvore de açaí artificial, um aluno subiu tirando açaí, jogos do coco, são coisas regionais, da localidade, teve também a canoagem, porque aqui é canoa, a corrida da canoa (Sororoca, professora, informação verbal [sic]).

Bom a escola assim, ela tem aqui, ela tem os... planos de ação dela, certo, aonde a gente foca é um dos pontos tem aqui (pausa). Eu penso assim que a escola, ela tá buscando o melhor pra ter essa ... essa convivência junto com a comunidade certo mas que sempre tá faltando alguma coisa e que a gente tá buscando sempre melhorar (Roldão, professor, informação verbal [sic]).

O festival do açaí, o festival do produtor, festival do... é... cultural aqui, então sempre que tem esses festivais, a escola também participa de alguma forma, é ... os professores são acionados, a gente, às vezes, apresenta alguma coisa, faz alguma coisa com os alunos pra eles apresentarem. Como eles estão muito próximos né, aí a escola ajuda a comunidade a confeccionar os cartazes, arquivos que ele... a divulgação (Maritubinha I, professora, informação verbal [sic]).

A escola já participou. Ela já participou muito mais, ela já teve muito mais envolvida com essas programações, principalmente com o festival do açaí, a escola montava sua barraca tá, ela montava os cartazes, a escola apresentava uma miss, [...]. Infelizmente agora a escola tá um pouco mais afastada dessas ações que a comunidade apresenta aqui (Murini, professor, informação verbal [sic]).

Na percepção dos entrevistados, existe uma participação limitada nas atividades educativas correlacionadas aos aspectos socioculturais da região, pois, mesmo existindo nos planos de ação, relataram a diminuição nas programações da comunidade, limitando-se à cessão do prédio escolar.

No item das possibilidades de construção do currículo da escola de qualidade social, é previsto no art. 8º a importância de compreender o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e significados destinados à construção de identidades socioculturais do alunado. Nesta perspectiva, o art. 14 direciona que “a parte diversificada [...] deverá contemplar as características regionais, locais, culturais e econômicas, assim como os interesses da comunidade escolar e local” (ANANINDEUA, 2015a, p. 7).

A respeito deste, foi constatado um interessante ponto de tensão, pois os relatos anunciam a importância das atividades educacionais correlacionadas aos aspectos culturais. Todavia, é perceptível na escola da Ilha a utilização de proposta curricular da SEMED, que contém insuficientes elementos da educação aos povos das águas, o que demonstra descomprometimentos político e educacional com as diversidades existentes nos territórios ananindeuenses.

Nos planos de ação anuais integrantes dos projetos políticos pedagógicos, constam projetos relacionadas a cultura do açaí, práticas de ervas medicinais e árvore genealógica da família. A seguinte professora detalha como vem desenvolvendo as atividades em sala aula junto aos discentes:

Os meus trabalhos são sempre voltados para comunidade é, as minhas pesquisas e intitulo como ‘pesquisa familiar’, porque muitos não tem internet então não adianta eu fazer uma pesquisa muito elaborada, então, na intenção de incluir todos os meus alunos, eu faço pesquisa familiar, por exemplo: trabalho de genética, eles tinham que pesquisar a árvore genealógica conversando com os pais e avós deles né; com o

trabalho de química, é, eles tinham que trazer chás que eles conheciam e pra isso, eles precisavam conversar com os avós deles que eram experientes (Maritubinha I, Professora, informação verbal [sic])

No relato da professora, ficam evidentes as limitações do desenvolvimento do trabalho docente no campo da pesquisa em virtude do não acesso à internet para maioria dos alunos, com a adoção de estratégias de ensino que promovem o conhecimento da história da população local, juntamente com saberes deste território.

Ainda se tratando das questões culturais no contexto escolar, percebeu-se nos PPPs uma insuficiência de fundamentação teórica sobre a importância da identidade sociocultural da população ribeirinha. Entretanto, são identificados componentes textuais das características regionais, culturais e econômicas do território, bem como da importância de reconhecer interesses da comunidade escolar e local.

No componente textual dos PPPs, percebeu-se nos objetivos estabelecidos a integração entre educação, cultura e comunidade, concomitantemente à descentralização das relações de poder e ao fortalecimento das ações partilhadas, como o professor destaca:

Nós vamos elaborar o projeto político pedagógico, aí gente senta, ele (diretor) convoca os professores. Se o professor dizer que ele não participa, que ele não foi convidado... ele pode até não participar, mas não por falta de convites, tá, ele (diretor) deixa bem claro “olha tal dia a gente vai fazer reunião pra a gente definir as metas do que nós queremos pra a escola”, e inclusive, a escola tem um projeto para funcionar em tempo integral e esse projeto da horta (Murini, professor, informação verbal [sic]).

Dessa forma, representa uma ação intencional, coletiva e comprometida com o coletivo. Esforços como esses, segundo Saviani (1983), fazem com que a dimensão política se torne concreta em razão de sua materialização enquanto prática especificamente pedagógica – daí a importância da compreensão da dialética entre o político e o pedagógico. Esse diálogo fomenta a ressignificação e a constante reavaliação do documento com intuito de acompanhar os constantes movimentos do universo escolar.

No Projeto Político Pedagógico (PPP), a normativa menciona a importância do documento na construção da identidade própria da escola, bem como nas manifestações de seu ideal de educação e das relações escolares com a comunidade escolar. Na análise dos documentos ora mencionados, percebeu-se no PPP elementos referentes: ao diagnóstico da comunidade escolar e características da população, bem como a um breve histórico do surgimento da comunidade escolar; a aspectos culturais e econômicos; à avaliação da aprendizagem como processo formativo; às bases norteadoras da organização do trabalho

pedagógico, contendo as finalidades, objetivos e metas; e às estratégias de formação com os professores da unidade educacional.

No documento, existe a predominância de ações pedagógicas voltadas ao processo da leitura e da escrita, organização dos cálculos matemáticos, projetos do meio ambiente, e do manuseio de açaí. Na percepção do membro da equipe diretiva, há poucas ações voltadas para o contexto da comunidade, uma vez que estão concentradas mais nas orientações da SEMED:

Nossa escola é enquadrada nessas outras escolas, então toda e qualquer ação, qualquer evento, qualquer programa que envolva as escolas urbana a gente também tá inserido, não existe um programa ou uma modalidade ou uma ação específica pra essas escolas rurais (Guajarina, equipe diretiva, informação verbal [sic]).

As informações anunciadas pelo entrevistado revelam que ações pedagógicas elaboradas pela SEMED se constituem de forma generalizante, ou seja, constituem-se em desacordo com as normativas em vigor e, conseqüentemente, não garantem as políticas educacionais específicas aos povos das águas.

No que refere ao calendário escolar, consta obrigatoriedade de, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um mínimo 200 (duzentos) dias eletivos, conforme Art. 24 da Lei 9394/1996. Também existe a recomendação, no § 2º do Art.18, que “O calendário escolar das comunidades quilombolas e ribeirinhas deverá incluir as datas consideradas mais significativas para esses territórios, consultadas as lideranças locais” (ANANINDEUA, 2015a, p. 3). Este é um interessante ponto de análise dos dias de atividades escolares, pois no documento disponibilizado ocorre o seguimento das ações estabelecidas pela SEMED, não contemplando adequações às peculiaridades locais. É o caso, por exemplo, da colheita do açaí, por conta da qual as entrevistadas declaram que alguns alunos ficam ausentes ou têm baixa frequência nas aulas:

Nós temos alguns períodos aqui na Ilha, por exemplo a gente tem o período do açaí, nesse período, é... os alunos, eles preferem ir tirar o açaí do que vim pra escola, é um período de que existe uma grande evasão da escola porque a gente entende que é um período onde eles conseguem um dinheiro, eles conseguem sobreviver desse açaí, então os pais já disseram pra gente ele não vai professora, porque ele tem que apanhar açaí (Maritubinha II, Equipe diretiva, informação verbal [sic]).

Quando é época do açaí, eu já escutei relatos de colegas de trabalho, que o aluno deixa de participar um pouco da aula pra tá tirando açaí, por causa do seu dinheiro, mas esse momento passa, e o professor tem que agir, tá orientando, porque tem que ter o compromisso também com a escola (Sororoca, Professora, informação verbal [sic]).

Em que pese o avanço nas referências normativas, o calendário escolar organizado pela SEMED para a população das águas apresentou poucos avanços enquanto planejamento correlacionado à realidade deste território, de modo que ainda se percebeu a predominância de

modelo educacional urbanocêntrico. Dessa forma, a organização dos dias letivos é concebida pelas entrevistadas como modelo excludente por não estar alinhada ao contexto socioeconômico da região da Ilhas.

Ainda na Resolução CP/CME nº 040/2015, tem-se no capítulo dos níveis da Educação Básica, Art. 26, que o nível fundamental tem duração de 9 (nove) anos, com início aos 6 (seis) anos de idade; conforme o Art. 27, pode ser estruturado para além dos anos sequenciais, em

períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, [...], conforme o previsto no art. 23 da Lei 9394/96 (ANANINDEUA, 2015c, p. 10).

Essa organização deve cumprir uma jornada escolar no mínimo de 04 (quatro horas) de trabalho efetivo em sala de aula, tendo a possibilidade do aumento progressivo do período de permanência na escola. No que pese o estabelecido pela normativa se compreendeu que o período escolar vem sendo comprometido em virtude do tempo que transporte escolar faz o deslocamento dos alunos no período da manhã e no período da tarde, como o membro da associação dos moradores

Olha, o maior desafio é o desempenho desse professor chegar aqui num popopô desse, e aí quando tu vê o desempenho desse trabalho aqui, é o mínimo que eu olho, na escola o aluno chega sete, sete e meia... aqui um barco desse rodando mesmo tu saindo de lá 6 e meia, vai parando, pegando um aluno, aí chega aqui 8 horas.[...] E eu analiso não dá uma hora e meia de aula para os alunos daqui, quando é 11 horas tem que embarcar até meio dia lá no porto do surdo, pra chegar o turno da tarde do professor. Meu amigo aí tu chegas aqui 2 horas, às veze eu escuto, e quando dá 4 e meia vão embora, aí tem o recreio por aí. Não dá tempo de decorar toda aula de um aluno (Arauai, membro da associação, informação verbal [sic]).

Neste contexto, a narrativa do morador revela a preocupação sobre as condições do transporte escolar e os prejuízos às atividades educacionais dos alunos ribeirinhos, o que demanda a garantia de políticas educacionais destinadas ao transporte escolar, já que este interfere na qualidade educacional. Na LDB/96, com o acréscimo da Lei nº10.709/2003, o inciso VI do Art. 11 enfatiza a incumbência de “assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal”. Entretanto, Saviani (2011) pontua que gastos relacionados ao transporte escolar ou até mesmo à merenda escolar devem ser oriundos de fontes adicionais. Por isso, é necessário haver definição clara dos recursos para evitar que governos das diversas esferas realizem desvios de recursos e concentrem os serviços na educação.

No que tange à formação continuada, no capítulo que trata dos profissionais da Educação, observa-se o art. 66 mencionar a implementação da política de formação continuada para os trabalhadores em educação de modo geral pelo órgão executivo do SME,

em parcerias com entidades sindicais e da sociedade civil. Isso se dá a fim de garantir estrutura e condições socioambientais, com atividades e práticas pedagógicas teoricamente fundamentadas, em horários planejados que não prejudiquem o trabalho pedagógico, sem prejuízo do mínimo letivo estabelecido ao calendário escolar. A respeito deste item, a entrevistada pontua algumas reflexões:

Eu já participei de várias formações, e nós não temos essa ... nada que contemple né, esse segmento, no nosso caso aqui os ribeirinhos né, e até pras formações a gente tem uma dificuldade muito grande de participar [...] Porque eles não querem liberar a aula [...]. Na cidade os professores trabalham de manhã vai para a formação à tarde [...], mas como aqui a gente tem esse problema do deslocamento, a gente não tem como participar porque o professor que foi de manhã para formação ele não tem como vir para a escola à tarde, ou vice versa, justamente por conta do transporte, então muitas vezes os professores ficam de fora dessas formações (Maritubinha, equipe diretiva, informação verbal [sic]).

As reflexões trazidas pela entrevistada revelam as graves situações relacionadas às políticas educacionais destinadas à formação de professores, uma vez que as temáticas abordadas não traduzem a diversidade existente no território ananindeuense, pois os encontros geralmente tratam de temáticas Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como tecnologias de ensino, competências socioemocionais, entre outras. Desse modo, percebeu-se a ausência de encontros formativos, o que demonstra falta de compromisso da gestão local por não garantir as condições de acesso e a permanência aos profissionais que atuam na região das Ilhas – mais uma vez tendo negados os seus direitos ao processo formativo de produção de conhecimento.

No que tange ao exercício profissional no SME de Ananindeua, observa-se no art.69 que atividades de gestão administrativas, técnico-pedagógicas, docentes e de apoio nas escolas deverão ser exercidas por profissionais que apresentem as devidas habilitações para o exercício da função, conforme os dispositivos presentes nos art. 70 a art. 73. Na análise realizada no projeto político pedagógico, foi possível constatar que os trabalhadores lotados na unidade educacional da região das Ilhas possuem habilitação para o desenvolvimento das suas atividades laborais. Cabe destacar neste ponto um elemento a respeito do vínculo institucional, pois mais de 70% dos servidores são temporários, fator que reverbera na rotatividade dos trabalhadores e na descontinuidade das ações pedagógicas.

A normativa em questão aponta, no seu Art. 78, que os prédios e equipamentos escolares, públicos ou privados, deverão atender a padrões mínimos de infraestrutura, conforme os critérios dispostos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os quais serão avaliados pelo CME. As questões que envolvem o prédio escolar da região da

Ilhas serão apreciadas na Resolução CP/CME nº 005/2017, que estabelece normas para regulação e avaliação de instituições de Educação Básica do SME.

No que se refere ao funcionamento para o Ensino Fundamental da escola municipal da Ilha, a Resolução CP/CME nº 005/2017 estabelece normas para regulação e avaliação de instituições de Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino, e menciona no art. Art. 3º. que “o funcionamento das instituições educacionais destinadas à manutenção de Educação Básica e a oferta dos níveis de ensino que a integram, em qualquer uma de suas modalidades, dependem da concessão de atos emanados do Conselho Municipal de Educação” (ANANINDEUA, 2017a, p. 2). Além disso, as unidades de ensino pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Ananindeua podem obter um ato autorizativo com máximo de 5 (cinco) anos.

Para o pleito autorizativo dos níveis de ensino e as modalidades que compõem a Educação Básica, as unidades de ensino pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino precisam encaminhar ao Conselho Municipal de Educação de Ananindeua os documentos para análise e manifestação, conforme especificado a seguir:

- I - requerimento/ofício dirigido à Presidência do Conselho Municipal de Educação;
- II - ato de criação e/ou de incorporação pelo Poder Público, específico para as unidades da rede pública municipal;
- III - Regimento Escolar constando de todos os níveis e modalidades ofertados;
- IV - Projeto Político Pedagógico da unidade educacional;
- V - matriz curricular correspondente ao (s) segmento (s) da Educação Básica, objeto da autorização;
- VI - quadro demonstrativo de pessoal administrativo, técnico e docente, com comprovação da formação profissional adequada ao cargo a ser exercido e de ingresso e/ou de designação de função no serviço público municipal;
- [...]
- VII- planta baixa ou croqui das instalações do prédio escolar, [...];
- [...]
- VIII- plano de formação continuada dos educadores da unidade educacional não poderá exceder a validade do ato autorizativo; (Inclusão aprovada pela Resolução Nº 011/2019 – CP), datada de 28 de março de 2019.
- IX - cronograma do nível ou níveis de Educação Básica a ser implantados, com a indicação dos turnos de funcionamento, [...];
- X - Termo de Convênio, atualizado, quando couber, inclusive de área para Educação Física;
- XI - calendário escolar, condizente com as necessidades, interesses, [...];
- [...]
- XII- relação detalhada, por ambiente, com a metragem dos espaços e devida quantidade dos itens que o compõem, tais como mobiliário, equipamentos, materiais didáticos, [...]; demonstrativo da infraestrutura física do imóvel [...]; demonstrativo do acervo bibliográfico da sala de leitura [...];
- XIII - documentação comprobatória de instalação e funcionamento dos Conselhos Escolares.
- XIV - documentação comprobatória para o exercício da função de secretário escolar deve ser apensada, consoante os incisos do artigo 20 da Resolução Nº 042/2015 – CP (Inclusão aprovada pela Resolução Nº 037/2019 – CP, de 19 de dezembro de 2019). [...] (ANANINDEUA, 2017a, p. 6-8).

No decorrer dos trâmites processuais e da verificação *in loco* do prédio escolar, os conselheiros do CME se manifestarão favoráveis ou não à solicitação do ato autorizativo. Esse conjunto de ações tem o objetivo de compatibilizar os aspectos documentais, estruturais, pedagógicos para verificar a consonância com as normativas em vigor.

A unidade educacional localizada na Ilha João Pilatos obteve o Ato Autorizativo por meio da Resolução CP/CME nº 004/2010; já a prorrogação da renovação da autorização da Educação Infantil (pré-escola) e do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), pelo período de 18 (dezoito) meses ocorreu mediante Resolução CME/CP nº 024/2020. Antes do término de vigência do ato normativo, a pleiteante encaminhou novos documentos e, após análise das peças processuais e avaliação das condições físico-ambientais, foi concedida a renovação de autorização por 2 (dois) anos, por meio da Resolução CME/CP nº 049/2023. O tempo reduzido de cobertura do ato autorizativo demonstrou que a unidade de ensino não apresentou todos os requisitos físicos-ambientais e pedagógicos para garantia do pleito no período de 5 (cinco) anos, que é o tempo regular geral quando uma escola está apta, o que demanda investimentos financeiros na infraestrutura e o fortalecimento no trabalho escolar.

Nos aspectos documentais, existe um regimento interno com as etapas da Educação Básica e a organização do trabalho pedagógico, juntamente com as competências e atribuições dos órgãos, setores e membros da escola. A matriz curricular do Ensino Fundamental apresenta os componentes curriculares a serem desenvolvidos e a distribuição da carga horária semanal e mensal. No plano de formação dos professores, constam os objetivos, com maioria das temáticas determinadas pela SEMED, os recursos didáticos e o período do encontro no início do semestre.

No quadro de pessoal, percebe-se um quantitativo insuficiente de funcionários para o desenvolvimento do trabalho escolar, pois não há professor e auxiliar na Educação Infantil, para o atendimento especializado, tal como retratam os membros da comunidade escolar:

A secretária ela veio aqui [...] mandou ela (auxiliar da educação infantil) ir pra sala de aula, ela foi, desde o final de março, aí não assinaram o contrato dela [...]. Aí o que aconteceu, não teve mais aula, [...]ou seja, as crianças não veio mais (Remanso, funcionária da escola, informação verbal [sic]).

A gente tem várias crianças aqui com problemas de transtornos psicológicos, crianças que já foi comprovada através de laudos que tem autismo, tem TDH e a gente não tem uma... uma ajuda né. Da secretaria de educação a gente já solicitou várias vezes um técnico, um especialista pra vir conversar, avaliar essas crianças, orientar os nossos professores quanto ao trabalho com essas crianças, mas pela distância a gente sente conseguir esses técnicos aqui, infelizmente, então tudo isso prejudica o andamento e o avanço dessas crianças (Maritubinha II. Equipe diretiva, informação verbal [sic]).

As narrativas das entrevistadas revelam que a maioria possui contrato temporário junto à entidade mantenedora, o que provoca uma acentuada rotatividade de profissionais da educação. Na percepção da entrevistada, a ausência do atendimento educacional especializado (AEE) na região da Ilha acentua também processos de exclusão de um aluno ribeirinho com deficiência. Dessa maneira, percebeu-se que a gestão municipal precisa materializar políticas de inclusão na região da Ilhas com ações destinadas à construção da sala do AEE, à mobilidade no ambiente escolar e a materiais pedagógicos condizentes com a deficiência do alunado.

Também existe uma carência de trabalhadores nos setores da Secretaria, Coordenação Pedagógica e transporte escolar, o que comprometeu o desenvolvimento das atividades, com destaque para o traslado dos alunos de outras Ilhas. Em virtude de a lancha escolar estar com problema no motor havia cerca de um ano, a prefeitura contratou os serviços de dois barqueiros, com aluguel dos barcos, com intuito de realizar o transporte de profissionais da educação e discentes.

No âmbito das observações da rotina escolar registrada no caderno de campo, foi percebido que os barcos foram organizados em duas áreas de embarque: uma no Porto do Surdo, no horário das 7h da manhã, com parada nas comunidades de Boa Esperança, Bela Vista e Sororoca; já a segunda embarcação tinha saída no horário das 7h da manhã da comunidade de Maritubinha II, com destino à comunidade Remanso e Ilha de Viçosa. Os barcos contratados têm previsão de chegada no porto da escola às 8h30 da manhã, um tempo demarcado pelo movimento da maré e das condições climáticas da região.

Na chegada ao ponto de embarque e desembarque da escola, os discentes organizam seus materiais escolares nas suas respectivas turmas e, na sequência, são conduzidos até refeitório para o recebimento da merenda escolar; posteriormente, são orientados a adentrar as salas de aulas. Próximo às 10h30, as aulas são concluídas e os alunos realizam outro lanche, sendo depois organizados nas embarcações com destino a suas residências.

Esse movimento se repete no turno da tarde no horário de 12h, com previsão de chegada na comunidade do Igarapé Grande às 13h30, com organização dos materiais escolares nas respectivas turmas, recebimento de lanche escolar e início das atividades educativas às 14h, com conclusão às 15h30, realização da merenda escolar e retorno aos domicílios.

Diante do contexto descrito, compreende-se que as condições de funcionamento do transporte escolar comprometem o tempo de deslocamento dos profissionais e discentes, bem

como o trabalho pedagógico na unidade de ensino. É importante mencionar os desconfortos no ouvido e as dores de cabeças por ocasião do barulho do motor, apresentados pelos discentes à professora da unidade educacional:

As vez é 7, as vezes é 7 e 15 quando chega (barco), Ai as vez me dá um zumbido lá dentro, depois passar (Cajueiro, discentes, informação verbal [sic]).

Nós estamos nos locomovemos no popopô que já é uma hora e vinte minutos, às vezes uma hora e meia, dentro desse popopô, com o barulho que as crianças reclamam demais (Sororoca, Professora, informação verbal [sic]).

Na mesma direção, por meio da declaração dos usuários dos barcos, identificou-se comprometimento das atividades escolares, visto que o tempo reduzido prejudica o processo de ensino-aprendizagem dos alunos da região das Ilhas. Além disso, há indícios de comprometimento da saúde dos usuários, em especial das crianças.

Ainda na Resolução CP/CME nº 005/2017, é previsto que os espaços físicos ambientais favoreçam o desenvolvimento integral do alunado, com respeito às potencialidades, às características e às necessidades do processo educativo. Entre os requisitos mínimos de qualidade educacional, os incisos destacam:

III - atendimento, preferencialmente, em escola pública próxima à residência do estudante; IV - oferta de transporte para os estudantes residentes na zona rural, em áreas de difícil acesso ou para melhor acomodação da demanda escolar e [...], quando necessário (ANANINDEUA, 2017a, p. 2).

Além disso, é previsto que as edificações escolares de oferta do Ensino Fundamental contemplem em sua estrutura:

I - salas de aula com boa ventilação, iluminação e visão para o ambiente externo, com mobiliário e equipamentos suficientes e adequados à faixa etária, com medidas que possibilitem área mínima, de 1,5m² para Educação Infantil, e no mínimo de 1,20m² por estudante em carteira individual, correspondendo, no mínimo, a 1,00 m², por estudante, para os demais níveis e modalidades da Educação Básica;

II - instalações que ofereçam condições de acessibilidade, iluminação, ventilação, segurança, salubridade, saneamento, higiene, insolação e água potável, [...];

III - instalações adequadas para o serviço técnico e docente, para os trabalhos de escrituração escolar, arquivos, administração e almoxarifado; e espaço de acolhimento às famílias e estudantes;

IV - instalações sanitárias distintas por sexo, para funcionários e estudantes, na proporção média de uma unidade para cada 50 (cinquenta) discentes;

V - bebedouros e lavatórios apropriados à faixa etária;

VI - área adequada para o armazenamento e preparo da alimentação dos estudantes, com equipamentos e instalações que atendam às exigências de nutrição, saúde, [...];

VII - refeitório;

VIII - ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades educacionais, incluindo repouso, expressão livre, movimento e brincadeira;

IX - recursos e materiais didáticos adequados às diferentes faixas etárias, atendendo aos aspectos de segurança, higienização, manutenção e conservação;

[...]

XI - instalações adequadas para o desenvolvimento de atividades previstas na proposta pedagógica da instituição (sala de leitura, laboratório de informática, sala multimeios, entre outros);

[...]

XIII - recursos e condições de acessibilidade aos estudantes com deficiências, nos termos das normas próprias;

XIV - área destinada à recreação e/ou à prática da Educação Física, [...];

XV - Instalações elétricas e hidráulicas em condições adequadas de funcionamento. [...];

XVI- Extintores de incêndio em pontos estratégicos da unidade educacional, [...];

XVII- Alocação de botijão de gás na área externa da cozinha da edificação escolar, [...]

§ 2º. A unidade educacional pleiteante de ato de autorização para os seus respectivos cursos deverá apresentar laudo, expedido pelo corpo de bombeiros e licença da vigilância sanitária acerca da adequação dos espaços físicos, da segurança e higiene, considerando a faixa etária contemplada (ANANINDEUA, 2018)

As unidades escolares pleiteantes serão avaliadas de forma documental e estrutural tendo o CME a incumbência da manifestação favorável ou desfavorável à concessão da autorização de funcionamento dos níveis e modalidades. Após a concessão do ato autorizativo, a unidade de ensino será submetida ao processo de Avaliação Contínua (AC), que verificará as dimensões: das instalações físico-ambientais; dos equipamentos, dos recursos didáticos e outros; do corpo técnico-administrativo; do corpo docente; e da organização didático-pedagógico para emissão de um novo ato concessório do CME. Para isso, tem como referência as informações existentes dos procedimentos, instrumentos e pareceres que compuseram o processo da unidade de ensino.

Cabe destacar que a AC ressaltará os elementos progressivo, processual, diagnóstico e constitutivo do trabalho escolar, baseando-se no Projeto Político Pedagógico, por entender a importância de documento nas ações da unidade educacional. No caso de o relatório de avaliação contínua informar condições desfavoráveis ao pleito de renovação da autorização dos níveis e etapas ofertados pela instituição de Ensino, poderão ocorrer medidas de diligências, arquivamento do processo ou intervenção, conforme orientações previstas na Resolução.

No que tange aos aspectos de infraestrutura citados na normativa de regulação, observou-se que a unidade de ensino municipal da região da Ilha apresenta os ambientes organizados e limpos, com salas aulas com iluminação, com carteiras suficientes e adequadas para a faixa etária atendida. Todavia, há necessidade de substituir os armários danificados e também de adquirir novos ventiladores para garantia de ventilação adequada do ambiente. Em algumas salas de aulas, foi constada a ausência de janelas, paredes com reboco solto e lajotas quebradas, possibilitando risco de acidentes às crianças que transitam nos espaços.

Além dos obstáculos externos, como transporte escolar, a materialização de uma educação de qualidade na realidade ribeirinha de Ananindeua esbarra na infraestrutura da escola analisada, segundo o acompanhamento feito pelo CME. Pelo fato de ficar distante dos centros urbanos, a escola ribeirinha pode sofrer ainda mais com a ausência de políticas educacionais quando comparada com as escolas da rede urbana.

Há que mencionar a inexistência de laboratório de informática, sala de atendimento educacional especializado, instalações sanitárias adaptadas para alunos com deficiência, e quadra destinada para as práticas de Educação Física. Ainda de acordo com o professor, existe a necessidade de reforma e a construção de banheiros, situação corroborada pela representante da equipe diretiva a respeito das instalações sanitárias utilizadas pelos discentes nas quais as louças sanitárias estão danificadas.

Agora a gente já tá até com uma situação melhor, mas a gente já tá teve bem pior, mas mesmo assim a gente precisa melhorar [...] Tem também a questão de não ter um banheiro adequado, o banheiro das crianças é muito pequeno (Maritubinha II, equipe diretiva, informação verbal [sic]).

Ela necessita com certeza de uma reforma, essa reforma tá para começar, mas que ainda não começou; [...] a gente necessita de com certeza que de mais banheiros, e uma sala onde possa ser disponibilizado tanto para os alunos quanto para os professores por que do jeito que a escola se encontra hoje ela necessita com certeza (Roldão, Professor, informação verbal [sic]).

As situações relatadas anunciam a urgência de reforma e ampliação dos espaços educativos existentes no prédio escolar, conforme preconiza a normativa em vigência com intuito de melhorar a instituição de ensino e o atendimento do alunado.

Nas observações da estrutura física e no registro do caderno de campo referente às questões de segurança, foi possível constatar que a unidade educacional conta apenas com um extintor de incêndio instalado na cozinha, o que demanda a aquisição de outros equipamentos para colocação em lugares estratégicos, devidamente sinalizados, a fim de assegurar a integridade física das pessoas que transitam na escola. Ainda conforme a normativa, o botijão estava próximo ao fogão, o que demandou a recomendação do deslocamento da cozinha para área externa.

Foram observados inúmeros problemas, que são enfrentados cotidianamente pela comunidade escolar da região das Ilhas, que vão desde banheiros com louças sanitárias danificadas, ausência das salas de atendimento educacional especializado, de laboratório de informática, e de quadra para educação física, até problemas estruturais, como reboto solto, e lajotas quebradas. A falta de estrutura de pessoal também foi um problema constatado no decorrer da visita de campo, sobretudo nos setores administrativo, pedagógico e no corpo

docente. Algumas situações verificadas revelaram elementos substanciais que comprometem o cotidiano escolar dos alunos, professores e funcionários, em especial os que utilizam o transporte escolar para ter acesso à unidade de ensino.

A imersão na Ilha João Pilatos evidenciou as condições de funcionamento do prédio escolar, em especial das turmas 1º ao 5 ano do Ensino Fundamental, e a precarização do transporte escolar, bem como o grande esforço realizado pela comunidade escolar para materializar seu fazer pedagógico articulado ao contexto sociocultural dos ribeirinhos.

Dessa maneira, ficou evidente que a concretização de políticas educacionais precisa do compromisso dos gestores e da participação da comunidade escolar, pois se demonstra a importância de maiores investimentos na educação municipal, em especial nos recursos destinados a reforma, aquisição de novos equipamentos, melhoria no transporte e concursos públicos. Para a compreensão da materialização das políticas educacionais, será ainda abordada a organização da SEMED e suas ações para a região das Ilhas de Ananindeua.

A SEMED tem uma estrutura que conta com setor jurídico, de assessoria de comunicação atrelada ao gabinete da Secretaria, que por sua vez tem ações diretas com seis departamentos, a saber: departamento de planejamento, orçamento, administrativo e de finanças; departamento de administração e logística escolar; departamento de educação; departamento de recursos humanos; departamento de tecnologia; e biblioteca pública. No ano de 2021, o prédio passou por revitalização/reforma dos ambientes internos e da fachada, como observado no registro abaixo:

Figura 42 - Secretaria Municipal de Educação



Fonte: Soares (2021).

No prédio-sede da Secretaria de Educação, cada departamento desenvolve suas atividades por divisão de setores; no ano de 2020, ela contou com atuação direta de 314

servidores. Cabe mencionar, como análise do organograma da SEMED, que o gabinete da secretaria tem ações diretas com cinco coordenadorias que envolvem o planejamento, administração, a logística, gestão pedagógica e gestão de pessoas, os quais estão diretamente relacionados às unidades escolares municipais. A Secretaria de Educação local tem incumbência de ofertar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, em seus diferentes níveis e modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Quilombola e Educação Ribeirinha) para as populações que habitam os diversos espaços de Ananindeua.

No memorial de gestão (MELO, 2020), o segundo capítulo apresenta as ações estruturantes para o desenvolvimento dos projetos educativos relacionados às metas estabelecidas na gestão municipal, as quais integram as condições de funcionamento e de reforma predial das unidades educacionais pertencentes à RME. A respeito desta matéria, o documento menciona a expansão da rede física (prédios), particularmente na Educação Infantil, com ampliação nos espaços já existentes, reforma e revitalização. Após estudo, percebeu-se que não consta na lista das escolas pleiteadas o nome da unidade de ensino localizada na região das Ilhas, não estando em nenhuma das subestratégias envolvendo as ações estruturantes da gestão municipal, situação que corrobora o cenário das condições prediais constatado nas visitas de campo.

No item da gestão pedagógica, é descrito o atendimento para duas etapas da Educação Básica (Educação Infantil e o Ensino Fundamental), juntamente com as modalidades ofertadas que “correspondem a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação do Campo - escola Ribeirinha e Educação Quilombola” (MELO, 2020, p. 66). Segundo o documento, estas fazem parte das atribuições prioritárias do Departamento de Educação (DEED), um setor responsável pela organização dos planejamentos, pelas orientações, pelo acompanhamento e pela avaliação dos trabalhos nas escolas, sendo composto como segue.

As Divisões que compõem o Departamento de Educação são: Divisão de Educação Infantil – DEI, Divisão de Ensino Fundamental Anos Iniciais - DEF1, Divisão de Ensino Fundamental Anos Finais - DEF2, Divisão de Inclusão e Atendimento Especializado – DIAE, Divisão de Educação Física – DIEF, Divisão de Educação de Jovens e adultos – DEJA, Divisão de Desenvolvimento dos Profissionais da Educação – DIDEPE. Os projetos são: Projeto Quero Ler – PQL, Projeto Música na Escola – PROMUSES, Programa de Educação Ambiental e Sustentabilidade – PROEAS. O departamento dispõe ainda do Núcleo de Educação para as Relações Étnico – Raciais – NERER e da Coordenação Municipal de Programas Federais-CMPF (MELO, 2020, p. 66).

O trecho demonstra um aspecto importante de organização das políticas educacionais, uma vez que no texto da gestão pedagógica consta a oferta da Educação do Campo – escola Ribeirinha. Porém, não existe divisão ou programa específico destinado ao atendimento da população das Ilhas, evidências que corroboram o relato do entrevistado

Não tem nenhum programa específico voltado tanto pra escola ribeirinha como pra escola quilombola. A nossa escola tá junto com o quadro geral de todas as escolas, então, o que a rede ensino da SEMED oferece nós tamo englobado junto com as outras escolas, da área rural, das áreas urbanas, quilombola e a ribeirinhas (Guajarina, equipe diretiva, informação verbal [sic]).

Os programas para a realidade ribeirinha, sob o ponto de vista do entrevistado, demonstram que as ações educativas se constituem de uma lógica urbanocêntrica, ou seja, há conceitos pedagógicos que colocam a educação destinada aos povos do campo a serviço do desenvolvimento urbano, em especial do setor industrial existente no território ananindeuense.

Ainda de acordo com o Memorial de Gestão (MELO, 2020), os projetos educacionais têm no setor de informática educativa a ação de Aprendizagem Criativa, onde se apresentam dados sobre como os professores da Escola da Ilhas participaram de encontros com os técnicos da SEMED, com o intuito de promover a transição da sala de informática fixa para espaços móveis e criativos. Apesar do envolvimento dos docentes no processo formativo, não constava no prédio escolar o laboratório de informática, nem equipamentos tecnológicos para materializar a proposta de informática na comunidade do Igarapé Grande.

Nos programas promovidos pelo MEC em parceria com a SEMED, existe a inserção da escola da Ilha no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, em que os professores alfabetizadores receberam livros, material didático (livros infantis, caixas de jogos) e formação da equipe da SEMED instruída pelo MEC. No decorrer das visitas à unidade de ensino, foi observado que parte do material está na sala de leitura; de acordo com a coordenação, os poucos docentes que participaram do processo formativo não estão compondo o quadro de servidores, em virtude do término do contrato desses professores.

Diante desses fatos, foi possível constatar também que a rotatividade dos profissionais em educação compromete o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, o que demanda da gestão municipal a realização de novos concursos públicos e a garantia de melhores condições de permanência dos servidores, de modo a assegurar a continuidade do trabalho pedagógico na região das Ilhas.

Sobre este item, é citado também o Programa de Alimentação Escolar, coordenado pela Divisão de Alimentação Escolar (DAE), setor vinculado ao Departamento de Administração e Logística Escolar (DALE), que atua no planejamento, aquisição e

distribuição da merenda às escolas da RME, bem como no assessoramento, na capacitação dos manipuladores e na composição do cardápio. No decorrer das visitas à unidade de ensino, foi possível testemunhar que os alunos recebem merenda escolar no início e no término das atividades escolares, com variedades e quantidades satisfatórias à demanda matriculada na escola.

O Memorial de Gestão (MELO, 2020) sinaliza que, no período da pandemia da Covid-19, a SEMED elaborou o Plano de Aplicação de Atividades Escolares não Presenciais, com o objetivo geral de garantir e estimular a continuidade da aprendizagem dos discentes em casa. Segundo o documento, a SEMED constituiu estratégias para composição de novas atividades, recursos didáticos diferenciados, reorganização do calendário escolar e avaliação. Dessa reorganização, foram descritas no documento atividades por mediação tecnológica e a distribuição de caderno de atividades impressos complementares.

Em que pese as ações promovidas pela Secretaria no período da pandemia de Covid-19, a comunidade escolar sentiu poucos reflexos das atividades educativas, como detalham os membros da comunidade escolar

Ai teve a pandemia também, ai ficou mais ainda difícil[...]. Entregava o material. As vezes a diretor ia comigo, nós ia entregando lá na comunidades e uns vinha buscar aqui no colégio, mas já não é aquela aula né. (Patauateua, Funcionário da escola, informação verbal [sic]).

A primeira coisa que identifiquei foi essa questão da leitura né e quem não lê não consegue interpretar né, [...]foi logo a primeira dificuldade de cara foi essa né e ela continua mesmo porque a gente veio de 2 anos de pandemia [...] Então esses alunos que vieram, por exemplo, para o 5º e 6º ano, eles são alunos que não tiveram uma alfabetização né, um letramento (Linda Vista, Professora, informação verbal [sic]).

A gente tá vindo de uma pandemia tem que levar isso em conta, a pandemia alunos que hoje [...] ele veio do 4º ano, tivemos dois anos de pandemia né verdade? - então acabou passando em branco em relação essa alfabetização desses alunos [...] a gente achou em fazer parte de reforço conjunto com esses professores aonde tá entrando nas salas e ajudando também na alfabetização desses alunos (Roldão, Professor, informação verbal [sic]).

As declarações dos membros da comunidade escolar revelaram a percepção de que as estratégias tecnológicas foram pouca materializadas, pois a maioria dos alunos ribeirinhos não tem acesso à internet, dificultando o acesso às atividades pedagógicas. Sobre o acesso aos materiais, o funcionário da escola aponta o movimento de recebimento dos cadernos, e principalmente que o formato não atendia às necessidades de aprendizagem dos alunos. Além disso, é expresso na fala dos entrevistados o comprometimento no processo de ensino-aprendizagem nas crianças, em especial no ciclo da alfabetização, no período da Pandemia da Covid-19.

Apesar dos dados existentes no Memorial de Gestão (MELO, 2020), constatou-se haver significativas dificuldades para o desenvolvimento das atividades remotas, pois a maioria dos alunos não dispunha de acesso à internet e a escola tinha carência de materiais pedagógicos para organizar as atividades e entregar aos pais. Também se perceberam as dificuldades que os professores encontraram em organizar os planos de aulas e orientações de estudos, em virtude dos limites tecnológicos e infraestruturais no cenário de pandemia.

Não obstante as informações contidas no memorial como documento oficial e importante da realidade educacional de Ananindeua, uma das entrevistadas, a senhora Maritubinha II, expôs seu pensamento sobre como os processos formativos organizados pela SEMED não abordam temáticas do contexto da região das Ilhas. Foi compreendido que a organização da proposta pedagógica concentra ações nas diretrizes municipais de educação de Ananindeua, não se especificando as características dos ribeirinhos nas ações pedagógicas, propondo-se atividades não reconhecedoras desse território ananindeuense.

A respeito da Proposta Pedagógica Curricular da Rede Municipal de Ensino, consta a informação de que, em junho de 2019, aconteceu o I Fórum de Educação, com o tema: “A Práxis Docente no Currículo Escolar e a BNCC”, ocasião do lançamento da Proposta Pedagógica Curricular de Ananindeua, na 1ª versão apresentada aos profissionais da educação. Assim, aconteceu no final do ano 2019 a entrega do material revisado contendo a parte diversificada do componente curricular de Estudos Amazônicos. O documento e as Matrizes Curriculares da Educação da Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos obtiveram aprovação pelo CME em janeiro de 2020.

Na composição da proposta curricular, consta a organização das modalidades de ensino da Educação do Campo (ribeirinha), em que se informa o compromisso por parte da SEMED com os debates e discussões direcionados a construir caminhos para a melhoria da qualidade de ensino dessas populações das Ilhas. No documento, figura uma das ações prioritárias da formação dos professores atuantes na região das Ilhas, bem como de construção de um diagnóstico e busca por ações de combate às desigualdades. Existe ainda o entendimento da importância do reconhecimento da cultura ribeirinha, a ser refletida em toda a sua especificidade no que refere aos processos de ensino e aprendizagem dessas populações, ao mesmo tempo conectados com as diretrizes municipais de educação de Ananindeua.

A Rede Municipal de Ensino possui 86 (oitenta e seis) unidades escolares que ofertam Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental, no período diurno e noturno (Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). De acordo com as informações obtidas no site de Secretaria

Municipal de Educação, ela atende a cerca de 39.717 (trinta e nove mil e setecentos e dezessete) matrículas, entre crianças, jovens, adultos e idoso no ano letivo de 2021.

A cartilha das ações pedagógicas da SEMED de 2022 faz referência ao Movimento Educa Ananindeua, que tem o intuito de planejar, formular e programar ações educativas para serem desenvolvidas no município. O documento demonstra a concepção de gestão a ser desenvolvida na rede municipal e a postura política adotada pelos trabalhadores da Educação. No decorrer da leitura, percebeu-se a ausência de ações/estratégias de diálogo com os outros segmentos que constituem o SME, como o Conselho Municipal de Educação e os representantes das unidades de ensino.

O material em questão informa que, no ano de 2022, ocorreu a formação continuada pela plataforma *formaweb*, destinada a professores, suportes, coordenadores pedagógicos, gestores e secretários escolares, com atividades direcionadas para Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva, planejamento curricular, gestão pedagógica e políticas educacionais. Porém, a equipe de profissionais da educação lotados na escola da Ilha declarou haver dificuldades de acesso, em virtude das condições de acesso pelos equipamentos e estruturas existentes na unidade de ensino.

Na análise empreendida, viu-se que ações educativas são estabelecidas de forma unilateral, ou seja, as propostas educacionais foram construídas sem a participação da comunidade escolar. Também não constam no Caderno de Orientação Pedagógica quaisquer ações específicas para os alunos que habitam as Ilhas de Ananindeua, o que evidencia a necessidade de investigar as políticas educacionais do município (ANANINDEUA, 2022a).

No intuito de compreender as políticas educativas municipais, é preciso considerar a importância do PNE como orientador das diretrizes, metas e estratégias na elaboração dos Planos Estaduais e Municipais e suas contribuições no contexto escolar. Dessa maneira, é imprescindível refletir sobre o atendimento dos anos iniciais do Ensino Fundamental previsto no Plano Municipal de Educação de Ananindeua, mediante a análise de quatro estratégias no contexto da escola ribeirinha, que será apresentado a seguir.

Em 2015, aconteceu um processo de análise e readequação das propostas que compunham o relatório da V Conferência do CME. Após isso, atendendo ao disposto na Lei nº 13.005/14 do Planalto, com os ajustes necessários ao documento, o relatório foi encaminhado como anteprojeto ao Fórum Municipal de Educação e, posteriormente, ao Conselho Municipal de Educação. Desse modo, resultou na promulgação da Lei nº 2729, de 18 de junho de 2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação.

A Lei que aprova o PME determina, em seu artigo 1, a vigência do documento por 10 (dez) anos e, no seu parágrafo 2º, que a “proposta educacional do município, constatando de diretrizes, metas e estratégias, a partir do diagnóstico da estrutura e do contexto educacional, além de informações gerais do município, compreendendo ainda aspectos relacionados a gestão e financiamento” (ANANINDEUA, 2015a, p. 11). Ademais, a lei determina o prazo de vigência do PME de 10 (dez) anos, bem como a proposta educacional a ser desenvolvida no decorrer desse período.

Também trata das diretrizes do PME, consoantes ao PNE, pois dispõem no artigo 2 sobre:

- I-erradicação do analfabetismo;
- II- universalização do atendimento escolar;
- III-superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV- melhoria na qualidade da educação;
- V- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos que se fundamenta a sociedade;
- VI- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII-promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do município;
- IX- promoção dos princípios do respeito aos direitos humano, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;
- X-aplicação dos recursos públicos em educação oriundos de transferências federais e do tesouro, em atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade (ANANINDEUA, 2015a, p. 12).

Além das diretrizes que tratam das garantias de direitos aos munícipes de Ananindeua, o documento também apresenta as metas e estratégias previstas a serem cumpridas no prazo de sua vigência, uma vez que serão objetos de monitoramento contínuo e avaliações por parte das entidades de interesses educacionais e afins. Nesse âmbito, o gestor municipal tem a responsabilidade da “adoção de medidas governamentais necessárias ao alcance das metas e à implementação e à implementação das estratégias estabelecidas neste PME, em regime de colaboração com a União e o Estado” (ANANINDEUA, 2015a, p. 14). Dessa maneira o documento aponta na direção da importância do regime de colaboração entre entes federados para a consolidação das metas previstas no PME.

Dentre as metas presentes no PME, destaca-se a meta 02, que trata de “universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que, pelo menos 96, 6% dos alunos, concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME” (ANANINDEUA, 2015a, p. 14). Por meio dela, visa-se garantir o direito à educação a todos os munícipes – por essa razão, existe a necessidade de analisar as estratégias que fazem referência à população ribeirinha que habita as Ilhas de Ananindeua.

Para análise das quatro estratégias presentes na meta 02 do PME, foi necessário comparar as informações constantes no PPP e no site da prefeitura sobre o quadro de matrícula para 2021. Ressalta-se que foi solicitada ao diretor da escola a autorização de acesso aos PPPs. Na oportunidade, foi relatado que, em virtude do cenário de pandemia e da organização das atividades remotas de 2020, os documentos estavam sendo atualizados pela equipe técnico-administrativa e docente, mas que seria possível conceder uma cópia dos anos de 2018 e 2019.

Na análise empreendida sobre os projetos políticos pedagógicos dos anos de 2018 e 2019, no que refere à estratégia 2.2, observou-se que trata de garantir a oferta do Ensino Fundamental – em especial dos anos iniciais – para a população ribeirinha. Desse modo, esta vem sendo desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação, uma vez que no site constavam 115 (cento e quinze) alunos matriculados no ano letivo de 2021. No que se refere à estratégia em questão, é importante promover uma análise mais profunda da oferta dos anos iniciais, a partir dos relatos apresentados por professores, mãe de aluno e de discente:

Fui chamada na SEMED e lá me passaram a turma do primeiro ao terceiro, que é a multissérie e quando eu cheguei na escola, percebi um déficit de conhecimento muito grande nas crianças [...]. As crianças do primeiro ano não passou pelo processo do pré um, do pré dois, então elas não tem nem coordenação motora. [...] cheguei a segurar no lápis, fazer os contornos simples. Na escrita grossa tenho feito atividades diferenciadas com essas crianças que ainda tão nesse processo de coordenação motora. E o terceiro pelo fato deles não ter ainda consolidado a leitura, eles têm dificuldade de interpretar qualquer disciplina, porque eles não sabe ler (Sororoca, professora, informação verbal [sic]).

Algo que eles alegam é o quantitativo de alunos. É no quarto ano na verdade, tem só 3 alunos e o quinto ano eu tenho 10 alunos, então é esse quantitativo de alunos que eles alegam para funcionar dessa forma (Murini, Professor, informação verbal [sic]).

Primeiro ano fica na primeira fileira, vem a segunda fileira para o segundo ano, vem o terceiro ano, que é menos aluno, aí fica na última fileira. Aí ela passa no quadro pro segundo e pro terceiro, e o do primeiro ela ainda usa aquela folha pra fazer o dever, só pra eles responderem, [...]. Tem mãe que pergunta por que está assim na escola, todo mundo junto, porque não pode dar aula pra um em cada sala. Aí eles (SEMED) falam que a quantidade é pouco, [...]. O que a professora precisa dum auxiliar pra ajudar ela, mas ela vai levando. Mas ninguém perde, todos eles têm assunto lá que ela passa (Viçosa, funcionária/ mãe de aluno, informação verbal [sic]).

Faz conta, faz matemática, faz português e a gente vai estudando. Tudo misturado. Também faz brincadeira, é engraçado, tem estudo, tem matéria [...] A matemática, eu sei fazer conta da minha cabeça, eu não acompanho a matemática da escola, não! (Sapucaia, discente, informação verbal [sic]).

As narrativas revelam que a organização das turmas em multissérie se justifica por ocasião do quantitativo de alunos inscritos, não sendo informada aos pais/responsáveis a

proposta de organização de ensino. Ainda são expressas na voz dos entrevistados as dificuldades de desenvolver as atividades pedagógicas em virtude das limitações metodológicas e conhecimentos do ensino da multissérie, refletido na declaração do discente.

Além disso, a entrevistada Viçosa revela a necessidade de auxiliares de professor nas turmas dos anos iniciais. Diante das percepções elencadas dos entrevistados, constatou-se que a gestão municipal precisa garantir as políticas educacionais destinadas à permanência e à continuidade escolar dos alunos habitantes do território das Ilhas.

A respeito da estratégia 2.8, vê-se que ela aborda a necessidade de desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário. Justamente a esse respeito, constatou-se, no cenário de pandemia da COVID-19, que as escolas do município se organizaram no formato do ensino remoto, representando um grande desafio para a comunidade escolar da Domiciano Farias, uma vez que, na Ilha João Pilatos, a rede de internet não abrangia todo o território; com isso, tornou-se inviável o envio dos materiais e o atendimento aos discentes, situação que, por sua vez, fomenta o debate acerca de políticas educacionais na garantia dos direito à tecnologia e acesso à internet.

Apesar de as estratégias 2.15 e 2.16 não fazerem referência direta à escola ribeirinha, é importante mencionar as questões relacionadas à infraestrutura do prédio escolar no que concerne à qualidade e acessibilidade. Diante da descrição sobre os espaços educativos presente nos PPPs, percebeu-se nas visitas a unidade educacional a inexistência de laboratório de informática e ausência de condições de acessibilidade, situação que a entrevistada expressa da seguinte forma:

Outra situação que a gente percebe muito também é a questão da infraestrutura da escola né, que às vezes a gente não consegue é... desenvolver um trabalho melhor por conta dessa infraestrutura (Maritubinha II, Equipe diretiva, informação verbal [sic]).

No relato, a entrevistada expõe seu pensamento sobre como a ausência de espaços pedagógicos – a exemplo do laboratório de informática – prejudica o processo de aprendizagem e de apreensão de conhecimentos e conceitos correlacionados aos recursos tecnológicos.

A análise realizada nas quatro estratégias da meta 02 permitiu verificar a necessidade de debates com diversos sujeitos envolvidos na Educação Ribeirinha, e em prol da efetivação urgente das políticas educacionais previstas na normatização em vigor. Acredita-se aqui no ensino destinado à formação de sujeitos reflexivos e críticos – e para que isso ocorra, é

preciso defender uma educação pública de qualidade, com respeito às identidades dos sujeitos que habitam essas regiões.

Dentro da premissa das identidades dos povos, ficou evidente que a população ribeirinha precisa ter um projeto educativo vinculado às questões inerentes a sua realidade, comprometido com a formação de pessoas críticas na defesa de uma sociedade democrática e participativa. Dessa maneira, é necessário organizar as ações pedagógicas da escola da Ilha com base nas diretrizes operacionais para a Educação Básica em escolas do campo.

Em face disso, a educação de qualidade deve fomentar um sujeito crítico e reflexivo que, por sua vez, tece uma análise a respeito de conjuntura profunda da realidade, de modo que possa refletir acerca das situações relativas à reprodução social e que possa realizar discussões qualificadas e informadas em torno de questões sociais, econômicas e políticas.

Por meio do Plano Municipal de Educação de Ananindeua, a pesquisa empreendida mostrou os desafios para efetivação das políticas no contexto da escola da região das Ilhas de Ananindeua. A partir da análise dos Projetos Político-Pedagógicos dos anos de 2018 e 2019, da unidade educacional E.M.E.F. Domiciano de Farias, foi possível perceber a necessidade de fomentar o debate da efetivação das metas e as estratégias do Plano Municipal de Educação por parte da comunidade escolar da Ilha João Pilatos, bem como sobre a importância de as metas do PME considerarem o contexto ribeirinho da Amazônia paraense. Merece especial atenção a meta 02, que trata de universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, de modo que pelo menos 96% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o seu último ano de vigência.

O PME deve ser o instrumento da sistematização da educação do município de Ananindeua e, para a efetivação das metas e estratégias propostas, os entes federados devem garantir as possibilidades financeiras. Há também que ressaltar a importância da gestão democrática, que demanda a participação de todos os segmentos que constroem a educação municipal, os quais irão debater, supervisionar e avaliar a implementação do documento, bem como atuar na articulação das políticas públicas sociais.

Para compreender as políticas destinadas aos municípios da região das Ilhas cumpre considerar o Plano Plurianual (PPA), o principal instrumento de planejamento estratégico para implementação de políticas públicas. Tal documento estabelece de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para a utilização das despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como dos programas de duração continuada no período de 2018-2021, atendendo ao disposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988, e a Lei nº 2.906/2017, que institui o referido PPA.

É importante frisar que o Plano Plurianual é um importante item no planejamento que envolve todos os responsáveis legais dos diversos setores/secretarias municipais, nos aspectos sociais, educacionais, culturais, econômicos, de geração de renda, ambientais, de habitação entre outros. Essa ação articulada entre os entes tem o objetivo de definir as prioridades dos órgãos gestores da administração pública a partir do

cruzamento de ações entre os Programas definidos por cada Unidade Gestora – tanto os Temáticos quanto os de Gestão, Manutenção e Serviços - com a finalidade de dar mais viabilidade e concentricidade às ações. Os programas que compõem o PPA são as suas unidades básicas e funcionam como elementos integradores do planejamento, orçamento e gestão (ANANINDEUA, 2017b, p. 43).

Dessa forma, cada unidade gestora/secretaria buscou construir seus programas a partir de alguns indicadores oficiais e em conformidade com os interesses governamentais, sendo estruturadas quatro 4 (quatro) dimensões estratégicas: “I - Inclusão Social e o Desenvolvimento Humano II - Empreendedorismo Econômico com Trabalho, Geração de Renda e Turismo Sustentável, III - Infraestrutura e Meio Ambiente Sustentável e Saudável, IV – Gestão Estratégica” (ANANINDEUA, 2017b, p. 14-15). Para análise nesta dissertação, foi aprofundada a dimensão I, por reunir as políticas da unidade gestora da educação a partir de ações e programas destinados à população local, em especial ao atendimento de discentes da região das Ilhas.

Na dimensão I, tem-se no “Programa avançando na Educação Básica de qualidade”, constituído de 4 (quatro) objetivos, sendo a Secretaria Municipal de Educação a responsável pela execução das obras e ações educativas. No primeiro objetivo, que trata de ampliar e fortalecer o SME, consta a meta “Ampliar, recuperar, reformar e equipar 100% das unidades escolares municipais”, ou seja, a revitalização deveria contemplar a escola da Ilha. Entretanto, ao longo da pesquisa de campo, foram constatados apenas pintura nas paredes externa do prédio escolar e o reordenamento de ambientes pedagógicos por orientação do Conselho Municipal de Educação.

É interessante observar que o documento formulado pela gestão municipal menciona as ações a partir da acessibilidade e sustentabilidade, com vistas a “atender às demandas e às especificidades das etapas e modalidades da Educação Básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, [...] e a ampliação gradativa da educação, em tempo integral” (ANANINDEUA, 2017b, p. 76).

Diante da educação do campo como aquela realizada a partir de seu lugar, dos saberes historicamente construídos, dos conhecimentos científicos na sociedade em prol da defesa do direito dos povos do campo, viu-se o contrário disso na condução da pesquisa, pois as ações

educativas desenvolvidas pela gestão local e deliberadas para escola da Ilha não vêm atendendo às identidades ribeirinhas, como revela a mãe de aluno:

Não vejo na escola essas coisas da comunidade, eles trabalham com as coisas que secretaria manda e não falam das coisas daqui, tem lendas que não falam na escola, tem um uma história de um boto que vira gente que engravidou uma mulher lá pra baixo (risos), o filho do boto já tá até rapaz (risos). [...] Acho importante eles incentivarem as pessoas daqui a não desmatarem e plantarem, eles vão desmantando e não plantam, o açai também que eles vão tirando, tirando tudinho e não fazem o replantio (Viçosa, mãe de aluno, funcionária da escola, informação verbal [sic]).

A entrevistada expressa que o trabalho desenvolvido na unidade de ensino visa atender às demandas da SEMED, tratando os aspectos socioculturais, econômicos e ambientais como secundários ou inexistente. Dessa forma, fica evidente o posicionamento político da gestão municipal no fortalecimento de um modelo educacional urbanocêntrico para satisfazer as necessidades do capital e excluir os direitos das populações que habitam a região das Ilhas.

Apesar do posicionamento excludente da gestão local, os membros da comunidade escolar constroem estratégias de fortalecimento junto às famílias dos discentes e apontam caminhos que reconheçam o universo das identidades da população ribeirinha, como revelam os entrevistados:

o calendário família na escola aonde a gente também atende os pais né, e que é importante a família com certeza fazer parte da escola porque a gente tá mais junto do pai, da mãe [...]. Eu penso que... é muito importante essa aproximação da escola e família (Roldão, Professor, informação verbal [sic]).

O “dia na escola”, da “família na escola”, a gente não trata somente a parte pedagógica né, então a gente... entra a questão dessas ações integradas nos diz respeito à saúde, a questão social, as outras secretarias elas entram, então, nesse sentido, eu acho que as atividades [...] elas têm uma importância pra comunidade (Bela Vista, Professora, informação verbal [sic]).

Olha muitas coisas, [...] quando eu posso eu ajudo, que eu tou por aqui, os professores me chamo eu ajudo. Na verdade, todas as festinhas que tem aqui do meus filho eu participo porque até mesmo eu não deixo meus filhos vim sozinho nesse ramal (Surama, mãe de aluno, informação verbal [sic]).

Os relatos dos membros da comunidade expressam a importância da família na escola, para acompanhar o desenvolvimento educacional, bem como para participar de forma democrática das decisões da gestão escolar. É importante destacar que a aproximação com a família possibilita o conhecimento dos elementos socioculturais, econômicos e ambientais deste território, o que fomenta possíveis estratégias de resistência ao modelo de ensino da gestão local.

A respeito da questão da ampliação gradativa da educação em tempo integral, foi confirmado pelos órgãos oficiais da Prefeitura Municipal de Ananindeua que, a partir de

2023, será implantada na escola da Ilha de João Pilatos esta organização de ensino. Trata-se de uma situação que demanda profundas reflexões sobre o formato e as condições de atendimento à população ribeirinha.

No objetivo II, orientado para “promover a valorização dos profissionais da Educação Básica”, percebe-se que em uma das metas consta apenas “Capacitar 50% dos profissionais”, revelando a intencionalidade de baixo investimento atrelado à desvalorização dos sujeitos que atuam na rede municipal. Essa redução de custos por parte da gestão municipal promove condições limitadas de atuação no espaço educativo e precarização da formação inicial e continuada. Esse conjunto de ações fomenta o processo de desqualificação diante dos desafios da sociedade e de prejuízos financeiros para manutenção das despesas pessoais, em razão de aumento das jornadas de trabalho e, em outros casos, levando ao abandono da docência.

Cabe destacar que o objetivo menciona na iniciativa a

consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais [...]com apoio técnico, financeiro e pedagógico [...], considerando programas específicos, bem como para professores indígenas, do campo e quilombolas (ANANINDEUA, 2017b, p. 76).

Apesar da informação existente no PPA, as formações promovidas pela SEMED estão organizadas por temáticas a fim de atender às demandas gerais da rede de ensino, não direcionadas aos assuntos relacionados à questão ribeirinha.

Já o objetivo III apresenta suas ações direcionadas ao apoio de desenvolvimento da Educação Básica, numa política de integração entre a escola e a comunidade. Também é apresentada uma possível ampliação da oferta da educação integral, de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos em espaços educativos do campo e da cidade, a partir dos princípios da equidade e gestão democrática. Essas ações para Educação Básica foram estabelecidas a partir das metas do período de 2018 a 2021:

- Elevar o IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental para 5,5
- Elevar o IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental para 5,1
 - Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, de forma a alcançar a meta do PNE 2011- 2020.
 - Elevar a taxa de inclusão escolar de estudantes de 4 a 17anos com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011- 2020.
 - Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.
 - Reduzira taxa de analfabetismo no município.
- Implantação da Biblioteca Central e Itinerante (ANANINDEUA, 2017b, p. 77).

Na análise realizada sobre as metas destinadas aos anos iniciais, observa-se a finalidade de elevar o resultado do IDEB, reduzir a taxa de analfabetismo, ampliar a taxa de

inclusão para os alunos com deficiência, e aumentar o percentual de crianças alfabetizadas até 8 anos de idade – estando as duas últimas voltadas para cumprir as metas previstas no Plano Nacional de Educação, não se fazendo menção ao PME de Ananindeua. Claramente, as políticas pensadas pela gestão local não consideram o próprio documento norteador do município.

Nesse objetivo, foram organizadas 4 (quatro) iniciativas, sendo a primeira a manutenção das instituições municipais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental com suas respectivas modalidades de ensino. A segunda se configura pela “prestação de assistência financeira, técnica e material às escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes da rede pública municipal [...], incluindo programa de transporte, alimentação, manutenção escolar, material didático - escolar, paradidático, etc” (ANANINDEUA, 2017b, p. 78); esta iniciativa se organizou nas seguintes ações:

- 2108 - Provimento de Transporte Escolar
- 2109 - Desenvolvimento das Atividades do Ensino Fundamental – QSE
- 2110 - Fornecimento da Alimentação Escolar – Creches
- 2111 - Fornecimento da Alimentação Escolar – pré-escolas
- 2112 - Fornecimento da Alimentação Escolar – Ensino Fundamental
- 2113 - Fornecimento da Alimentação Escolar – Quilombolas
- 2114 - Fornecimento da Alimentação Escolar – EJA
- 2115 - Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para a Educação Básica
- 2116- Implementação da Biblioteca Central
- 2117- Implementação da Biblioteca Itinerante
- 2118- Distribuição de Uniformes e Kit Merenda (ANANINDEUA, 2017b, p. 78).

Nas ações elaboradas pelo PPA do município, podem-se destacar como as condições de atendimento dos anos iniciais do Ensino Fundamental: o provimento de transporte escolar; o desenvolvimento das atividades do Ensino Fundamental (QSE); o fornecimento da alimentação escolar para Ensino Fundamental; e a distribuição de livros e materiais didáticos e pedagógicos para a Educação Básica. A esse respeito, os membros da comunidade expressam as seguintes percepções:

Logo quando eu iniciei ... começando pela embarcação. Nós éramos conduzido pelo uma lancha da prefeitura. Infelizmente ela entrou pra reparo e até hoje não voltou mais, nós estamos nos locomovemos no popopô, que leva uma hora e vinte minutos, às vezes uma hora e meia (Soroca, professora, informação verbal [sic]).

Ela (escola) abrange mais umas 14 comunidades, nós temos alunos de todas essas comunidades, então cada um desse grupo, [...] tem uma forma diferente de chegar na escola, alguns chegam a pé, outros chegam no barco, uns chegam no barco da escola, que não consegue comportar todos os alunos e... duas coisas que acontece aí que é um problema sério que a gente tem, sempre, sempre teve esses 17 anos que eu trabalho aqui, é... sempre nós precisamos de 2 barcos (Maritubinha II, Equipe diretiva, informação verbal [sic]).

Quando eu utilizo os livros (porque eles têm os livros) tanto quarto, quinto ano, aí já vou, direto no livro deles.[...] Toda vez que preciso de data show, que eu preciso de algum recurso dessa natureza, nós temos bastante jogos didáticos, principalmente com relação à matemática, pra ciências, tá, eu nunca tive dificuldade solicitar o data show ou algum outro recurso pra mim usar, certo, caixa de som, coisas dessa natureza eu tenho (Murini, Professor, informação verbal [sic]).

Os relatos dos membros da comunidade escolar anunciam a ausência de compromisso por parte da gestão municipal no conserto do transporte escolar, o que se manifesta por meio da locação de embarcações que demoram um tempo maior no percurso de traslado e chegada à Unidade Educacional. Consequentemente, há o comprometimento no tempo escolar e prejuízos no processo de ensino-aprendizagens dos alunos, em especial dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Na percepção da representante da equipe diretiva que atua na escola há 17 anos, a questão do transporte escolar vem sendo uma das maiores de dificuldades para a escola da Ilha, uma vez que não vem conseguindo atender à demanda de discentes das diversas comunidades. Apesar da distribuição para os discentes dos livros, materiais pedagógicos e do acesso aos equipamentos para o desenvolvimento das atividades escolares, a pesquisa constatou que as obras didáticas utilizadas não se coadunam aos elementos da educação dos povos ribeirinhos.

De modo geral, as respostas dos membros da comunidade escolar revelaram que a educação no contexto ribeirinho é composta de enormes desafios que perpassam pelas ações minimalistas das políticas educacionais, relacionadas principalmente às condições precárias na oferta do transporte escolar, às condições físico-ambientais do prédio e à falta de garantia da permanência para os professores na formação continuada, com temáticas relacionadas ao contexto da região das Ilhas. Por outro lado, as vozes dos entrevistados revelaram a importância do reconhecimento das identidades dos povos das águas, da participação da família na escola, e do fortalecimento das práticas democráticas naquele contexto.

5 CHEGANDO NO PORTO E DESCENDO DO BARCO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na despedida, o aceno de um até logo! Os caminhos trilhados nos rios para a chegada ao porto e a descida do barco produzem aqui um conjunto de percepções e conhecimentos sobre o universo escolar da região das Ilhas. Esses elementos foram essenciais para a condução e desenvolvimento desta pesquisa científica, que se coloca no âmbito das reflexões sobre as políticas educacionais destinadas às populações ribeirinhas na Amazônia paraense, no contexto específico da Ilha João Pilatos do município de Ananindeua/PA.

O movimento da investigação aqui proposto está alicerçado na educação no campo por compreender múltiplas dimensões que definem seu espaço de vida, com os saberes historicamente construídos atrelados à produção de conhecimento na defesa das diversas populações do campo. Dentro deste contexto, as populações ribeirinhas fortalecem suas identidades e defendem seus territórios do modelo econômico capitalista baseado na exploração e/ou no extermínio dos povos que lá habitam.

Neste cenário de interesses econômicos em prol do capital, estão as políticas educacionais elaboradas pelos governos e destinadas ao atendimento das escolas ribeirinhas da região amazônica. A maioria delas fomenta uma concepção de ensino escolar com objetivo principal de deslegitimar os aspectos socioculturais e econômicos que compõem as identidades dos povos. Por isso, reproduzem um currículo pretensamente universal, com conhecimentos padronizados direcionados a produção de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

No campo de disputas entre o interesse do governo em atender ao capital e a valorização do modo de vida do sujeito pertencente ao território, percebeu-se a Educação do Campo como uma forte aliada no debate da materialização de políticas educacionais, bem como por fomentar a participação dos sujeitos nas organizações locais, por meio de associações, cooperativas e sindicatos, com o objetivo de demarcar as especificidades de suas lutas para construir estratégias de superação das formas de invisibilidade imposta pelo governo e pelas ações exploratórias e excludentes do capitalismo.

A apropriação teórica dos elementos que compõem as populações ribeirinhas fez enxergar que a característica principal está na relação aos rios da Amazônia, por se apresentarem como as condições essenciais da construção / reconstrução do modo e espaço de vida. Isso possibilitou compreender que a educação escolar precisa estabelecer uma interface

com o contexto local, para consolidar um projeto educativo firmado na garantia de direitos dos povos das águas.

As questões relativas à implementação da Educação Ribeirinha vêm sendo objeto de debate nos campos acadêmicos, movimentos sociais e pelos representantes de governos que constroem o atendimento às peculiaridades dos habitantes da região das Ilhas. Cabe destacar o cenário de tensão existente nas discussões e estratégias, pois a concepção educacional construída de modo oficial se destina aos interesses das grandes empresas instaladas na Amazônia. Como contraponto, os movimentos sociais e alguns grupos de pesquisa acadêmicas atuam enquanto defensores da proposta educativa em consonância com a condição ribeirinha, com os saberes historicamente construídos e com o acesso aos conhecimentos científicos pela sociedade.

Apesar da importância da educação escolar no reconhecimento da identidade do sujeito que habita a Ilha, percebeu-se que políticas educacionais têm sido predominantemente pautadas no modelo urbanocêntrico, com organização curricular homogênea e centrada em uma concepção mercadológica. Dessa forma, não permitem discussões em torno dos problemas e dos interesses locais, fortalecendo notoriamente o silenciamento das práticas socioculturais e vozes dos sujeitos. Essa prática pedagógica desastrosa acentua o movimento de êxodo rural dos seus lugares de origem para as periferias dos centros urbanos, em que a maioria habita e vive em condições precárias.

Dessa forma, foi possível observar que as escolas ribeirinhas enfrentam diversos problemas, iniciando pelo acesso ao ensino escolar, passando pelas situações de transporte – cuja maioria não conta com coletes salva-vidas e/ou proteção dos motores –, indo até as condições físico-ambientais precárias do prédio escolar. Tais condições educativas fomentam desigualdades de acesso à escolarização e fortalecem uma concepção do conhecimento urbano-capitalista como um modelo ideal de vida.

No que se refere à atuação dos professores nas escolas ribeirinhas, viu-se que a maioria atua em diversas funções, como assistente administrativo para viabilizar a vida escolar (matrícula, declaração e histórico), faxineiro na organização e limpeza do espaço, merendeiro para o preparo e distribuição do alimento escolar, entre outros. Há que mencionar o fato de a SEMED não realizar acompanhamento pedagógico e formação com temáticas relacionadas ao contexto sociocultural e econômico da região, concentrando suas ações em conformidade com governos e a lógica empresarial.

Os documentos que traduzem como a gestão municipal atende às demandas educativas dos povos ribeirinhos, avaliados nesta pesquisa, demonstram que a mesma não apresentou

investimento nas obras de revitalização do prédio escolar e estabeleceu custos reduzidos no processo formativo dos professores, precarizando as condições de funcionamento do espaço educativo, comprometendo ainda mais a continuidade da formação dos profissionais e acentuado prejuízos financeiros para as despesas pessoais.

É importante destacar a ausência de compromisso por parte da gestão municipal no conserto do transporte escolar oficial, ao mesmo tempo em que realiza a locação de outras embarcações que impactam de forma negativa no tempo escolar, conseqüentemente trazendo danos ao processo de ensino-aprendizagens e prejuízos à saúde dos alunos, em especial dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Dessa forma, evidenciou-se que a gestão municipal está correlacionada aos interesses econômicos e políticos do capital, e que não vem contemplando os interesses e as identidades ribeirinhas.

A respeito da materialização das políticas educacionais do Ensino Fundamental dos anos iniciais destinadas à população ribeirinha, tem-se a clareza de que a proposta curricular da SEMED não contém elementos suficientes para a educação dos povos das águas, construindo-se de forma generalizante, ou seja, em desacordo com as normativas em vigor, o que demonstra descomprometimento com a diversidade existente nos territórios ananindeuenses.

Em que pese o avanço nas referências normativas, o calendário escolar organizado pela SEMED, destinado à população das águas, apresentou poucos avanços enquanto planejamento relacionado à realidade deste território, a exemplo do período da colheita do açaí, quando acontece a ausência ou baixa frequência nas aulas.

As ações educativas se constituem em lógica urbanocêntrica, com estratégias que não reconhecem as características dos ribeirinhos nas ações pedagógicas, caso constatado no período da Covid-19, pois a maioria dos alunos não dispunha de acesso à internet, a escola tinha carência de materiais pedagógicos para o desenvolvimento das atividades, bem como os professores encontraram dificuldade em organizar as orientações de estudos.

O atendimento ao Ensino Fundamental para os anos iniciais está organizado em turmas em multissérie, divisão que, segundo a SEMED, ocorreu por ocasião da quantidade pequena de alunos matriculados. Os professores têm organizado estratégias para o desenvolvimento das atividades pedagógicas concentradas no processo de alfabetização, mas tornou-se evidente a necessidade de formação continuada direcionada aos aspectos metodológicos e aos conhecimentos do ensino da multissérie.

Apesar do estabelecimento das normas referentes ao período escolar, verificou-se que o tempo escolar foi reduzido, sendo preenchido com atividades escolares aligeiradas e

comprometendo de forma acentuada o processo de ensino e aprendizagem do aluno, algo ocasionado pelas condições de transporte escolar alugado pela gestão municipal. Cabe destacar o acesso à merenda escolar, a materiais pedagógicos e a livros didáticos pelos discentes, entre os quais, as obras didáticas utilizadas não se condizem com elementos da educação dos povos ribeirinhos.

A percepção da comunidade escolar acerca do atendimento educacional desenvolvido na Ilha João Pilatos revela a preocupação das condições do transporte escolar e os prejuízos nas atividades educacionais dos alunos ribeirinhos, pois os próprios entrevistados anunciaram que o tempo do traslado prejudica o processo escolar dos alunos da região das Ilhas. Além disso, relatam haver indícios no comprometimento a saúde dos usuários.

Os entrevistados enunciam a urgência de reforma e ampliação do prédio escolar, conforme preconiza a normativa, com intuito de melhoria da instituição de ensino e a garantia das políticas de inclusão na região da Ilhas. Também ficou expressa a importância de auxiliares de professor nas turmas dos anos iniciais. Cabe destacar nos relatos dos membros da comunidade a importância da família na escola para o acompanhamento educacional e a participação nas decisões da gestão escolar.

Diante dos elementos apresentados no decorrer deste texto, acredita-se que a presente investigação acadêmica alcançou o seu objetivo de apresentar a maneira como a gestão municipal de Ananindeua atende às demandas educativas dos povos ribeirinhos a partir dos documentos norteadores e das percepções da comunidade escolar. Além disso, a pesquisa aqui constituída pôde contribuir com estudos relacionados ao território ananindeuense e as reflexões da educação destinadas à região das Ilhas. Por fim, cabe mencionar que os resultados desta dissertação serão objeto de diálogo junto com a comunidade escolar da Ilha João Pilatos.

A chegada no porto e a descida do barco possibilitaram concluir, a partir das vozes dos sujeitos entrevistados, sobre a necessidade urgente da materialização das políticas educacionais de caráter afirmativo, e não compensatório, para as populações ribeirinhas que habitam a região da Ilhas da Amazônia ananindeuense.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. F. **Diagnóstico socioambiental de Zoneamento turístico**. 2008. 90 f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

ANANINDEUA (Pará). **Lei Municipal nº 1.271 de 02 de setembro de 1997**. Cria o Conselho Municipal de Educação. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 1997.

ANANINDEUA (Pará). **Lei Municipal nº 2.153, no dia 08 de julho de 2005**. Disciplina a organização do Sistema de ensino do município de Ananindeua e dá outras providências. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2005.

ANANINDEUA (Pará). **Proposta Curricular para o Ensino Fundamental de nove anos da rede municipal de ensino de Ananindeua**. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2010.

ANANINDEUA (Pará). **Decreto nº 15.475, de 22 de maio de 2013**. Institui o Fórum Municipal de Educação do Município de Ananindeua, nomeia seus membros e dá outras providências. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2013.

ANANINDEUA (Pará). **Lei Municipal nº 2.729, de 18 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2015a.

ANANINDEUA (Pará). **Plano Municipal de Educação de Ananindeua**. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2015b.

ANANINDEUA (Pará). **Resolução CP nº 040/2015, de 5 de novembro de 2015**. Estabelece diretrizes curriculares e procedimentos normativos para a Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2015c.

ANANINDEUA (Pará). **Resolução CP nº 005/2017, de 27 de abril de 2017**. Estabelece normas para regulação e avaliação de instituições de Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2017a.

ANANINDEUA (Pará). **Plano Plurianual 2018 - 2021**. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2017b.

ANANINDEUA (Pará). **Resolução CP nº 027/2018, de 31 de agosto de 2018**. Inclui o § 2º, os incisos XVI e XVII ao Art. 23, e o Parágrafo único ao Art. 25, da Resolução 005/2017 – CME. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2018.

ANANINDEUA (Pará). **Proposta Pedagógica Curricular do Município de Ananindeua Para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2020.

ANANINDEUA (Pará). **Ananindeua é trabalho**: Caderno de Orientação Pedagógica. Secretaria Municipal de Educação. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2022a.

ANANINDEUA (Pará). **Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação**. Ananindeua: CME, 2022b. Disponível em: <tinyurl.com/bddm48v8>. Acesso em: 29 abr. 2022.

ANANINDEUA (Pará). Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua. [Homepage]. **SEMED**, [on-line], [20--]. Disponível em: <tinyurl.com/3kewua9s>. Acesso em: 10 set. 2021.

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2009.
- ARAGÓN, L. E. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.
- ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A Educação Básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.
- ARROYO, M. G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R.; MOLINA, M. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 65-86.
- BAND. Livro fala sobre população ribeirinha. **Band**, [on-line], 24 fev. 2016. Disponível em: <tinyurl.com/353fhebc>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BITTAR, M. Educação Brasileira no Século XX: um balanço crítico. In: LOMBARDI, J. C.; HAYASHI, C. M.; FERREIRA JR, A. (Org.). **A educação brasileira no Século XX e as perspectivas para o século XXI**. Campinas: Editora Alínea, 2012. p. 79-106.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOGÉA, E. B. B. **A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território**: um olhar de Ananindeua, na região metropolitana de Belém, Pará. 2013. 93 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Em Tese**, v. 2, n. 1(3), p. 68-80, jan./jun. 2005.
- BRASIL. (Constituição [1988]). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: <tinyurl.com/mrxrpdpp>. Acesso em: 10 set. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: <tinyurl.com/2p8ztrvf>. Acesso em: 3 nov. 2021.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2000]. Disponível em: <https://tinyurl.com/48upuxjf>. Acesso em: 17 dez. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.172, de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: <tinyurl.com/2p8vppzn>. Acesso em: 3 nov. 2021.
- BRASIL. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF: MEC; SECAD, 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da Educação Básica. Brasília: Presidência da República, [2007].
- BRASIL. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: Presidência da República, [2010a].

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília: Presidência da República, [2010b].

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2014]. Disponível em: <tinyurl.com/2p9e8e4a>. Acesso em: 10 de set. 2021.

BRONDIZIO, E. S.; SIQUEIRA, A. D. O habitante esquecido: o caboclo no contexto amazônico. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, p. 187-192, jan./jun. 1992.

CALDART, R. S. Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 7-31.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, jun. 2009.

CARDOSO, F. Pescadores e ribeirinhos aguardam investimentos para o setor da pesca. **AmazOnAmazônia**, [on-line], 18 jan. 2018. Disponível em: <tinyurl.com/ymv8zerf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CARMO, N. P. **Um rio no caminho:** processos de escolarização de alunos ribeirinhos em contexto escolar urbano. 2019. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

CARMO, E. S.; PRAZERES, M. S. C. Retratos e desafios da educação do/no campo no Brasil e na Amazônia. In: ABREU, W. F; OLIVEIRA, D. B; SILVA, E. S. (Org.). **Educação ribeirinha:** saberes, vivências e formação no campo. 2. ed. Belém: GEPEIF-UFPA, 2013. p. 191-210.

CHAVES, M. P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia:** o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COELHO, W. N. B.; SANTOS, R. A.; SILVA, R. M. N. B. **Educação e diversidade na Amazônia.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Quem somos. **CAPES**, [on-line], [2022]. Disponível em: <https://tinyurl.com/23ewjxsd> Acesso em: 9 jun. 2022.

CORRÊA, S. R. M. “Currículos” e saberes: caminhos para uma educação do campo multicultural na Amazônia. In: HAGE, S. M. (Org.). **Educação do campo na Amazônia:** retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005. p. 163-195.

COSTA, E. M. Escolas ribeirinhas e seus desafios: faces da educação do campo na Amazônia Marajoara. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 66, p. 384-397, jul./set. 2021.

COSTA, A. Maguari: características, alimentação, reprodução e hábitos. **Pássaro.org**, [on-line], 2022. Disponível em: <tinyurl.com/yp5fcdhm>. Acesso em: 10 abr. 2022.

COSTA, A.; ASSANO, M.; JANSEN, T. **Atlas Básico do Município de Ananindeua.** Belém: Marajoara, 2014.

- CRISTO, A. C. P. **Cartografias da educação na Amazônia rural ribeirinha: estudo do currículo, imagens, saberes e identidades em uma escola do município de Breves/Pará**. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 51-66.
- CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 51-66.
- CRUZ, V. C. Rio como Espaço de Referência Identitária na Amazônia: Considerações sobre a Identidade Ribeirinha. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR, 2011.
- DINIZ, Francisco Perpetuo S. **Relações entre Práticas Educativas, Saber Ambiental-Territorial Ribeirinho e o Desenvolvimento Local**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2012.
- E.M.E.F. DOMICIANO DE FARIAS. **Relatório final do administrativo e docentes**. Ananindeua: SEMED, 2018a.
- E.M.E.F. DOMICIANO DE FARIAS. **Projeto Político-Pedagógico: 2018**. Ananindeua: SEMED, 2018b.
- E.M.E.F. DOMICIANO DE FARIAS. **Projeto Político-Pedagógico: 2018 e 2019**. Ananindeua: 2019.
- ECHER, I. C. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 5-20, jul. 2001.
- FARIAS, M. C. G. **O CME do município de Ananindeua na construção da política educacional: a busca pela participação social**. 2009. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- FEIJÃO PEREIRA, M. S. **O processo de implementação do plano de cargos, carreira e remuneração (PCCR) dos servidores do magistério no município de Ananindeua-PA (lei no 2355/2009)**. 2018. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- FERREIRA, M. G. R. **Bacaba(Mart.)**. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2005.
- FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação Básica do Campo”: texto preparatório. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, C. M. (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 19-63.
- FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.
- FRANCO, M. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- FURTADO, A. Ilha de João Pilatos. A maior ilha de Ananindeua. **Adrielson Furtado: Ananindeua (PA)**, [on-line], 17 abr. 2011. Blog. Disponível em: <tinyurl.com/y2uapsy5>. Acesso em: 3 de jul. 2018.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-80.
- HAGE, S. M. **Educação do Campo na Amazônia: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará**. Belém: Gutemberg, 2005.
- HAGE, S. M. Apresentação. ABREU, W. F; OLIVEIRA, D. B; SILVA, E. S. (Org.). **Educação ribeirinha: saberes, vivências e formação no campo**. 2. ed. Belém: GEPEIF-UFPA, 2013. p. 9 -11.
- HAGE, S. M. Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1165-1182, out./dez. 2014.
- HAGE, S. M.; REIS, M. I. A. Tempo, espaço e conhecimento nas escolas rurais (multi)seriadas e transgressão ao modelo seriado de ensino. **Em Aberto**, Brasília, v. 31, n. 101, p. 77-91, jan./abr. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE atualiza Mapa da Amazônia Legal. **Agência IBGE**, [on-line], 29 jun. 2020. Disponível em: <tinyurl.com/5hb66yjd>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ananindeua: panorama. **IBGE Cidades**, [on-line], 2021. Disponível em: <tinyurl.com/mv3mjemk >. Acesso em: 4 set. 2021.
- KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: declaração 2002. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. p. 11-17.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.
- LIMA, F. W. C. **O controle social no sistema municipal de ensino de Ananindeua-PA: desafios e possibilidades**. 2010. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- LUZ, T. R. Construção e resistência da educação ribeirinha: Análise da Escola Municipal Anjo da Guarda, Localizada no Rio Maracapucu-Miri, Abaetetuba- PA. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Coletivo Encontra, 2017.

- MARQUES, H. J. M.; SANTOS, F. A. A qualidade da educação como prioridade da agenda pós-2015: mais do mesmo? In: REUNIÃO NACIONAL ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEd, 2017.
- MARTINS, M. B. A. A discussão de políticas educacionais no interior da escola. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e240046, 2019.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MELO, C. S. S. S. **8 anos de Gestão da Educação Municipal**. Ananindeua: SEMED, 2020.
- MENDES, G. A. **Ananindeua do trilho ao asfalto**. Belém: Gráfica Salesiano, 2003.
- MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-30.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 9-30.
- MOLINA, M. C. 13 Desafios para os educadores e as educadoras do Campo. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. p. 24-30.
- MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- MOREIRA, V. M. L. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p. 29-52, set./dez. 2018.
- MOREIRA, E. S.; ROSA, G. M.; OLIVEIRA, I. F. Educação infantil no campo e os avanços no aspecto legal: reconhecimento da educação como direito social para as crianças camponesas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 2, n. 1, p. 163-183, jan./jun. 2017.
- NOGUEIRA, W. Canoa: o equipamento de mil e uma utilidades entre povos ribeirinhos da Amazônia. **AmazOnAmazônia**, [on-line], 18 dez. 2019. Disponível em: <tinyurl.com/ymv8zerf>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- PACHECO, C. S. A.; ELIAS, L. M. S. L. Planejamento do Turismo Comunitário: estudo de caso nas ilhas do município de Ananindeua (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 393-408, maio/jul. 2020.
- PARÁ (Estado). **Lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Pará. Belém: Alepa. 2015.
- PAZ, V. O. **O Município e a organização da educação: caminhos e desafios da criação e implantação do sistema municipal de ensino de Ananindeua-PA**. 2009. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- PINHEIRO, M. S. D. **Currículo e seus significados para os sujeitos de uma escola ribeirinha multisseriada do município de Cametá**. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

PORTO-GONÇALVES, W. G. De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Geografia e Giro Descolonial**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 37-56.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A.; VIEIRA, N. F. C. Observação Participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **R. Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, abr./jun. 2007.

RIBEIRINHOS. In: DICIO: Dicionário Online de Português, [on-line], [2021]. Disponível em: <tinyurl.com/ar8rukuv>. Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, J. **Populações ribeirinhas e Educação do Campo**: análise das diretrizes educacionais do município de Belém-PA, no período de 2005-2012. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1983.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s**, Campina Grande, v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015.

SILVA, J. B.; SANTOS, J. Práticas pedagógicas freireanas em ilha belenense: um enfoque na Unidade Pedagógica da comunidade Castanhal do Mari-Mari, ilha do Mosqueiro. **Papers do NAEA**, Belém, v. 271, p. 1-27, 2010.

SILVA, J. B.; SANTOS, J.; SOUZA, N. S. D. Escola básica e comunidades ribeirinhas em Belém, Estado do Pará: Problemas e Perspectivas. **Kompetenznetz Lateinamerika Working Paper Series**, n. 18, 2016.

SILVA, M. G. Territórios insulares: saberes e práticas socioambientais cotidianos. **Revista Cocar**, Belém, v. 8, n. 16, p. 109- 124, ago./dez. 2014.

SOARES, B. Ananindeua vacina profissionais da educação contra a Covid-19. **Rede Pará**, [on-line], 24 maio 2021. Disponível em: <tinyurl.com/ye22aa4d>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SOARES, E. A. L. Parecer CNE nº 36, de 04 de dezembro de 2001. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação do Campo**: marcos normativos/Secretaria de educação continuada. Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: SECADI, 2012. p. 7-31.

SOUZA, M. F. M.; CUNHA, C. O fracasso escolar e suas implicações na formação integral na escola básica. In: CUNHA, C.; JESUS, W. F.; SOUZA, M. F. M. (Org.). **Políticas de Educação**: cenários globais e locais. Brasília: Unesco; Liber Livro, 2016. p. 195-228.

TEIXEIRA, E. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Estudos Avançados. **Diagnósticos e propostas para a Educação Básica Brasileira**. São Paulo: IEAUSP, 2018. Disponível em: <tinyurl.com/yy3enyq4>. Acesso em: 10 set. 2020.

VASCONCELOS, G. T. B. **Educação Básica Ribeirinha**: um estudo etnográfico na Região Amazônica. 2017. 178 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2017.

VASCONCELOS, M. E. O.; ALBARADO, E. C. **Identidade cultural ribeirinha e práticas pedagógicas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da pesquisa: Gestão municipal e a escola ribeirinha na perspectiva do paradigma da Educação do Campo.

Eu, Dilcéia Rodrigues Alves, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB), na área de Concentração: Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico, da Universidade do Federal do Pará (UFPA), venho por meio deste documento, formalmente, convidá-lo(a) a participar da pesquisa intitulada: “**Gestão municipal e a escola ribeirinha na perspectiva do paradigma da Educação do Campo**”, sob a orientação do Prof. Dr. José Bittencourt da Silva.

Esclarecimento sobre a Pesquisa:

Para seu conhecimento, esta pesquisa tem como fundamental objetivo analisar como se estabelece a relação entre a proposta político-educacional da Gestão Municipal de Ananindeua, contida no Plano Municipal de Educação, e sua interface com a realidade educacional da população ribeirinha da ilha João Pilatos. Para tanto, constitui-se em um estudo de abordagem qualitativa que ocorreu inicialmente o levantamento bibliográfico e documental e também será utilizada a entrevista semiestruturada para obtenção dos relatos orais, as observações *in loco* e os registros fotográficos. Neste sentido, gostaria de lembrá-lo (a) de que, para o melhor registro da etapa, durante as entrevistas utilizarei uma câmera de captação de imagens e áudios, o que favorecerá o posterior processo de transcrição e/ou análise dos dados coletados. Enfatizo que sua participação é voluntária e que o presente documento consiste em autorizar o uso de sua entrevista e imagem para apresentação na defesa da dissertação, quando pronta, e em apresentações acadêmicas, tais como Congressos e eventos do gênero. Sua contribuição poderá ser interrompida a qualquer momento (com a garantia de devolução de seus depoimentos). Somando-se ao exposto, esclareço que a participação na pesquisa não se vincula a nenhum tipo de benefício direto, tais como compensações pessoais ou financeiras atreladas à autorização concedida, visto que a finalidade do estudo é contribuir para análise da relação entre gestão municipal e a escola ribeirinha. Se você é menor de idade, seus representantes legais serão responsáveis por autorizar sua participação nesta pesquisa. Diante dos esclarecimentos e inclinada a esclarecer outras eventuais dúvidas, solicito seu consentimento para utilizar os dados por você fornecidos todas as vezes que fizer referências a este estudo.

CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Eu, declaro que li as informações acima sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo da mesma. Declaro ainda que, por livre vontade, aceito participar da pesquisa, cooperando assim com a construção dos dados para posterior análise.

ANANINDEUA: ____/____/____

Participante da pesquisa (ou representante legal)

Dilcelia Rodrigues Alves

Pesquisadora

(dilceliarodrigues@yahoo.com.br)

Prof. Dr. José Bittencourt da Silva

Orientador

(josebittencourtsilva@gmail.com)

Endereço do Mestrado em Educação: Núcleo de Educação Básica - NEB– Universidade Federal do Pará – R. Augusto Corrêa N 01- Campus Universitário – Guamá- Belém - PA, 66075-110. Telefone: (91) 3201-8917.

**APÊNDICE B - ROTEIROS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS DOS
REPRESENTANTES DA GESTÃO MUNICIPAL E DA
COMUNIDADE ESCOLAR DA ILHA JOÃO DE PILATOS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
(DIREÇÃO, COORDENAÇÃO E PROFESSORES)**

Informações do entrevistado

NOME _____

IDADE: _____ **CARGO/FUNÇÃO:** _____

TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA: _____

MORADOR DA ILHA JOÃO DE PILATOS () SIM () NÃO

1. Inicialmente realizei uma breve explanação acerca da pesquisa e reiterei a importância da participação do entrevistado nesse momento de levantamento de dados/informações;
2. Objetivos/questões da entrevista semiestruturadas
 - 2.1 Compreender como acontece o atendimento do Ensino Fundamental para os anos iniciais na escola ribeirinha

Questão 01: Como é trabalho que você desenvolve na escola Domiciano de Farias?

Questão 02: Como acontece as atividades no Ensino Fundamental para os anos iniciais e quais as dificuldades observadas de ordem estrutural e pedagógica?

Questão 03: Quais são os desafios educacionais percebidos na Ilha João Pilatos?

Questão 04: Durante o tempo de atuação na unidade de ensino, quais foram as ações que envolveram os moradores da Ilha, e qual a importância de as atividades escolares dialogarem com a realidade da comunidade?

Questão 05: Quais estratégias vocês desenvolvem para manter as tradições ribeirinhas?

Questão 06: Como vocês compreendem as políticas educacionais locais realizadas pela SEMED Ananindeua? São satisfatórias ou possuem limites?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA



ROTEIRO DE ENTREVISTA
(PAIS/RESPONSÁVEIS e/ou MORADORES COMUNIDADE)

Informações do entrevistado

NOME _____

IDADE: _____

PAI/RESPONSÁVEL DE ALUNO () SIM () NÃO

PARTICIPA DE ASSOCIAÇÃO () SIM, QUAL? _____ NÃO ()

1. Inicialmente realizei uma breve explanação acerca da pesquisa e reiterei a importância da participação do entrevistado nesse momento de levantamento de dados/informações;

2. Objetivos/questões da entrevista semiestruturadas

2.1 verificar o atendimento do Ensino Fundamental para os anos iniciais na escola da Ilha;
e

2.2 compreender a percepção dos moradores sobre atendimento educacional desenvolvido na Ilha João Pilatos

Questão 01: Me fale sobre a comunidade (moradores, atividade econômica, hábitos, aspectos culturais e associações)

Questão 02: Como você percebe o atendimento da educação ocorrida na ilha e quais são os desafios enfrentados?

Questão 03: Qual a sua opinião sobre o atendimento destinados aos anos iniciais?

Questão 04: Quais foram as ações da unidade de ensino que envolveram os moradores da Ilha e qual a importância de as atividades escolares dialogarem com a realidade da comunidade?

Questão 05: Qual a perspectiva de educação ribeirinha que vocês possuem e desejam para os filhos de vocês?

